

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Mônica de Cássia Costa Silva

Feminismo Negro e Estado: as interseccionalidades na produção de políticas
públicas em Belo Horizonte.

Belo Horizonte
2022

Mônica de Cássia Costa Silva

Feminismo Negro e Estado: as interseccionalidades na produção de políticas públicas em Belo Horizonte.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração Pública, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro (FJP), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a Dra. Carla Bronzo Ladeira

Coorientadora: Prof^a Dra. Flávia de Paula Duque Brasil

Belo Horizonte

2022

S586f Silva, Mônica de Cássia Costa.
Feminismo negro e Estado [manuscrito]: as interseccionalidades na produção de políticas públicas em Belo Horizonte / Mônica de Cássia Costa Silva. – 2022.
[13], 126 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2022.

Orientadora: Carla Bronzo Ladeira

Co-orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil

Bibliografia: f. 122-134

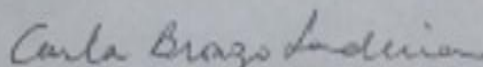
1. Movimento social – Belo Horizonte (MG). 2. Feminismo – Belo Horizonte (MG). 3. Negro – Movimento social – Belo Horizonte (MG). 4. Racismo – Belo Horizonte (MG). 5. Direitos humanos – Belo Horizonte (MG). I. Ladeira, Carla Bronzo. II. Brasil, Flávia de Paula Duque. III. Título.

CDU 301.185.001 (815.11)

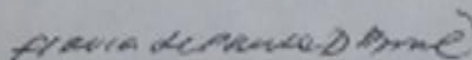
**ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTADO, INSTITUIÇÕES E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
TURMA M-2020/2022

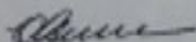
Aos Vinte e nove de março do ano de dois mil e vinte e dois, foi realizada a defesa pública da dissertação intitulada "FEMINISMO NEGRO E ESTADO: As interseccionalidades na produção de políticas públicas em Belo Horizonte", elaborada por MÔNICA DE CÁSSIA COSTA SILVA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Administração Pública, Área de Concentração: Estado, Instituições e Gestão de Políticas Públicas, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho-EG, da Fundação João Pinheiro – FJP. Após a apresentação do trabalho, a mestranda foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora composta pelos professores: Doutora Carla Bronzo Ladeira (FJP) – Orientadora, Doutora Flávia de Paula Duque Brasil (FJP) – Coorientadora, Doutora Letícia Godinho de Souza (FJP) – Avaliadora, Doutora Vitória Régia Izaú (UEMG) – Avaliadora e Doutora Mariana Mazzini Marcondes (UFRN) – Avaliadora. A Comissão Examinadora reuniu-se para deliberar e considerando que a dissertação atende aos requisitos técnicos e acadêmicos previstos na legislação do Programa, decidiu por unanimidade pela sua APROVAÇÃO.



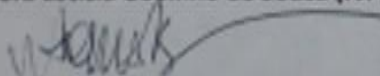
Doutora Carla Bronzo Ladeira (FJP) – Orientadora



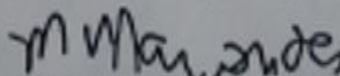
Doutora Flávia de Paula Duque Brasil (FJP) – Coorientadora



Doutora Letícia Godinho de Souza (FJP) – Avaliadora



Doutora Vitória Régia Izaú (UEMG) – Avaliadora



Doutora Mariana Mazzini Marcondes (UFRN) – Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Da decisão em me candidatar ao processo seletivo do mestrado até a defesa para a banca, foram momentos bastante desafiadores e atravessados por uma pandemia, que me privou da convivência com os colegas, professores, amigos e familiares, além de ter gerado a sensação de incerteza, dúvida e medo, comum a muitos de nós neste contexto. Mas chegamos! E hoje sou grata e consciente de que este percurso teria sido ainda mais desafiador se eu não tivesse ao meu lado pessoas que sempre me incentivaram, me apoiaram, que compreenderam os momentos de ausência e me inspiraram. A estas pessoas, eu agradeço:

Agradeço ao meu amado esposo, Tito, pelo amor, pela paciência, pelo carinho e pela compreensão. Quando eu precisei me desdobrar entre o trabalho e as aulas, nos fins de semana e feriados que passei mergulhada nas leituras e escritas, ele estava lá sempre apoiando e me oferecendo todo o suporte. Te amo!

À toda a minha família, em especial, à minha mãe, Margarida, ao meu pai, Antônio, aos meus irmãos, Cícero, Eliza e Jaime, aos meus cunhados, Sylmara, Sérgio e Bruna, e ao meu sobrinho, Ruan, que sempre comemoram as minhas conquistas e me apoiam em tudo.

À saudosa Vó Eunice que, com a sua generosidade, pavimentou o caminho para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao também saudoso padrinho e tio, Jaime, que sempre foi um incentivador dos estudos dos sobrinhos. Eu sei que, onde quer que esteja, ele está comemorando esta minha conquista.

Às minhas queridas amigas pelo carinho e incentivo

À orientadora, Carla Bronzo, e à coorientadora, Flávia de Paula, por me guiarem nestas descobertas da trajetória acadêmica e por me ensinarem os percursos do método científico. Para além da relação orientadoras-orientanda, estabelecemos uma relação de parceria que gerou frutos que ultrapassaram os limites desta dissertação e, certamente, nossos caminhos vão continuar se encontrando nas pesquisas sobre as políticas de combate às desigualdades, sobre os movimentos sociais, os mandatos coletivos e outros temas sobre os quais compartilhamos afinidades.

A todos os professores e funcionários da Fundação João Pinheiro, pela competência e atenção. Lamento não termos tido a oportunidade da convivência presencial.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Estado Gênero e Diversidade (EGEDI) pela acolhida, pelos momentos de discussão e de aprendizagem e pela oportunidade de participar da obra “Mulheres Negras Gestoras. Porque sim!” (2021) que, inclusive, me inspirou a trazer o recorte racial a esta pesquisa e contar a história do movimento feminista negro de Belo Horizonte.

Aos colegas da turma 2020-2022. Infelizmente nosso contato foi mediado pelos recursos virtuais. Mesmo assim, fomos uma turma unida, coesa e que se apoiava mutuamente. São pessoas incríveis e inspiradoras que quero levar para minha vida.

Às companheiras da Associação Visibilidade Feminina, em especial, Polianna, Júlia e Nicole, que me inspiraram a buscar no mestrado uma forma de qualificar a minha militância e seguir lutando e defendendo o direito de todas as mulheres estarem onde elas quiserem.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa de pesquisa que viabilizou a realização do curso de Mestrado.

Às servidoras da Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Belo Horizonte, pela atenção e presteza no envio dos documentos institucionais daquela diretoria.

Às entrevistadas que, gentil e generosamente, cederam um tempo de suas vidas e se dispuseram a me contar suas histórias de militância no movimento feminista negro de Belo Horizonte.

A todas as mulheres negras da cidade de Belo Horizonte que jamais se eximiram da luta por uma sociedade livre do machismo e do racismo.

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

(Trecho do samba enredo do GREES Estação Primeira de Mangueira. Campeã do Carnaval 2019)

RESUMO

O presente estudo propôs analisar os repertórios de ação e de interação do movimento feminista negro de Belo Horizonte com o poder público local, como também verificar como tais repertórios incidiram na produção de políticas públicas, a partir da interseccionalidade entre gênero e raça. À luz dos aportes teóricos dos estudos dos movimentos sociais e do feminismo negro, notadamente os conceitos de repertórios de ação, de interação e de interseccionalidade, buscou-se colocar em evidência a contribuição do movimento feminista negro de Belo Horizonte na luta contra o machismo e o racismo. Configurou-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória cuja metodologia contemplou a revisão de literatura sobre os movimentos sociais e o feminismo negro, bem como a descrição da trajetória dos movimentos negro e feminista negro no Brasil e em Belo Horizonte. A abordagem empírica trouxe o relato de seis mulheres negras de Belo Horizonte sobre suas trajetórias de militância e de ativismo no movimento feminista negro. A pesquisa identificou que o movimento feminista negro em Belo Horizonte utilizou os seguintes repertórios de ação e de interação com o Estado: (a) organização e participação na Marcha das Mulheres Negras, em 2015; (b) atuação nos conselhos municipais de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos das Mulheres; (c) atuação em órgãos públicos, especificamente nas diretorias de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos e de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher; e (d) candidatura à vereança em 2020.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Repertórios de ação e de interação, Movimento Negro; Feminismo Negro, Interseccionalidade; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aims to examine the actions and interaction experiences of the Black feminist group with the local government in Belo Horizonte, and thus how these repertoires have influenced the development of public policies focused on the intersectionality of gender and race. Our goal was to present the contributions of Black women in Belo Horizonte in the struggle against sexism and racism in the context of the concepts and theories of social movement studies and Black feminism, specifically the concepts of action repertoires, interaction, and intersectionality. This qualitative and exploratory study includes a literature review on social movements and Black feminism, as well as a description of the trajectory of Black and Black feminist movements in Brazil and Belo Horizonte. As part of the empirical approach, six Black women from Belo Horizonte were interviewed about their militancy and activism. The analysis revealed that the Black feminist movement in Belo Horizonte used the following repertoires of action and interactions with the state: (a) organizing and participating in the 2015 Black Women's March; (b) acting in municipal councils to promote racial equality and women's rights; and (c) acting in public institutions, particularly in the directorates for the protection and restatement of human rights and the promotion of racial equality and women's rights.

Keywords : Social Movements, Action and Interaction Repertoires, Black Movement, Black Feminism, Intersectionality, Public Policy, Social Movements, Action and Interaction Repertoires, Black Movement, Black Feminism, Intersectionality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Síntese da trajetória histórica do Movimento Negro.....	48
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese dos repertórios de ação e interação dos movimentos no contexto brasileiro.....	34
Quadro 2- Políticas públicas de igualdade racial no âmbito do governo federal	47
Quadro 3- As mulheres negras nas ondas do feminismo.	56
Quadro 4- Fases do feminismo negro	58
Quadro 5- Expressões do Movimento Negro em Belo Horizonte	85
Quadro 6- Incidência do Movimento Feminista Negro de Belo Horizonte nas políticas públicas	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ANAMAB - Associação Nacional da Moda Afro-Brasileira
APNs - Agentes Pastorais Negros
BA - Bahia
BH – Belo Horizonte
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CENARAB - Centro Nacional de Articulação e Resistência Afro-Brasileira
CEVAE - Centro de Vivência Agroecológica
COMACON – Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra
COMCAM - Congregação Mineira de Candomblés
COMPIR - Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial
CONE - Coordenadoria de Assuntos para a População Negra
GRUCON - Grupo União e Consciência
DPIR - Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial
EGEDI – Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade
ENEN – Encontro Nacional de Entidades Negras
ENF - IX Encontro Nacional Feminista
ENMN - I Encontro Nacional de Mulheres Negras
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNB - Frente Negra Brasileira
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTECAB - Instituto Nacional Da Tradição e Cultura Afro-Brasileira
MNU - Movimento Negro Unificado
MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PMJP - Pastoral da Juventude dos Meios Populares
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores

PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REAFRICA - Rede Brasileira de Saúde nos Terreiros
RENAFRO – Rede Nacional de Afroempreendedores
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais
SEPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SMACON - Secretaria Municipal de Assuntos para Comunidade Negra
SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e
Cidadania
TEN - Teatro Experimental do Negro
TMR - Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP - Teoria do Processo Político
TSC - Teoria da Sociedade Civil
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS, REPERTÓRIOS DE AÇÃO E A INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.1	A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR).....	21
2.2	A Teoria do Processo Político (TPP) e seus conceitos-chave	22
2.3	A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e desenvolvimentos posteriores.....	25
2.4	Repertórios de ação coletiva e de interação dos movimentos com o Estado 29	
2.5	Movimentos Sociais e incidência nas políticas públicas.....	35
3	A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO E DO FEMINISMO NEGRO NO BRASIL	38
3.1	A trajetória do movimento negro no Brasil	38
3.2	O movimento feminista na perspectiva das mulheres negras	49
3.2.1	Interseccionalidade: entendendo o conceito.....	49
3.2.2	<i>“E eu não sou uma mulher?”</i> Abordagens teóricas sobre o feminismo negro 53	
3.3	A trajetória do feminismo negro no Brasil.....	59
4	A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO E DO FEMINISMO NEGRO EM BELO HORIZONTE	65
4.1	Conhecendo as entrevistadas: identidade e ativismos.....	65
4.1.1.	Maria Felipa	66
4.1.2.	Tia Ciata.....	68
4.1.3	Tereza de Benguela	71
4.1.4	Aqualtune	73
4.1.5	Luísa Mahin	75
4.1.6	Antonieta de Barros	77
4.2	O movimento negro em Belo Horizonte	79

4.3	O feminismo negro em Belo Horizonte.....	86
5	MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO E INTERAÇÃO E AS POLITICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE	90
5.1	Protestos e ação direta	91
5.2	Participação institucionalizada	98
5.3	Ocupação de cargos na burocracia.....	102
5.4	Ocupação política	109
5.5	O movimento feminista negro e a incidência nas políticas públicas.....	114
6	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	118
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	135

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar esta introdução, é preciso contextualizar o processo que culminou na realização desta pesquisa.

Inicialmente, o tema proposto seria uma análise do movimento feminista de Belo Horizonte, de maneira mais ampla, a partir do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Ainda no processo de seleção para o mestrado, fiquei bastante motivada, ao saber que a Fundação João Pinheiro possui um grupo de pesquisa que trabalha com as temáticas gênero, raça e diversidade, o Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (EGEDI), coordenado pela professora doutora Letícia Godinho. Tão logo as aulas começaram, eu a procurei para me ingressar no grupo.

O grupo estava trabalhando na elaboração do livro “Mulheres Negras Gestoras. Porque sim!” e eu me juntei a ele, na etapa da revisão de literatura. Assim, tive contato com autoras e pesquisadoras negras. Participar deste livro foi um divisor de águas e um processo de transformação tanto pessoal quanto acadêmico.

Ainda assim, segui com a proposta inicial do tema, aprimorando o projeto de pesquisa para a banca de qualificação e foi justamente na qualificação que houve a mudança para a temática atual. Fui provocada pela professora Letícia a dar voz às mulheres do movimento feminista negro de Belo Horizonte, numa perspectiva de interseccionalizar a pesquisa e valorizar a luta das mulheres negras que, em interlocução com o poder público, incidiram na produção de políticas públicas nesta cidade, que é pioneira em políticas públicas de igualdade racial. Aceitei o desafio, e apoiada nesta decisão pela orientadora Carla Bronzo e coorientadora Flávia de Paula, mudei todo o meu projeto e mergulhei no universo do ativismo negro no Brasil e em Belo Horizonte (BH).

E aqui estamos, trazendo a perspectiva da interseccionalidade e ampliando o escopo dos repertórios de ação coletiva e de interação, envolvendo as outras dinâmicas de interação entre os movimentos sociais e o Estado, para além dos conselhos, conforme havia sido proposto inicialmente.

O feminismo, enquanto movimento social, em todo seu percurso histórico, mobilizou as mulheres para a conscientização e para a defesa de seus direitos. Desde as sufragistas, no século XIX, que lutaram pelo reconhecimento de sua cidadania por meio dos direitos políticos, as mulheres vêm se organizando e pressionando por mudanças nas relações sociais, com vistas à igualdade de gênero, bem como em prol

da luta para que suas demandas possam ser reconhecidas e incluídas na agenda das políticas públicas.

No entanto, a história aponta para uma dívida destas conquistas com relação às mulheres negras. No Brasil, por exemplo, as sufragistas conquistaram o direito ao voto em 1932, mas este direito não alcançou as mulheres negras e pobres. Enquanto as mulheres brancas reivindicavam o direito de acessar o mercado de trabalho, as mulheres negras (que sempre trabalharam) lutavam pelo direito de serem reconhecidas enquanto mulheres.

Nas décadas de 1970 e de 1980, o movimento feminista brasileiro se organizou, assim como outros movimentos sociais que reivindicam direitos sociais, como o movimento negro. Porém, as mulheres negras não encontraram espaço nestes movimentos para debaterem questões inerentes às suas especificidades. O movimento feminista negligenciava as questões raciais que impactavam as mulheres e o movimento negro não abordava as questões de gênero.

Neste contexto de conflitos, as mulheres negras tensionaram ambos os movimentos e se organizaram para a reivindicação de suas pautas específicas, no sentido de aprofundar o debate sobre as questões que as afetavam, na perspectiva dos marcadores de raça e classe, para além das questões de gênero. Organizou-se, portanto, o movimento feminista negro brasileiro, como forma de emancipação das mulheres negras, em torno de uma agenda de lutas que buscava respostas com vistas a superar as formas de opressão vividas. Mais além, o movimento buscava a inserção das mulheres negras nos espaços de debate público e na formulação de políticas públicas.

Desta forma, as mulheres negras vêm contribuindo de forma decisiva para que o movimento feminista seja efetivamente um movimento inclusivo que abarque, ao lado das reivindicações de igualdade de gênero, a luta antirracista.

Na perspectiva de compreender a atuação do movimento feminista negro para a cidade de Belo Horizonte, este trabalho objetivou realizar uma análise dos repertórios de ação do movimento feminista negro e de sua interação com o poder público em Belo Horizonte e sobre como, na percepção das entrevistadas, tais repertórios incidiram na produção de políticas públicas, a partir da interseccionalidade entre gênero e raça. Para se alcançar o objetivo da pesquisa, definiram-se os seguintes objetivos específicos: a) descrever a trajetória do movimento negro e do feminismo negro no Brasil e em Belo Horizonte; b) analisar os repertórios de ação e

de interação das mulheres negras com o poder público de Belo Horizonte; d) analisar como as mulheres negras ativistas dos movimentos de igualdade racial percebem a atuação do movimento feminista negro na produção de políticas públicas em Belo Horizonte.

O suporte teórico que deu sustentação à pesquisa estava relacionado com a literatura sobre os movimentos sociais, que analisa as formas de ação coletiva dos movimentos sociais e sua interação com o Estado na produção de políticas públicas. Também foi mobilizado o conceito de interseccionalidade, que tem sido usado em meios acadêmicos e ativistas como uma ferramenta conceitual que busca compreender como as estruturas de opressão de gênero, raça e classe atingem as mulheres de forma transversal e são estruturantes das desigualdades, cabendo, portanto, ao Estado, propor políticas de enfrentamento a estas desigualdades.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, e, no campo teórico, parte da revisão sistemática das teorias e das análises relativas aos movimentos sociais, aos movimentos negro e feminista negro, situando a trajetória destes movimentos no contexto brasileiro e na cidade de Belo Horizonte. O trabalho utilizou-se de fontes primárias e secundárias. Foram pesquisados os marcos normativos, jurídicos e institucionais que incidiram sobre a trajetória de tais movimentos, a partir do exame de distintas fontes de dados, por meio de pesquisa documental, consultando-se as bases de dados de artigos científicos Scielo e Google Acadêmico, como também documentos institucionais cedidos pela Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial (DPIR) de Belo Horizonte.

Foram realizadas seis entrevistas com mulheres do movimento negro e feminista negro da cidade, buscando, a partir dos relatos sobre as trajetórias de ativismo, identificar e mapear os repertórios de ação coletiva e de interação que foram utilizados para a incidência nas políticas públicas de igualdade racial e de gênero no município de Belo Horizonte.

As mulheres selecionadas para as entrevistas foram mulheres negras cujas trajetórias de vida contribuíram e vêm contribuindo para o enfrentamento do racismo e do sexismo em Belo Horizonte, por meio da atuação no movimento feminista negro. A escolha das entrevistadas se deu pelo conhecimento prévio de sua atuação, por parte da pesquisadora ou por meio de indicações, atendendo ao critério de ativismo político.

As entrevistas foram do tipo em profundidade, utilizando um roteiro semiestruturado cujos temas abordados foram: a) trajetória militante/ativista; b) identidade individual e coletiva; c) repertórios de ação coletiva/interação; d) percepção sobre movimentos sociais e incidência nas políticas públicas em Belo Horizonte; como também e) resistência e projeto político das mulheres negras em BH¹. Devido à pandemia da covid 19, das seis entrevistas realizadas, cinco foram feitas em formato remoto, pelo aplicativo Zoom, e uma em formato presencial, com os devidos cuidados de proteção e prevenção à contaminação pelo coronavírus. As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2021.

Como instrumento de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). De acordo com Silva e Fossa (2015, p 2),

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos.

Desta forma, para a análise do *corpus* da pesquisa, o conteúdo das entrevistas foi categorizado da seguinte forma: identidade negra; trajetória ativista/militante em movimentos sociais; repertórios de ação coletiva e de interação; atuação em políticas públicas de caráter interseccional; percepção sobre o movimento negro/feminista negro em Belo Horizonte; e desafios e perspectivas para as mulheres negras em Belo Horizonte

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo se trata desta introdução. O segundo capítulo aborda as principais correntes teóricas dos movimentos sociais a partir dos paradigmas clássicos e contemporâneos, como também o conceito de repertórios de ação coletiva e de interação dos movimentos sociais com o Estado. Por fim, como os movimentos sociais incidem na produção de políticas públicas.

O terceiro capítulo apresenta a trajetória do movimento negro e do feminismo negro no Brasil. Como aporte conceitual para a trajetória do feminismo negro no Brasil, apresenta os conceitos de interseccionalidade e feminismo negro enquanto abordagem crítica dos estudos feministas. Este capítulo tem o objetivo de fazer um

¹ Roteiro de entrevista no Apêndice.

resgate histórico da luta antirracista no Brasil, bem como das estratégias de organização política da população negra, em específico, das mulheres negras, e como tal organização resultou na implementação de políticas de caráter afirmativo e de combate às diversas formas de racismo.

O quarto capítulo parte da apresentação do perfil das entrevistadas, ressaltando questões sobre suas identidades e trajetória ativista. Tendo objetivo semelhante ao capítulo anterior, apresenta a trajetória do movimento negro e do feminismo negro, porém, situa a luta antirracista na cidade de Belo Horizonte, incluindo o relato das entrevistadas representantes destes movimentos que viveram a história e a trajetória destes, a partir de uma abordagem interseccional.

O quinto capítulo analisa como os repertórios de ação coletiva e de interação foram mobilizados pelo movimento feminista negro de Belo Horizonte e como incidiram na produção de políticas públicas.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, REPERTÓRIOS DE AÇÃO E A INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta uma revisão das principais correntes teóricas dos movimentos sociais, no que Gohn (2002) classifica como os paradigmas norte-americano e europeu. O primeiro deles, por sua vez, segundo a sistematização da autora, se divide nas teorias clássicas e contemporâneas dos movimentos sociais. Este capítulo apresentará as principais concepções teóricas e os autores que as representam. Trará também um destaque sobre o conceito de repertórios de ação coletiva e de interação socioestatal, cunhado no âmbito da Teoria do Processo Político (TPP), e uma análise sobre a incidência dos movimentos sociais na produção de políticas públicas.

A noção de movimentos sociais tem uma longa trajetória e se marca pela polissemia, considerando as diferentes correntes que se desenvolveram desde o início do século XX. Diani e Bison (2010) diferenciam os movimentos das coalizões, que buscam atingir objetivos específicos, mas não se sustentam em vínculos identitários fortes e significativos, bem como se distinguem das organizações, “nas quais a ação coletiva, na maioria das vezes, ocorre antes em referência a organizações específicas do que a redes mais amplas e menos definidas” (DIANI; BISON, 2010, p.250). Segundo os autores, os movimentos são definidos como:

redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada. (DIANI, 1992, p. 13 *apud* DIANI; BISON, 2010, p.220)

As diversas correntes de abordagem dos movimentos sociais têm apresentado suas perspectivas e definições e alguns autores buscam condensá-las. Apesar de considerar que a caracterização dos movimentos sociais seja uma tarefa difícil, Melucci (1989, p.57), define “analiticamente o movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade; (b) desenvolvendo um conflito e (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” e adverte que, por possuírem uma pluralidade destes elementos, “devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender os resultados de uma dada ação coletiva” (MELUCCI, 1989, p 57).

A identidade coletiva é o elemento essencial que une ativistas individuais em torno de um propósito compartilhado, de um sentido de comprometimento com a causa e de solidariedade (DIANI; BISON, 2010; MELUCCI, 1989). Alonso (2009) também evoca as noções de “solidariedades e identidades coletivas”, ao afirmar sobre a convergência de interesses que dá origem aos movimentos sociais e que estes podem surgir tanto a partir de enfoques objetivos, em torno de pautas concretas, quanto a partir de aspectos subjetivos. É completa:

Movimentos sociais seriam uma estruturação policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulariam recursos, valores, informação e poder. (ALONSO, 2009 p 73)

Em uma proposta de sistematizar as principais correntes teóricas, Gohn (2002), a partir de Cohen (1985), situa os estudos sobre os movimentos sociais em dois paradigmas mais amplos: o norte-americano e o europeu. Sobre as diferenças entre os dois paradigmas, Trindade e Bugiato (2020) apontam:

Enquanto a vertente estadunidense foca na dimensão mais estratégica e instrumental da ação – baseando seu enfoque no modelo do ator racional –, os europeus partem de uma perspectiva declaradamente normativa e mais centrada na construção da identidade coletiva na autonomia dos movimentos frente ao Estado e no caráter espontâneo e horizontal dessa forma de mobilização – sem, contudo, negar inteiramente sua dimensão estratégica. (TATAGIBA, 2008; ALONSO, 2009; BUECHLER, 2016 *apud* TRINDADE; BUGIATO, 2020)

Assim, no âmbito do paradigma norte-americano, Gohn (2002, p. 25-26) classifica as teorias em “clássicas” e “contemporâneas”. A abordagem clássica é apresentada a partir de cinco grandes correntes teóricas: a) a Escola de Chicago, importante escola americana no campo da sociologia, que produziu a primeira grande teoria sobre movimentos sociais com Herbert Blumer (1949); b) Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e K. Kornhauser (1959) que desenvolveram as teorias sobre a sociedade de massa dos movimentos sociais, ao longo dos anos de 1940 e 1950, caracterizando a segunda corrente teórica; c) a terceira corrente teórica, de viés mais político, abordou a articulação entre as classes e os movimentos revolucionários e de mobilização partidária, a qual encontra-se presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Herbele (1951); d) uma combinação das teorias da Escola de Chicago e da ação social caracteriza a quarta corrente teórica, presente nas obras de Goffman (1959),

Turner e Kilian (1957), N Smelser (1962) e David Aberle (1966); e) A quinta corrente teórica está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955), denominada organizacional-institucional, no entanto, não produziu em sua época uma teoria específica.

Não é o foco desta revisão trazer um aprofundamento da abordagem de cada uma destas correntes, mas indicar o percurso de desenvolvimento dos estudos sobre os movimentos sociais, tendo em vista a contextualização das correntes contemporâneas que se moldaram a partir das últimas décadas do século XX.

As concepções contemporâneas que constituem referências para o campo de estudo dos movimentos sociais emergiram a partir da década de 1970, condensando-se em “três famílias de teorias dos movimentos sociais”, nos termos de Alonso (2009 p 51), como forma de explicar novos fenômenos sociais caracterizados por mudanças culturais e protagonizados por novos atores que reivindicavam o reconhecimento de suas identidades e direitos decorrentes. São elas: a) a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), b) a Teoria do Processo Político (TPP) - estas pertencentes ao paradigma americano, vinculadas às correntes institucional/ organizacional-comportamentalista e histórico-estrutural, respectivamente; e c) a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), presente no paradigma europeu.

2.1 A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)

Para os formuladores da TMR, os movimentos sociais possuem a mesma lógica racional e não se distinguem de outras instituições formais, como os partidos políticos e organizações, e teriam seu sucesso atribuído na medida de sua "organização formal hierárquica" (GOHN, 2002, p. 52). Segundo os pressupostos da TMR, à medida que os movimentos se consolidam, criam-se estruturas burocráticas especializadas, com normas rígidas e divisão de tarefas, o que levaria à longevidade daqueles que, além da estrutura burocrática, vencessem concorrentes nas disputas por recursos, configurando uma "indústria dos movimentos sociais", conforme indica Alonso (2009). A autora atribui a esta visão burocrática dos movimentos sociais a baixa “ressonância da TMR na Europa e sua inexpressiva entrada na América Latina” (ALONSO, 2009, p 53).

O caráter excessivamente racional, burocrático e economicista da TMR rendeu-lhe críticas que apontaram para o fato de esta teoria não considerar “valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados” (COHEN, 1985 *apud* GOHN, 2002, p. 56). Ou seja, a TMR não enfatizou os aspectos subjetivos que orientam a ação coletiva e a mobilização que motiva a organização e a existência dos movimentos sociais, além de outras lacunas indicadas por Gohn (2002):

a ausência de uma análise do contexto social e político; no desconhecimento das políticas públicas e do papel do Estado na sociedade em geral também, e junto aos movimentos sociais em particular; no fato de se ignorar o caráter das lutas dos atores, assim como as experiências de lutas sociais anteriores vivenciadas por eles; e na omissão do papel da cultura nas ações coletivas em geral, e nos movimentos em particular. (GOHN, 2002, p. 60)

A partir destas e de outras críticas endereçadas à TMR, conforme aponta Gohn (2002), o paradigma norte-americano desenvolveu-se, no segundo momento, visando preencher lacunas analíticas que pudessem dar conta das questões políticas, culturais e interpretativas da ação coletiva, em contraponto às interpretações puramente burocráticas e econômicas, nas quais se limitava a corrente.

2.2 A Teoria do Processo Político (TPP) e seus conceitos-chave

Gohn (2002) destaca que, nos desenvolvimentos teóricos posteriores à TMR, o foco da análise foi ampliado, dadas as tematizações e a visibilidade de novas questões nos contextos político e social, tais como as questões ambientais, as sexualidades, além das releituras dos movimentos pelos direitos civis e de mulheres. Estas novas tematizações desembocaram na chamada Teoria do Processo Político (TPP)².

Alonso (2009) afirma que, para além de aspectos materiais, os quais caracterizaram a TMR, a solidariedade seria um recurso a ser considerado na análise dos movimentos sociais. No entanto, ainda segundo a autora, o sentimento de

² Alonso (2009) menciona que, embora tenha surgido em estudos de autores americanos, os objetos de análise que formularam a TPP foram fatos históricos europeus, tais como a Revolução Francesa, os movimentos reformistas na Inglaterra (Charles Tilly, 1975), o movimento de redemocratização, da Itália da segunda metade do século XX (Sidney Tarrow, 1993), e, à exceção dos anteriores, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos (Doug McAdam, 1982)

solidariedade, por si, não determina a ação, se não contar com estruturas de mobilização. Nesse sentido, “a mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” (ALONSO, 2009, p. 55). Em uma perspectiva de comparação entre ambas as teorias até aqui examinadas, a autora aponta:

[...] essa é uma das diferenças em relação à TMR, só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação. (ALONSO, 2009, p 55-56)

Um avanço relevante da TPP consiste na consideração enfática do papel do contexto político mais amplo na mobilização e na atuação dos movimentos sociais, que a categoria analítica “estrutura das oportunidades políticas” busca captar. Nessa linha, Tarrow (1994) analisa o surgimento dos movimentos sociais a partir das oportunidades políticas existentes. Dentre outros aspectos, Tarrow (1994, p. 23 *apud* GOHN, 2002, p. 98) aponta que os movimentos sociais “são produzidos quando demonstram a existência de aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes”. Conforme posto por Tarrow (1994), as estruturas de oportunidades políticas são importantes para compreender que os movimentos sociais existem e se relacionam em função do Estado, avançam ou recuam de acordo com as estruturas que são postas e podem atuar tanto em situações de conflito quanto de consenso com os atores estatais. Para Tarrow (1999, p. 54), a estrutura de oportunidade política refere-se às dimensões formais e informais do ambiente que canalizam a expressão de reivindicação de grupos. Para o autor, a estrutura de oportunidades políticas pode se apresentar de forma específica na política e no meio institucional a partir de temas que canalizam a ação coletiva; pode também se delinear centrada no Estado ou, ainda, a partir de atores coletivos, como no caso das ondas de protestos.

Outra categoria analítica central na TPP é o conceito de repertório, cunhado por Charles Tilly (1978), que remete às diversas formas de ação coletiva e tem uma longa trajetória de emprego e reformulações. Este conceito, mobilizado no desenvolvimento deste trabalho, será mais bem explorado na seção seguinte deste capítulo.

A TPP também foi objeto de questionamentos, pelo seu caráter estruturalista, e, mesmo considerando os aspectos políticos da ação coletiva, pela pouca ênfase

conferida aos aspectos culturais. Nesse sentido, os autores da referida corrente efetuaram alguns esforços posteriores que buscavam avançar em suas formulações, contemplando pontos de crítica. Em um desses esforços, na perspectiva de mobilização política, McAdam, Mc Carthy e Zald (1999, p. 2-23) reformularam seus quadros teóricos reconhecendo os fundamentos culturais e as dimensões ideacionais da ação coletiva. Nessa linha, a emergência e o desenvolvimento dos movimentos foram vinculados a três fatores: a) estrutura de oportunidades políticas; b) as formas de organização formais e informais; e c) os processos interpretativos e da construção de significados compartilhados.

Neste sentido, McAdam, Tarrow e Tilly (2009) propõem uma revisão da TPP a partir da perspectiva do confronto político que, nos termos de Pereira e Silva (2020, p 616), constitui “uma reformulação autocrítica da teoria do processo político (TPP) a partir do diálogo estabelecido com outras perspectivas teóricas, tais como as teorias dos novos movimentos sociais (TNMS)”. A perspectiva do confronto político está amparada na noção de política contenciosa:

A política contenciosa envolve interações nas quais atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores, levando a esforços coordenados em defesa de interesses ou programas compartilhados, e nas quais governos estão envolvidos como alvos ou iniciadores de demandas ou, ainda, como terceiros interessados. (TILLY; TARROW, 2015, p.7 *apud* PEREIRA; SILVA, 2020, p 616)

Para os autores, o confronto “depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 12). Ainda segundo os autores, o confronto político amplia a noção de movimentos sociais, abarcando os fenômenos desde as ações coletivas até os ciclos de protesto e das revoluções. Além disso, o confronto político, tal como preconizado, envolve interações coletivas de caráter reivindicatórios, uma vez que tais reivindicações sejam endereçadas a atores políticos institucionais, ou seja, governos, que são detentores do poder repressivo e coercitivo do Estado.

2.3 A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e desenvolvimentos posteriores

No que se refere ao paradigma europeu dos estudos dos movimentos sociais, destaca-se a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) que, de fato, constitui um conjunto de perspectivas teóricas de autores distintos, que compartilham premissas-chave. De acordo com Alonso (2009, p 59), a especificidade [da TNMS] está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os MS”. Em linhas gerais, Gohn (2002) apresenta como características dos TNMS: (i): um modelo teórico baseado na cultura; (ii) a negação do marxismo em sua corrente clássica, tradicional por não dar conta, em termos teóricos, de explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea; (iii) a consideração dos participantes das ações coletivas como atores sociais e sujeitos coletivos difusos em contraposição aos sujeitos específicos; (iv) a centralidade da dimensão política, abrindo possibilidade de ser pensada em termos microsociais, no âmbito da sociedade civil e (v) a abordagem dos atores sociais sob dois prismas: pelas ações coletivas e pelas identidades coletivas. Moura (2018) completa:

A abordagem dos Novos Movimentos Sociais - NMS, na tentativa de ser uma reação aos estudos marxistas que viam nas contradições do capitalismo os recursos para a ação coletiva, trouxe aspectos que buscavam entender os movimentos sociais a partir de três aspectos: identidade, oposição e totalidade. Ao contrário do foco ser específico na questão das classes sociais, os teóricos buscavam desenvolver uma abordagem que, entre outros aspectos, levasse em consideração as questões das identidades e emoções. (MOURA, 2018, p 393-394)

Os atores que constituem o foco das análises dos teóricos da TNMS – feministas, negros, homossexuais e ambientalistas – não pautam seus conflitos em termos de luta de classe, “mas em questões contemporâneas relacionadas com a produção do conhecimento e possibilidades de espaços autônomos para discutirem acesso a direitos” (MOURA, 2018, p. 394).

Mais além, Alonso (2009) complementa que os movimentos sociais, na concepção desta corrente teórica, se configuram como novos atores coletivos que demandam uma democratização social pautada em mudanças culturais e de costumes, ou seja, na democratização da sociedade, ao invés de reivindicarem democratização política e de base legal. Segundo a autora:

As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a novos movimentos, expressivos, simbólicos, identitários, caso do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, do movimento estudantil. Isto é, os movimentos mais em evidência no momento em que [os autores] escreviam. (ALONSO, 2009, p. 67)

Como mencionado, a TNMS não se constitui como um bloco teórico uníssono, Nesse sentido, Gohn (2002) aponta três correntes distintas e os autores que as representam: a) corrente francesa e o acionalismo dos atores coletivos, representada por Alain Touraine; b) a abordagem neomarxista da escola alemã, representada por Claus Offe. c) a escola italiana, com ênfase na identidade coletiva em Alberto Melucci.

Em síntese, sobre as três correntes teóricas, Alonso (2009) aponta:

A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve (ALONSO, 2009, p 69).

Por sua vez, considerando os paradigmas clássicos e contemporâneos Gohn (2002) incorpora os principais aspectos de cada uma das correntes teóricas para caracterizar os movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade

civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista ou conservado ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2002, p 251-252)

Como decorrência da burocratização e da institucionalização dos movimentos sociais e do avanço do neoliberalismo, que transferiu para as organizações sociais a função de implementadoras de políticas públicas, contextos ocorridos a partir da década de 1990, os conceitos que embasaram a TNMS foram cedendo espaço para a Teoria da Sociedade Civil (TSC), de Cohen e Arato (1992), que considera a sociedade civil um espaço autônomo de onde surgem “demandas por autonomia não referidas nem ao poder político-institucional, nem a benefícios materiais, nem ao auto interesse,” atrelando a ação dos movimentos não à identidade dos atores, mas ao *locus* de atuação (ALONSO, 2009, p. 75).

Embora não tivesse uma abordagem uniforme, a TNMS teve boa repercussão nos estudos dos movimentos sociais da América Latina. Tal fato se deve à considerável afinidade dos cientistas sociais latino-americanos com os teóricos europeus e o contexto histórico que suscitou lutas sociais pela redemocratização da região (ALONSO, 2009; GOHN, 2002). No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o estudo sobre os movimentos sociais ganhou espaço, no bojo da sua efervescência, nas décadas de 1970 e 1980. O cenário de governos autoritários e de ditaduras militares aproximava o contexto político destes países e orientava as análises sobre os movimentos de resistência e de luta pela democracia. Gohn (2002) afirma que tais estudos não se configuraram como paradigmas teóricos, tais como o norte-americano e o europeu, mas como análises empíricas sobre a realidade concreta das ações dos movimentos. Nesta perspectiva, segundo Trindade e Bugiato (2020, p 418), a TNMS por “sua preocupação com a transformação social se encaixava muito melhor no contexto de luta contra o Estado autoritário e pela democracia no Brasil, em comparação com as teorias estadunidenses”.

Contudo, no cenário brasileiro, o processo de transição democrática reconfigurou a atuação dos movimentos sociais, que passou a ser mais ativa

institucionalmente com a instauração dos mecanismos de participação social e de representação política. Tais mecanismos possibilitaram aos movimentos sociais atuarem na cogestão de políticas públicas, abrindo caminhos para a efetiva participação e incidência no Estado (CAYRES, 2017). Neste sentido, conforme aponta Carlos (2015), a TNMS apresentava limites para elucidar o caráter relacional Estado-movimentos sociais e não reconhecia o impacto destas relações tanto na consolidação do movimento quanto na pressão sobre o Estado para apresentar respostas aos problemas sociais sob a forma de políticas públicas. O reposicionamento dos movimentos sociais, ampliando seu escopo de ações coletivas, provocou questionamentos sobre as visões maniqueístas que argumentavam a relação com o Estado e demandou uma revisão nas análises teóricas que sustentavam os estudos e os “paradigmas explicativos sacramentados” (CAYRES, 2017, p 86).

Neste processo de revisão teórica, a TPP foi ganhando destaque no debate, sobretudo por meio dos conceitos de estruturas de oportunidades políticas e repertórios de ação. Como argumenta Moura (2018, p 400-401), “aspectos políticos e repertórios devem ser levados em consideração na medida em que conferem centralidade ao processo político, que envolve a dinâmica dos movimentos sociais”.

Porém, ainda assim, a TPP não se mostrava suficientemente explicativa para a abordagem do fenômeno relacional dos movimentos sociais brasileiros com o Estado, por estar focada apenas nos aspectos conflituosos e contestatórios desta relação, não abarcando perspectivas colaborativas e cooperativas que se fizeram presentes (CAYRES, 2017).

Trindade e Bugiato (2020) afirmam que, apesar das diferenças entre as abordagens dos paradigmas teóricos dos movimentos sociais, há um elemento comum que reside no fato de que tais paradigmas consolidaram suas análises no caráter extrainstitucional da ação coletiva. A abordagem da TNMS analisava os movimentos a partir de sua posição de autonomia frente ao Estado. Já a TPP abordava as interações entre Estado e movimentos sociais, pelo viés conflituoso dessa interação, concebendo os movimentos sociais como atores que constantemente desafiam as estruturas estatais por meio dos repertórios de ação contenciosos.

2.4 Repertórios de ação coletiva e de interação dos movimentos com o Estado

O conceito “repertório” foi cunhado, no contexto da TPP, por Charles Tilly (1978), buscando abordar as formas com as quais os movimentos executavam a ação coletiva, a partir das oportunidades políticas postas.

Como já discutido, nessa linha teórica, a mobilização se dava conforme as estruturas de oportunidades políticas, em uma relação de confronto entre as autoridades (que ocupavam cargos no interior do Estado) e os desafiantes (que estavam do lado de fora). Entretanto, a ênfase no caráter político da mobilização não lograva explicar as motivações históricas e culturais envolvidas. Buscando preencher esta lacuna interpretativa, Tilly (1978) traz a noção de repertório “para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p. 22). Nesse sentido, segundo Pereira e Silva (2020):

Os repertórios de ação são, portanto, vistos como os conjuntos historicamente limitados de formas de ação conhecidas e consideradas legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, assim se tornando rotineiras. (PEREIRA; SILVA, 2020, p 619)

Para Tilly (2010), a forma de ação [repertório] que caracteriza o movimento social difere de outros fenômenos políticos devido à articulação entre o grupo demandante, o alvo da demanda e o tipo de público. Ainda segundo o autor: “o que constitui um movimento social não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre esses três elementos” (TILLY, 2010, p. 137). Nas palavras do autor: “o repertório também inclui diversas variedades de greves, petições, a organização de grupos de pressão e algumas outras maneiras de articular queixas e demandas” (TILLY, 1978, p 152, tradução nossa).

Alonso (2012, p 22) traça uma cronologia do conceito de repertório no sentido de apontar suas sucessivas reformulações e, como Charles Tilly (1978), demonstra que a “cultura molda possibilidades de ação no curso dos conflitos políticos”.

Na década 1970, surgiu o conceito de repertório, na esteira da TPP, como forma de rechaçar “explicações economicistas, deterministas e psicossociais da ação coletiva” (ALONSO, 2012, p. 22). Nesta formulação inicial, o repertório é definido como “um conjunto de formas de ação” (ALONSO, 2012, p. 23). Neste contexto, Charles

Tilly (1978) privilegia explicar mais a forma de ação coletiva (greves, passeatas) que o conteúdo ou o seu uso.

Na década de 1990, o conceito foi reformulado – em resposta às críticas sobre a falta da dimensão cultural na TPP – e a noção de “repertório de ação coletiva” ressurgiu como “repertório de confronto”. Nesta reformulação, o autor considera que o repertório é mobilizado a partir de estruturas de conflito:

[...] minha primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados. (TILLY, 1995: 30 *apud* ALONSO, 2012, p. 25)

Nesta modalidade, os repertórios se valem de expressões violentas, tais como invasão de terras, destruição de propriedades e “outras formas de resistência típica ao processo de centralização política, que consolidava a autoridade de um Estado nacional” (ALONSO, 2012, p. 27). Entretanto, a autora aponta que abordar a dimensão cultural na reformulação teórica do conceito foi pouco efetivo no sentido de poupá-lo das críticas, pois nas pesquisas empíricas os exemplos estavam ainda conectados às formas de ação.

A reformulação mais recente do conceito de repertório pelo autor se deu nos anos 2000, quando Charles Tilly adotou a dimensão da performance e, nesta dimensão, a “atuação” dos manifestantes envolveu criatividade.

Apresentar uma petição, fazer um refém, ou organizar uma manifestação constituem uma performance vinculando pelo menos dois atores, um reivindicador e um objeto das reivindicações. [...]. Performances se aglutinam em repertórios de rotinas reivindicatórias que empregam os mesmos pares de objeto de reivindicação: padrões e empregados, camponeses e proprietários de terra, facções nacionalistas rivais, e tantos outros. (TILLY, 2006: 35 *apud* ALONSO, 2012, p. 30)

Nesta reformulação final, privilegia-se o improvisado, a capacidade de adaptação do repertório ao contexto, às circunstâncias e às tradições, sempre em situações de confronto (ALONSO, 2012).

Bringel (2012) faz uma importante análise sobre a obra de Charles Tilly, apontando para a consolidação da noção de repertório nas teorias das ações coletivas, sendo empregada com a finalidade de “observar a evidência de que a

produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório) dentro das quais os potenciais atores selecionam de maneira mais ou menos deliberada” (BRINGEL, 2012, p. 46). O autor argumenta que a noção de limitação ao conceito de repertório é injusta, pois o próprio Tilly ressalta que há variações, “dependendo da rigidez ou flexibilidade do repertório, da inovação dos grupos e de seu uso em determinados lugares e momentos históricos” (BRINGEL, 2012, p. 46). Nesse sentido, um mesmo repertório pode se aperfeiçoar, como, por exemplo, as greves, ou desaparecer, como os sequestros e a destruição de máquinas (BRINGEL, 2012).

O conceito de repertório de ação coletiva tem sido revisitado e reapropriado nos estudos brasileiros recentes sobre movimentos sociais. É o que propõem as autoras Abers, Serafim e Tatagiba (2014), ao ressignificarem tal conceito, a partir da realidade brasileira, desde o processo de redemocratização. Nesse contexto, os movimentos sociais passaram a reivindicar maior espaço nas arenas de participação para pautar suas demandas e o Estado apresentou-se mais permeável à atuação dos atores civis.

Embora a noção de repertório de ação coletiva seja muito útil por nos permitir compreender a ação dos movimentos sociais, combinando a dimensão da estrutura com a agência, ela apresenta limites para a compreensão de uma realidade como a brasileira (...)

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com Estado (o que nos permitiria trabalhar como conceito original de repertório de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.331)

Abers e Von Büllow (2011) destacam que a literatura tradicional tem analisado a relação entre movimentos sociais e o Estado com ênfase em uma perspectiva conflituosa. No entanto, também argumentam que, no caso brasileiro, são notadas muitas experiências dos movimentos sociais atuando por dentro das estruturas estatais, seja pressionando os governos para a inclusão de suas pautas na agenda das políticas públicas, seja compondo as equipes de governo, seja atuando nas instâncias de participação institucionalizada, contradizendo a hipótese de que a relação possível entre movimentos e Estado se dê sempre a partir do conflito.

Moura (2018), a partir de Jasper (2015), afirma que a abordagem da ação estatal como oponente aos movimentos sociais dificulta a compreensão dos aspectos de cooperação existentes nesta relação. “O Estado deve ser entendido como um espaço de múltiplas interações, em que o legislativo, o executivo, a polícia e outros são ligados por uma série de regras, leis, normas e tradições” (JASPER, 2015 *apud* MOURA, 2018, p. 398).

Desta forma, alargando a perspectiva tillyana, para além da noção de repertório de ação coletiva, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) moldaram a noção de repertório de interação, a fim de abranger a perspectiva colaborativa da interação entre os movimentos sociais e o Estado:

Adaptamos o conceito de repertório, originalmente concebido para o estudo dos movimentos sociais sob a chave das dinâmicas contenciosas, para relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 327).

No contexto de oportunidade política favorável (como no caso dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010), a aproximação dos movimentos sociais aos espaços institucionais possibilitou a adoção de formas inovadoras de participação e a incidência nas políticas públicas. Com o conceito de repertório de interação, as autoras sugerem um complemento ao conceito de repertório de ação, visando incorporar as estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros em suas relações com o Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). As autoras identificaram os seguintes repertórios de ação e de interação dos movimentos com o Estado:

Protestos e ação direta. Historicamente, movimentos sociais expressam demandas e, ao fazê-lo, pressionam os atores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização.

Participação institucionalizada. Esta forma de interação é caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos, estabelecidas pela lei). (...) A participação é geralmente indireta, envolvendo diferentes formas de representação (por exemplo, representantes da sociedade civil são escolhidos em assembleias compostas por grupos da sociedade civil ativos no setor de política). (...) No Brasil, três modelos de participação institucionalizada tornaram-se predominantes: o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências.

Política de proximidade: Esta forma de interação Estado-sociedade funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e sociedade civil. Atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos (...). Os militantes frequentemente avançam suas bandeiras e objetivos através da negociação direta com os tomadores de decisão, tanto no Legislativo quanto no Executivo.

Ocupação de cargos na burocracia: Para alguns movimentos sociais brasileiros, ocupar posições no governo é uma estratégia comum para o avanço de seus objetivos. Ocupar posições no governo gera efeitos de retroalimentação sobre outras rotinas de interação. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p 332-333)

Em trabalho posterior, Silva (2015) aponta para outra forma de interação, complementando os repertórios apresentados por Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Trata-se da atuação das organizações dos movimentos sociais como implementadoras de políticas públicas, o que possibilitou acesso a recursos públicos para viabilizar sua sustentação e para elas “assumirem uma posição de mediadoras no acesso aos bens e/ou serviços oferecidos pelas políticas, fortalecendo sua posição frente às populações destinatárias daqueles bens e/ou serviços” (SILVA, 2015, p 6). Por outro lado, esta forma de atuação pode comprometer a autonomia das organizações, pois exige que se submetam às normas que regulamentam as parcerias com a administração pública, bem como à fiscalização dos órgãos de controle externo.

Outro repertório que vem sendo utilizado, sobretudo pelo movimento de mulheres negras na atualidade, é o que Rodrigues e Freitas (2021) interpretam “como o movimento de ‘ocupar a política’, [caracterizado] pela crescente presença de mulheres negras concorrendo e exercendo mandatos legislativos” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p 3). A partir de tal repertório, as mulheres negras visam suprir a lacuna da sub-representatividade política, levando a sua incidência para os espaços de tomada de decisão e de formulação de políticas. Os autores enfatizaram a análise da ocupação política nas mulheres negras, mas este movimento de aprofundar a representação política institucional vem sendo feito também por outros grupos sub-representados como indígenas e LGBTQIA+.

Ainda sobre a diversidade de estratégias as quais os movimentos sociais utilizam, Losekann (2013) aponta para as ações judiciais, como repertório de ação coletiva. Segundo a autora, recorrer à judicialização de questões, como ferramenta de reivindicação de direitos, é uma prática recorrente, mas é o contexto das lutas políticas

que a torna um repertório de confronto, conforme postulado pelos teóricos dos movimentos sociais.

Desta forma, é por meio dos repertórios de ação e de interação que os movimentos sociais se articulam para que suas causas, demandas e reivindicações possam reverberar no contexto das políticas públicas, seja de forma vertical (esferas federal, estadual ou municipal), ou de forma horizontal – poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (LOSEKANN, 2013).

Quadro 1- Síntese dos repertórios de ação e interação dos movimentos no contexto brasileiro

REPERTÓRIO DE AÇÃO/INTERAÇÃO	REFERÊNCIAS
Protestos e ação direta	Manifestações e mobilizações contenciosas ou expressivas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).
Participação institucionalizada	Participação nas instituições participativas: conselhos, conferências, orçamentos participativos e outros (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).
Política de proximidade	Relações e negociações com o Estado por meio de atores específicos (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).
Ocupação de cargos na burocracia ou ativismo institucional	Ocupação de cargos em governos pelos ativistas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; RECH; SILVA, 2016)).
Parcerias em políticas ou serviços	Atuação na implementação de políticas ou serviços (SILVA, 2015)
Ocupação da política	Candidatura e exercício de cargos eletivos (RODRIGUES; FREITAS, 2021)
Ação judicial	Judicialização de demandas e conflitos (LOSEKANN, 2013)

Fonte: Autoria própria

Os repertórios, portanto, são os meios pelos quais os movimentos sociais acessam o Estado com o objetivo de que suas demandas possam ser incorporadas à agenda das políticas públicas. Na seção seguinte, será abordada a questão dos

movimentos sociais como atores políticos relevantes e como a interação com o Estado incide tanto nas políticas quanto no debate público.

2.5 Movimentos Sociais e incidência nas políticas públicas

Não é objetivo desta seção discutir o conceito de políticas públicas, tampouco as linhas de abordagem e de análise de políticas públicas. Mas é importante referenciar como os movimentos sociais incidem nas políticas públicas, no sentido de pressionar a ação dos governos (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018; SOUZA, 2006).

Para começar essa breve discussão, cabe definir o que estamos dizendo quando se menciona a noção de políticas públicas. Assim como a noção de movimentos sociais, a noção de políticas públicas mobiliza uma variedade de definições (SOUZA, 2006). Sobre as políticas públicas, Faceira (2014, p 177) afirma:

A noção de política pública privilegia as relações entre Estado e sociedade, caracterizadas por sua reciprocidade e antagonismo. Pensar e analisar as configurações das políticas públicas implica em romper com o enfoque linear que percebe a mesma como um simples output (resultado) do sistema político, considerando que a dinâmica de sua formação implica diversos sujeitos sociais e políticos (grupos de pressão, sindicalistas, movimentos sociais etc.). A política pública nessa perspectiva tem a função de concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis, tendo como uma das características o caráter universal dos bens públicos.

A literatura sobre o tema define o que seria o ciclo das políticas públicas, constituído pelas seguintes etapas: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006). A condução destas etapas não se dá apenas de forma racional e burocrática, mas envolve interações políticas com atores sociais, um processo relacional, “em condições institucionais e conjunturais dadas” (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p 106). Não se trata de um processo com fases tão separadas e lineares, mas a noção de ciclo ajuda a analisar a relação dos movimentos sociais e a incidência nas políticas públicas. Retomando-se Diani e Bison (2010):

(...) a experiência dos movimentos sociais está inextricavelmente ligada à expressão pública de um conflito social. A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de

descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos. (DIANI; BISON, 2010, p 221)

Os movimentos sociais se apresentam como um destes atores, que se relacionam com o Estado, os quais, ora o pressionam, ora cooperam com ele, mas, sobretudo, operam no sentido de criar uma consciência coletiva acerca dos problemas sociais, pautando o debate público sobre a necessidade de enfrentamento destes problemas por meio das políticas públicas (SOUZA, 2006). Sobre as particularidades dos movimentos, tem-se que:

O que distingue a atuação dos movimentos sociais nos subsistemas de políticas públicas é o fato de eles oferecerem às pessoas comuns uma possibilidade de se organizarem coletivamente para fazer sua voz ouvida nos circuitos de tomada de decisão. (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p 106)

Na perspectiva de colaboração, os movimentos sociais têm a possibilidade de atuar ao longo das etapas do ciclo das políticas públicas, não apenas na etapa de inserir na agenda pública os temas a serem discutidos e deliberados. Os movimentos, portanto, operam no sentido de desafiar o *status quo*, propondo ações de potencial transformador da sociedade ou aquelas no sentido da defesa de posições em momentos de retrocessos e ameaças aos direitos sociais. Tatagiba, Abers e Silva (2018) trazem como exemplo o movimento feminista cuja trajetória histórica atuou para reivindicar políticas com foco na igualdade de gêneros e promoveu embates, reflexões e disputas “que implicam organização das relações sociais em bases não patriarcais” (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p 109).

Complementando este exemplo, alinhado à temática desta dissertação, ressalto o movimento negro que reivindica políticas de caráter afirmativo e de reparação e tensiona os debates em torno da relações étnico-raciais. Na formação de agenda, por exemplo, Damasceno (2010) demonstrou como o movimento negro, articulado a outros atores sociais, e a partir de um variado repertório de ação e interação, pautou o debate sobre a questão racial e pressionou o Estado a reconhecer o racismo como estruturante das desigualdades brasileiras, inserindo o tema na agenda de formulação de políticas de igualdade racial. Conforme aponta Nilma Lino Gomes (2017), o movimento negro é educador:

Esse movimento social trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde, indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do Século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico. (GOMES, 2017, p 17)

No capítulo seguinte, será apresentada a trajetória de mobilização, articulação, ativismo e institucionalização do movimento negro e do feminismo negro e como estas atuações incidiram na produção de políticas públicas que interseccionam igualdade de raça e gênero tanto no Brasil quanto em Belo Horizonte.

3 A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO E DO FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Esta seção apresentará um resgate histórico da trajetória da luta antirracista no Brasil encampada por homens e mulheres negros. Para fins acadêmicos, costuma-se situar a trajetória do chamado movimento negro brasileiro a partir da abolição da escravidão (1888), mas sabe-se que, mesmo nos anos do cativeiro, os negros e negras utilizaram estratégias de resistência à escravidão, como os quilombos, apontados pela historiadora Beatriz Nascimento (2021a) como sistemas sociais alternativos. As mulheres negras também empreenderam estratégias de resistência que culminaram na organização política de um movimento específico representativo de suas demandas específicas de gênero e raça, o movimento feminista negro.

O objetivo deste capítulo é traçar uma trajetória da organização política e ativista da população negra brasileira, desde os primeiros anos pós-abolição até os dias atuais.

3.1 A trajetória do movimento negro no Brasil

A escravidão foi abolida no dia 13 de maio de 1888, sendo o Brasil o último país a extinguir o regime escravocrata. Entretanto, esta mudança jurídica não efetivou a cidadania da população negra (ALMEIDA, 2020). Embora formalmente libertos, não houve iniciativas estatais de adoção de políticas de reparação, inclusão e de integração dos negros na sociedade. Segundo Fernandes (2008):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (FERNANDES, 2008, s/p)

O legado desta exclusão tem se refletido nos indicadores sociais e no processo histórico de desigualdade social que, no Brasil, é atravessada pelas desigualdades raciais. Hasenbalg (1982) considera a existência de dois fatores relacionados à

desigualdade de oportunidades de mobilidade social após a abolição e, por conseguinte, determinantes das desigualdades raciais no Brasil: “a desigual distribuição geográfica de negros e brancos” (HASENBALG, 1982, p 90) cujo aspecto pode ser observado pela presença maciça de negros em regiões agrárias, menos desenvolvidas e com menores oportunidades de trabalho e de educação. “Esta segregação geográfica dos dois grupos raciais foi inicialmente condicionada pelo funcionamento do sistema escravista e posteriormente reforçada pelas políticas de imigração europeia (...)” (HASENBALG, 1982, p 90). Outro aspecto apontado pelo autor diz respeito “às práticas racistas do grupo racial dominante” (HASENBALG, 1982, p 90), no qual considera que “quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro às práticas discriminatórias dos brancos, devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização pela maioria da população negra de uma autoimagem desfavorável” (HASENBALG, 1982, p 90).

A segregação racial no Brasil não se deu de forma explícita e amparada por legislações, tal como o *Apartheid* na África do Sul ou as leis *Jim Crow* nos Estados Unidos (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016). Entretanto, embora no Brasil não haja segregação racial do ponto de vista legal, ela está presente, se considerada do ponto de vista social. Basta atentar-se para os locais sociais que são ocupados por negros e brancos. O racismo brasileiro se valeu de narrativas ideológicas para justificar a desigualdade imposta pelas hierarquias raciais no Brasil, de forma a escamotear as tensões e invisibilizar a luta dos negros. Apesar deste processo e da subexploração deste tema na historiografia brasileira (DOMINGUES, 2007) houve, e ainda há por parte dos negros, diversas iniciativas de organização política e ativismos, visando reivindicar direitos de cidadania, inclusão efetiva e equânime e a superação do racismo na sociedade brasileira, sendo o elemento “raça” o fator que determina a mobilização em torno de um objetivo comum. (DOMINGUES, 2007). O autor, a partir de Pinto (1993), caracteriza o movimento negro como sendo:

a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (PINTO, 1993 *apud* DOMINGUES, 2007, p 101).

Ao longo da história houve diversas iniciativas de organização dos negros. Nos primeiros anos da República (1889 a 1937), diversas entidades, algumas de cunho assistencialista, recreativo, cultural e outras de caráter político e sindical “conseguiram agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época” (DOMINGUES, 2007, p 103). Outra estratégia de articulação apontada foi o surgimento da assim chamada imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões e denunciar situações de racismo e de segregação racial, entre outras mazelas que afetavam a população negra (DOMINGUES, 2007; ALMEIDA, 2020).

O movimento negro alcançou outro patamar organizativo, na década de 1930, com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, considerada uma das “primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas” (DOMINGUES, 2007, p 106). O autor complementa:

Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com “delegações” – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia) arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa (DOMINGUES, 2007, p 106)

Domingues (2007) destaca a atuação ativa e assídua das mulheres na FNB, além de um posicionamento controverso, dado o contexto político de ascensão nazifascista. Nesse ambiente, a entidade assume um caráter conservador, chegando a ter algumas reivindicações atendidas pelo então Presidente Getúlio Vargas. No entanto, com a instauração da ditadura do Estado Novo, houve a extinção da FNB, de outras entidades de movimentos sociais e partidos políticos, ocasionando um esvaziamento do movimento negro.

A segunda fase da organização do movimento negro no Brasil compreendeu os anos de 1945 a 1964. Após a queda da ditadura varguista, os movimentos sociais voltam a se articular. Neste período, destacou-se o Teatro Experimental do Negro (TEN), “fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento³ como

³ “Abdias Nascimento nasceu em Franca, no interior do Estado de São Paulo, em 14 de março de 1914, neto de africanos escravizados e filho de pai sapateiro e mãe doceira. Estudou no Ateneu Francano, formou-se como Contador e, entrando no exército, participou das Revoluções de 1930 e 1932. Formou-se em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro em 1938. Participou da Frente Negra Brasileira, cujas atividades foram encerradas pela ditadura do Estado Novo (1937-1945). Foi preso pelo Tribunal

sua principal liderança” (DOMINGUES, 2007, p 109). O TEN inovou e rompeu paradigmas ao promover a atuação de atores e atrizes negros, colocando em evidência a temática cultural dos povos de matriz africana, além de atividades de cunho sociopolítico (ALMEIDA, 2020). A autora aponta também a participação relevante das mulheres no TEN, na luta por seus direitos, com destaque para as empregadas domésticas e a criação da Associação das Empregadas Domésticas. Assim, “o Teatro Experimental do Negro representou importante conquista para a reconstrução da identidade e luta por direitos fundamentais do povo negro” (ALMEIDA, 2020, p 83). González (1982) destaca:

O Teatro Experimental Negro (TEN), no Rio de Janeiro, foi a mais alta expressão desse tipo de entidade. Sua posição crítica em face do racismo e suas práticas, seu trabalho concreto de alfabetização, informação, formação de atores e criação de peças que apontam para a questão racial, significou um grande avanço no processo de organização da comunidade. (GONZÁLEZ, 1982, p 24)

No ano de 1964, com a ascensão de um novo período autoritário, caracterizado por forte repressão aos movimentos sociais, o movimento negro sofreu novamente um arrefecimento. Neste contexto, além da questão racial ser negada, foi tratada como questão de segurança nacional, sendo as manifestações contra o racismo severamente reprimidas e perseguidas (JACCOUD *et al*, 2009; RIBEIRO; RIBEIRO, 2016).

González (1982) aponta que o tão propalado milagre econômico não alcançou os negros e denuncia que o crescimento da industrialização, das grandes obras de infraestrutura, encontrou uma mão de obra negra com baixa qualificação e que recebia os salários mais baixos. Neste período também ocorreram as grandes migrações do Nordeste para o Sudeste, ocasionando o crescimento das favelas, cortiços e outras condições precárias de moradia. Como consequência, o crescimento da violência urbana, encontrando nos corpos negros o alvo preferencial do encarceramento em massa. Neste contexto de precarização, as discussões acerca das reivindicações por melhores condições de vida retomam a centralidade do debate, se intensificando no final da década de 1970 e se integrando à luta pela democracia no Brasil (ALMEIDA,

de Segurança Nacional por protestar contra as arbitrariedades do governo de Vargas. Em 1944, fundou o TEN – Teatro Experimental do Negro, do qual participaram Solano Trindade e outros intelectuais e artistas afrodescendentes. O objetivo maior do TEN era criar um espaço criativo nos palcos brasileiros para o negro, excluído, à época, do meio teatral”. Fonte: <letras.ufmg.br/literafro/atores/462-abdias-nascimento>. Acesso em: 30 jun. 2021.

2020), o que culminou, em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) que posteriormente passou a denominar-se Movimento Negro Unificado (MNU).

Domingues (2007) aponta contextos externos e internos que influenciaram a reorganização do movimento negro no Brasil e a criação do MNU. No âmbito externo, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, inspirada pela liderança de Martin Luther King, Malcom X e os Panteras Negras; a luta pelo fim da colonização dos países africanos, “sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola” (DOMINGUES, 2007 p 112). No âmbito interno, o MNU foi influenciado pela organização Convergência Socialista, que foi o suporte de formação política e ideológica dos militantes negros, trazendo ao debate a concepção de que o sistema capitalista é sustentado pelas opressões racistas e que a construção de uma sociedade igualitária passa pela derrubada do capitalismo e pela superação do racismo. “A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado” (DOMINGUES, 2007, p 113). Dois eventos marcaram e foram decisivos para a criação do MNU:

A tortura e assassinato de um operário negro, Robson Silveira da Luz, por policiais do 44o Distrito Policial de Guaianazes, na noite de 28 de abril de 1978 (...) e a exclusão de quatro adolescentes negros do time de vôlei do Clube Tietê por causa de sua cor(...). (GONZÁLES, 2020a, p 115-116)

Em repúdio a estes eventos, foi realizado um ato público que reuniu cerca de 2 mil pessoas, no dia 7 de julho de 1978, na escadaria do Teatro Municipal em São Paulo, o que marcou o início das atividades do MNU (DOMINGUES, 2007). Sobre a definição e os objetivos do MNU, González (2020a) destaca:

O MNU se define como um movimento político de reivindicação sem distinção de raça, sexo, educação, crença política ou religiosa e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas. Ao mesmo tempo, o MNU também se propõe denunciar as diferentes formas de opressão e exploração do povo brasileiro como um todo. Tendo como ponto de partida seu programa de ação, tenta articular os problemas específicos dos negros com os problemas gerais do povo brasileiro. (GONZÁLES, 2020a, p 119)

As bandeiras de luta do movimento negro neste período incluíram a “formação da identidade coletiva” (RIOS, 2019, p 256). Neste sentido, o MNU adotou o termo “negro/negra”, em conotação afirmativa e em substituição à homem/mulher “de cor”. Ressignificou o dia 13 de maio como sendo o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, em oposição à data festiva da abolição da escravatura e passou a celebrar o dia 20 de novembro (data provável da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares), instituindo o Dia Nacional da Consciência Negra. O movimento problematizou conteúdos escolares, questionou a hegemonia eurocêntrica e resgatou o orgulho da negritude e da ancestralidade africana (DOMINGUES, 2007).

Gonzáles (2020a) aponta algumas contradições dos movimentos que precederam o MNU (FNB e TEN): O FNB, conforme já apontado, assumiu um caráter conservador, ao se identificar e se aproximar de movimentos políticos reacionários, e não atuou pela conscientização dos negros enquanto classe trabalhadora. O TEN cujo alcance foi bem mais limitado, no que se refere à mobilização da população negra, também não foi capaz de aprofundar nos temas da conscientização e da inclusão qualificada no mercado de trabalho. Não obstante tais críticas serem apontadas, a autora reconhece que tanto o FNB quanto o TEN pavimentaram o caminho para o surgimento do MNU: “A FNB e o TEN são momentos de nossa história, contraditórios, falhos e cheios de erros; mas, precisamente por isso, nos legaram uma riqueza de experiências” (GONZÁLES, 2020a, p 126).

Nos anos subsequentes, observa-se, além da expansão de núcleos do MNU nos estados, a criação de inúmeras entidades negras, o aparecimento de jornais e a proliferação de encontros de militantes e entidades (GARCIA, 2006).

No contexto da transição democrática e da efervescência do retorno das mobilizações sociais, o movimento negro se firmou e incluiu suas reivindicações na agenda do debate público. A proximidade da instalação da Assembleia Constituinte reorganizou a mobilização social, no sentido de debater propostas populares, e o movimento negro pautou as discussões sobre “o combate ao racismo e a discriminação racial” (JACCOUD *et al*, 2009, p 266).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, finalmente o Estado brasileiro reconheceu o racismo como questão estruturante das desigualdades, além de ser tratado como crime inafiançável e imprescritível (RIOS, 2019, p 261). Naquele ano, destaca-se também a criação da Fundação Palmares, no âmbito do Ministério da Cultura, “resultado incontestável das lutas dos finais dos anos setenta e do acúmulo

dos anos 80 do movimento negro” (NOGUEIRA, 2004, p. 94). Este era um espaço institucionalizado, único do executivo federal “que possuía vínculos diretos com o movimento negro” (RIOS, 2019, p 260).

Produto desse contexto, a Constituição Federal de 1988 participa do diálogo direto com a temática da discriminação racial. Tendo como marco a afirmação da igualdade, o combate aos preconceitos, o repúdio ao racismo e a defesa da pluralidade e da liberdade de culto, o texto constitucional trata do racismo, reconhecido como crime inafiançável e imprescritível, e da diversidade cultural da Nação como aspecto a ser reconhecido e valorizado. Neste sentido, ela dá continuidade à trajetória iniciada durante os anos 1980, quando a denúncia contra o racismo e a reafirmação e valorização da cultura negra apresentavam-se como elementos centrais da estratégia política do movimento negro, e ao questionamento da ideologia da democracia racial. Outro grande avanço foi o reconhecimento dos territórios quilombolas, abrindo-lhes a possibilidade do direito à posse de suas terras (JACCOUD *et al*, 2009, p 268).

Rios (2019) afirma que toda movimentação ocorrida durante a redemocratização resultou no endereçamento das demandas por direitos na Assembleia Nacional Constituinte, sendo esta movimentação “decisiva para construir o movimento negro como sujeito político legítimo na esfera pública. Mais do que isso: o tema da injustiça racial inseriu-se na agenda nacional” (RIOS, 2019, p 262).

Nos anos da Nova República, ao longo dos governos democráticos que se seguiram, o movimento negro reorganizou o ativismo e utilizou estratégias de institucionalização da agenda da igualdade racial e repertórios de interação com o poder público. Rios (2019) destaca que, no início dos anos 1990, não houve permeabilidade na esfera federal, mas o movimento negro implementou suas primeiras instituições de políticas em âmbitos municipais e estaduais, além da ocupação por ativistas em escalões intermediários dos governos.

Foi nesse contexto que surgiram os primeiros programas e órgãos executivos voltados à igualdade racial, a exemplo da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, a Sedepron, criada no segundo mandato do governo Leonel Brizola (PDT), no Rio de Janeiro em 1991; da Coordenadoria de Assuntos para a População Negra, a CONE, criada por meio da lei 11.321/1992, durante o governo de Luiza Erundina (PT); da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra em Belo Horizonte, em 1998, durante mandato de Célio de Castro (PSB); e da Assessoria de Defesa da Comunidade Negra do município de Santo André, em 2001, na terceira gestão de Celso Daniel (PT). (RIOS, 2019, p 265).

Como consequência da reorganização do movimento social negro, a pauta da igualdade racial foi incorporada na agenda das políticas públicas, com menor ou maior grau de aprofundamento. O Estado brasileiro, após mais de 100 anos da abolição da escravidão e como resposta à pressão do movimento, reconheceu a necessidade de adotar medidas visando à inclusão de negros e negras e assegurar-lhes seus direitos de cidadania. Fazendo uma síntese deste processo, a partir de Rios (2019) e Jaccoud *et al* (2009), acerca das relações e das conquistas do movimento negro, no âmbito federal no período pós-transição democrática, tem-se que, no governo de Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1990-1994), não houve avanços significativos da pauta racial, o que causou uma certa frustração, dada a expectativa criada com a promulgação da Constituição Federal. Neste período, a Fundação Palmares chegou a ser extinta, mas a reação a tal medida fez o governo retroceder da decisão. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ocorrido entre 1995 e 2002, houve a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, marcando o início da construção de políticas públicas de combate ao racismo e à discriminação, com a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, no âmbito do Ministério da Justiça. Ainda durante o governo de FHC, em 2001, as organizações dos movimentos negros brasileiros participaram ativamente da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, África do Sul. Nos anos que antecederam a conferência, as organizações promoveram conferências preparatórias em âmbito regional. A instituição dos Comitês Impulsores possibilitou a articulação destas organizações e uma preparação efetiva da delegação brasileira, como também pôde dar visibilidade às injustiças de caráter racial negligenciadas frequentemente (GELEDÉS, 2021). A missão da delegação brasileira em Durban foi denunciar o racismo no Brasil, em contraponto àquela imagem de país em democracia racial, e reivindicar ações de reparação histórica sobre os danos de mais de 300 anos de escravidão negra. Vale ressaltar que as organizações de mulheres negras, neste contexto, tiveram papel fundamental na articulação da delegação brasileira (FERREIRA, 2020). Tal fato será explorado no capítulo que abordará a trajetória do feminismo negro no Brasil. Como legado desta participação na Conferência de Durban, o movimento negro passou a fazer forte incidência, junto ao poder público, de forma a pautar as demandas da população negra

na agenda das políticas públicas, com vistas à implementação de ações de caráter afirmativo:

Para o contexto brasileiro, a conferência traz como resultado principal a incorporação na agenda brasileira, de forma permanente, do debate sobre inclusão social, levando em conta as oportunidades desigualmente distribuídas em função da cor da pele, da aparência, do gênero, da orientação sexual, dos hábitos culturais, das crenças religiosas, de necessidades especiais. Todas estas temáticas passam a fazer parte do repertório de desafios colocados para o Brasil neste início de milênio, na busca de realizar na prática o ideal de igualdade e respeito à diferença consagrado em nossa constituição e nas convenções internacionais que ratificamos. (HERINGER, 2001b *apud* GELEDÉS, 2021, p. 241)

A partir de 2003, no contexto dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2009) e de Dilma Vana Rousseff (2010-2016), a institucionalidade das políticas de Promoção da Igualdade Racial ganhou *status* ministerial com implantação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e a implementação de políticas de ação afirmativa. Neste período, políticas importantes foram instituídas, conforme apresentadas no quadro 2:

Quadro 2- Políticas públicas de igualdade racial no âmbito do governo federal

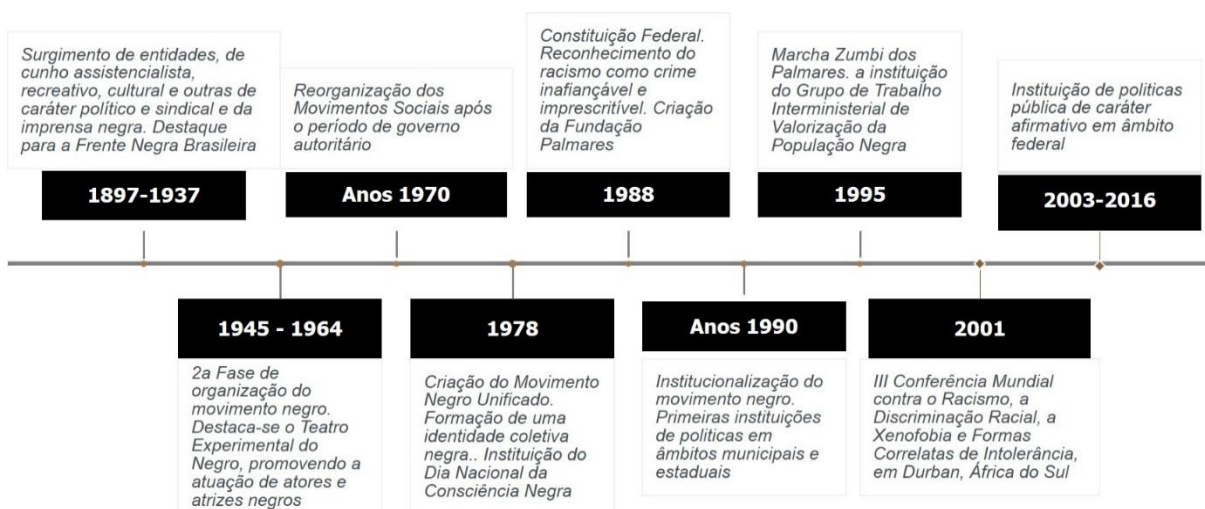
Normativa	Definição
Lei nº 10.639/2003	“Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.”
Lei nº 11.096/2005	“Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.”
Portaria nº 992/09 (Ministério da Saúde)	“Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.”
Lei nº 12.288/10	“Estatuto da Igualdade Racial Art 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.”
Lei nº 12.711/2012	“Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Art 3º: Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.”

Normativa	Definição
EC 72/2012 (PEC das Domésticas)	“Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.”

Fonte: Elaboração Própria

Vale destacar que todas estas conquistas e respostas institucionais foram possíveis graças ao processo histórico de mobilização da população negra, organização dos movimentos sociais negros e forte pressão e incidência junto ao poder público. A figura abaixo sintetiza a trajetória histórica do movimento negro:

Figura 1- Síntese da trajetória histórica do Movimento Negro



Fonte: Elaboração própria

Atualmente, o contexto político não se encontra favorável para o avanço das conquistas do movimento negro, assim como não se encontra favorável para os demais movimentos sociais brasileiros. Trata-se de um momento contencioso, de enfrentamento e resistência, em que as medidas de austeridade fiscal, impostas pelas políticas neoliberais, têm produzido o acirramento das desigualdades e o desinvestimento em políticas de proteção social e de reparações históricas. Os movimentos também têm resistido ao avanço do conservadorismo cuja pauta de costumes tem produzido retrocessos nas conquistas e ameaça, sobretudo, as

populações mais vulneráveis. Ainda que o cenário não esteja favorável, a pauta de lutas do movimento negro continua ativa. O atual debate sobre o racismo ambiental e como os efeitos da crise climática impactam diretamente a população negra, a luta contra o genocídio da juventude negra, a violência estatal e a mobilização em torno da revisão da Lei 12.711/12, Lei das Cotas, no ano de 2022, são exemplos de como a agenda antirracista permanece no foco do debate. Exemplificam aquilo que Pereira e Pereira (2021) denominam de nova agência negra, apontando para o futuro das mobilizações do movimento negro.

Neste sentido, Gomes (2020) propõe que o movimento negro se apodere de todo o conhecimento acumulado ao longo de sua trajetória, saberes identitários, políticos e estético-corpóreos, a fim de produzir novas formas de diálogo e outras estratégias de articulação.

3.2 O movimento feminista na perspectiva das mulheres negras

A seção anterior abordou a organização do movimento negro de forma abrangente e é sabido que as mulheres tiveram participação ativa neste movimento, pressionando para que as questões de gênero fossem incorporadas no debate racial. Essa seção buscará aprofundar a análise em pauta, sob esta perspectiva. Inicialmente, será abordado o conceito de interseccionalidade e, em seguida, será dado destaque para a trajetória do feminismo negro brasileiro e suas contribuições para o avanço da agenda da luta contra as opressões de raça e gênero.

3.2.1 Interseccionalidade: entendendo o conceito

Antes de adentrar na trajetória do feminismo negro brasileiro, é importante trazer para a discussão a compreensão conceitual da interseccionalidade, a partir do entendimento das diversas camadas de opressão que perpassam a existência das mulheres negras, o qual poderia ser considerado o fundamento teórico do feminismo negro.

O avanço das reflexões e das reivindicações das mulheres negras acerca da incorporação da pauta racial, como camada de opressão que se cruza ao gênero,

trouxe à centralidade do debate o conceito de interseccionalidade. Tal termo foi cunhado pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

A partir desta lente, as mulheres negras deram visibilidade às suas experiências de vida, entrecruzadas por vários eixos de poder, tais como raça, etnia, gênero e classe, os quais não se apresentam de forma hierarquizada, mas atravessadas ou sobrepostas, tal como uma avenida, em uma conceituação metafórica (CRENSHAW, 2002). Nestas avenidas, “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Nesta perspectiva, a interseccionalidade traz a ideia de superação de um feminismo eurocêntrico e de classe média (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018).

Piscitelli (2008), em uma abordagem histórica do surgimento da formulação do conceito da interseccionalidade, afirma que sua origem se deu a partir das teorias críticas feministas, feitas com base nas experiências de mulheres negras que questionavam a centralidade da categoria gênero. Tais questionamentos se intensificaram na década de 1990, no sentido de buscar categorias analíticas alternativas que dessem conta da análise das diferenças para além da categoria gênero, daí, surgindo os “conceitos categorias de articulação e/ou interseccionalidades” (PISCITELLI, 2008, p 267).

Collins e Bilge (2021) apontam que a interseccionalidade é a ferramenta analítica que dá conta de responder às demandas que o movimento negro, o movimento feminista e o movimento sindical, com lentes monofocais, não foram capazes de responder.

As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a estes desafios. (COLLINS; BILGE, 2021, p 17)

Ainda segundo as autoras, abordando a realidade das mulheres brasileiras, a perspectiva interseccional foi utilizada como estratégia de articulação, organização e defesa de uma política identitária coletiva das mulheres negras, uma vez que, no interior dos movimentos feministas, antirracistas e da classe trabalhadora, de forma isolada, não foram equacionadas, adequadamente, suas questões específicas. Em resposta, criaram um movimento próprio.

Nenhum de seus aliados mais próximos - homens negros no movimento negro, ou mulheres brancas no movimento feminista, ou socialistas que defendiam os direitos da classe trabalhadora - defenderia visceralmente os principais interesses dessas mulheres com tanto fervor quanto elas mesmas (CARNEIRO, 1995 *apud* COLLINS; BILGE, 2021 p 45)

Embora a definição do conceito sobre as questões que envolvem os marcadores sociais tenha sido feita por Crenshaw (2002), o debate e as reivindicações acerca das camadas de opressão que afetam as mulheres são anteriores à sua nomeação (KYRILLOS, 2020). Casemiro e Silva (2021, p 19) apontam para uma “concepção da interseccionalidade de natureza brasileira”.

Lélia González, já na década de 1980, provocava importantes reflexões sobre os efeitos violentos do racismo, articulado ao sexismo, sobre a mulher negra (GONZÁLES, 2020b) antecipando abordagens que posteriormente foram conceituadas como interseccionalidade, conforme apontam Rios e Ratts (2016):

De fato, a autora figura como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade como uma questão teórica e política. Podemos dizer que Lélia González trabalhava essa proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo, classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo, segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo). (RIOS; RATTTS, 2016 p 395)

Beatriz Nascimento (2021b) pensou a condição da mulher negra brasileira, trazendo uma abordagem sobre esta condição no mercado de trabalho. Segundo a autora, na divisão sexual do trabalho, à mulher negra estão relegadas as funções mais baixas nas hierarquias, os trabalhos braçais e que requerem menor grau de escolarização. Nas palavras da autora:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais. (NASCIMENTO, 2021b, p 58)

Embora Lélia Gonzáles e Beatriz Nascimento tenham dado grandes contribuições para o pensamento interseccional, mesmo antes da denominação desse conceito, apenas recentemente suas obras têm sido reeditadas (RIOS; LIMA, 2020; RATTS, 2021) e debatidas nos circuitos acadêmicos, da militância e dos movimentos sociais. Neste sentido, Casemiro e Silva (2021) criticam a invisibilidade da produção teórica das autoras nos meios acadêmicos e afirmam haver uma “concepção da interseccionalidade de natureza brasileira” (CASEMIRO; SILVA, 2021 p 19). Isto posto, deve haver maior difusão da produção dessas autoras, “num válido esforço anticolonial de valorização da produção brasileira” (CASEMIRO; SILVA, 2021 p 20).

Em produção mais recente e que tem contribuído para a difusão do termo, AKOTIRENE (2019) traz uma concepção interseccional marcada pela experiência da diáspora, a partir de uma visão afrocentrada e ancestral. Em sua metáfora, a autora substitui as avenidas identitárias de Kimberlé Crenshaw pela encruzilhada da cultura iorubá:

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano.

Segundo profecia iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito. (AKOTIRENE, 2019 p 15)

Desta forma, a dimensão da interseccionalidade, além de possibilitar uma leitura da sociedade, enquanto conceito que expõe desigualdades amparadas no patriarcado, no racismo e na cisheteronormatividade, se apresenta como ferramenta analítica capaz de instrumentalizar a produção de políticas públicas (CASEMIRO; SILVA, 2021).

Collins e Bilge (2021) complementam:

(...) ao contestar o mito de que a democracia racial foi alcançada, ou que o movimento negro podia lidar com as preocupações de gênero das mulheres, ou que o feminismo brasileiro era adequado para todas as mulheres, o ativismo pela justiça social do movimento de mulheres negras no Brasil fornece um ângulo de visão novo sobre a desigualdade social e a justiça social. (COLLIS; BILGE, 2021, p 261)

De posse desta ferramenta analítica e de intervenção social e política, as mulheres negras se articularam no sentido de pautar suas questões específicas nas teorias e práticas dos movimentos feminista e negro. A próxima seção abordará a concepção teórica do movimento feminista negro que, amparada pela dimensão da interseccionalidade, instrumentalizou a luta coletiva das mulheres negras.

3.2.2 “E eu não sou uma mulher?” Abordagens teóricas sobre o feminismo negro

Os registros teóricos e históricos do movimento feminista apontam para uma narrativa hegemônica, a partir do ponto de vista das mulheres brancas, de classe média. Na perspectiva histórica do movimento feminista brasileiro, autoras como Pinto (2003, p.10) considera o ano de 1932 como os primórdios deste movimento, quando as mulheres “ganharam o direito de votar”. Outros apontamentos trazem o ano de 1975 como aquele ano que “inaugura” o movimento feminista brasileiro, em que a Organização das Nações Unidas institui o Ano Internacional da Mulher.

Entretanto, quando se aborda a trajetória de luta pelos direitos das mulheres, as mulheres negras têm a sua história invisibilizada. Porém, a atuação das mulheres negras remonta o período colonial, na luta abolicionista e na luta antirracista no pós-abolição (ALMEIDA, 2020). Werneck (2010) afirma que as mulheres negras tiveram participação destacada no empreendimento de ações de resistência à escravidão. Desta forma, pode-se reivindicar que estas foram as primeiras feministas brasileiras,

cuja luta começou com a “primeira embarcação escravista” (MONAGREDA, 2018, p 174), embora “essa trajetória de ativismo, protagonismo, luta e resistência tenha sido constantemente invisibilizada e estereotipada pelos mecanismos estruturais de controle e dominação” (ALMEIDA, 2020, p 70).

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras foi apagada ou suas demandas não inseridas, inicialmente, nas reivindicações do feminismo, assim chamado *mainstream*. O discurso icônico de Sojourner Truth (1851) marca a luta das mulheres negras pelo reconhecimento da sua identidade e dos seus direitos⁴:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

⁴ “Esse discurso foi proferido como uma intervenção na *Women’s Rights Convention em Akron*, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio)”. Fonte: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer (TRUTH, 1851).

Num contexto em que as mulheres, sobretudo negras, não tinham o direito de se posicionarem, o discurso de Truth (1851) teve impacto profundo e segue inspirando mulheres negras, no sentido da conscientização e da organização política, e, conforme aponta a antropóloga Mercedes Jabardo Velasco (2012), pode ser considerado o texto fundacional dos feminismos negros. A reivindicação por direitos não é menos legítima que aquela das mulheres brancas e não anula a condição de mulher, em função da raça ou da situação econômica (DAVIS, 2016).

As mulheres negras reivindicam o direito de terem a sua identidade e especificidades reconhecidas cujas características de opressão diferem-se das mulheres brancas e, por isso, devem ser contempladas numa agenda de lutas específicas. Questões como o mito da fragilidade feminina, da rainha do lar, da musa inspiradora, do direito de acessar o mercado de trabalho não são pautas que alcançam as mulheres negras (CARNEIRO, 2019).

Por outro lado, o movimento negro tão pouco reconheceu as especificidades de gênero na luta antirracista. As mulheres negras foram “pressionadas a aceitar uma posição secundária no movimento negro, já que a luta por igualdade racial não tinha como bandeira o rompimento dos direitos estabelecidos no sistema patriarcal” (FERNANDES, 2016, p. 697).

Tanto o movimento feminista quanto o movimento negro foram negligentes e silenciaram-se diante das opressões que articulam racismo e sexismo, reproduzindo estas mesmas formas de opressão, de modo que questões específicas das mulheres negras não foram acolhidas, situando-as em “posição bastante desfavorável”. (RODRIGUES; PRADO, 2010, p 449).

Nesta direção, o feminismo negro situa-se no ponto de inflexão entre os debates das questões de gênero do movimento feminista e das questões raciais no movimento negro (SILVA; LADEIRA; BRASIL, 2021). As mulheres negras tensionaram tanto o movimento feminista quanto o movimento negro para criar narrativas e práticas de ação coletiva que contemplassem suas demandas. A partir desta “encruzilhada”, Sueli Carneiro (2019) nos convoca a “Enegrecer o Feminismo”. Segundo a autora, enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado incluir na agenda do movimento de mulheres o peso da questão racial na identificação de questões específicas que atingem a população negra.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes das variáveis raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do nosso país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres e, por outro, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2019, p. 52).

Almeida (2020), em uma perspectiva crítica, traça um paralelo entre o que as teóricas feministas denominam de “ondas do feminismo” e a localização das mulheres negras nesta categoria de análise. O quadro 3 representa este comparativo:

Quadro 3- *As mulheres negras nas ondas do feminismo.*

Ondas	Feminismo Hegemônico	Mulheres Negras
Primeira Onda	Movimento Sufragista	Mulheres negras, pobres e sem acesso à educação, excluídas da agenda dos direitos civis e políticos.
Segunda Onda	Construção da categoria “mulher” (estudos da relações de gênero, patriarcado)	Desconstrução do “não ser mulher” questionando os mitos que justificavam a natureza da feminilidade e excluíam as mulheres negras da categoria “mulher”.
Terceira Onda	Luta pela autonomia do corpo e pela liberdade de decidir sobre a interrupção ou não da gravidez	Luta pelo direito de verem seus filhos crescerem sem serem assassinados pelos mecanismos de opressão estatal.

Fonte: Elaboração própria a partir de Almeida (2020).

A partir do quadro esquemático acima, é possível visualizar a localização das mulheres negras no interior do movimento feminista, de acordo com a categorização das ondas do feminismo na perspectiva teórica, e como se fez necessária a reivindicação de pautas específicas neste contexto.

A primeira onda do feminismo caracterizou-se pelo movimento sufragista. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932 “com a promulgação de um novo código eleitoral no Governo Getúlio Vargas”. (ALMEIDA, 2020, p 31). Porém, este direito representou a conquista de uma parcela de mulheres da classe alta e média, não alcançando as mulheres de forma universal. “As sufragistas excluíram de

suas agendas políticas a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres negras e de outras coletividades e se omitiram diante das opressões raciais existentes na sociedade” (ALMEIDA, 2020, p 31).

A segunda onda do feminismo teve como marco teórico as reflexões sobre o que é ser mulher, o entendimento do patriarcado como a raiz de todas as opressões a que as mulheres estão sujeitas e o “estudo das relações de gênero se torna um objeto analítico do feminismo”. (ALMEIDA, 2020, p 40). Em sentido oposto, o feminismo negro questionava as referências de feminilidade e acrescentava o racismo como mais uma camada de opressão. Neste sentido, “a introdução de novas agendas na luta feminista ampliou os horizontes, agregando reivindicações imprescindíveis à luta emancipatória das mulheres negras em prol do reconhecimento” (ALMEIDA, 2020, p 46).

A terceira onda foi marcada pela ideia de pluralidade e diversidade. Passou-se a questionar a categoria analítica “gênero”, ampliando-se a concepção e dando espaço para “o surgimento de diferentes reivindicações e agendas de luta” (ALMEIDA, 2020, p 49).

Enquanto as feministas brancas lutam pela autonomia do seu corpo e a liberdade de decidir sobre a interrupção ou não da gravidez, as mulheres negras e pobres, em sua maioria, lutam pelo direito de verem seus filhos crescerem sem serem assassinados de forma prematura pelos mecanismos de violência simbólica do Estado (PISCITELLI, 2009 *apud* ALMEIDA, 2020, p 53).

Neste cenário conflitual, as demandas das mulheres negras ganharam relevância e visibilidade, apontando para a necessidade de uma forma específica de mobilização política e social, como também de organização da luta por identidade e reconhecimento (ALMEIDA, 2020). “O Movimento Feminista Negro surgiu como resposta às especificidades que afetam as mulheres negras em razão do duplo processo de opressão perpetrado pelas práticas racistas e sexistas” (ALMEIDA, 2020, p 52). Kyrillos (2020, p 6) afirma que “os feminismos negros, em certa medida, desestabilizam alguns dos pressupostos nos quais se fundamentava o feminismo existente até então”, pois questionam a universalidade do conceito de mulher e visão ocidental e eurocêntrica do feminismo hegemônico, que não representava as mulheres negras. Lemos (2017) sintetiza as fases do desenvolvimento teórico do feminismo negro, conforme exposto no quadro 4:

Quadro 4- Fases do feminismo negro

Fases	Características
Primeira:	<p>Ativismo político focado na luta por direitos civis e sociais.</p> <p>Denúncia dos sistemas de opressão econômica (escravidão), da precariedade do trabalho e das relações sociais laborais.</p> <p>Questionamento da centralização do poder por homens brancos e mulheres brancas.</p> <p>Ausência de direitos fundamentais à dignidade humana.</p> <p>Identificação e denúncia da opressão de gênero e de raça.</p>
Segunda	<p>Categorização do termo</p> <p>Proliferação de organizações feministas negras.</p> <p>Ativismo político focado na luta por direitos sociais (educação, saúde, etc), econômicos (salários iguais, trabalhos iguais), civis (ausência de participação equânime nas estruturas partidárias e no acesso aos cargos em instituições públicas e privadas) e a luta por direitos culturais.</p> <p>Tensionamento na identificação do sexismo e racismo nos espaços mistos de participação (movimento negro e feminista branco).</p> <p>Participação política nos espaços mistos por direitos civis e sociais.</p> <p>Denúncia dos sistemas de opressão econômica, da precariedade do trabalho e das relações sociais laborais.</p> <p>Tensionamento acadêmico do status de objeto de pesquisa.</p> <p>Ausência de direitos fundamentais à dignidade humana.</p> <p>Luta por representação na política partidária em todo o território nacional.</p> <p>Sistematização do conceito de cidadania.</p>
Terceira	<p>Ativismo político focado na diversidade do feminismo negro (mulherismo africano, feminismo negro de mulheres de favela, feministas cantoras de Rapper, Hip-Hop e Funk, feminista negras de classe média autodenominadas Mulheres Empoderadas, dentre outras).</p> <p>Controle do corpo (direitos sexuais e reprodutivos).</p> <p>Consolidação do feminismo negro como linha de pesquisa.</p> <p>Abandono do status de objeto de investigação, com as mulheres negras se tornando protagonistas do saber acadêmico.</p> <p>Conformação de novos feminismos negros na perspectiva cultural, territorial e de classe.</p> <p>Luta pelo fim do genocídio da juventude negra.</p>

Fases	Características
	Insistência na luta por equidade e autonomia econômica. (Muitas características da primeira e segunda fases por não terem sido superadas, ainda persistem)

Fonte: Lemos (2017, p 9-10)

O feminismo negro, enquanto movimento social, tem como objetivos: extrair a vivência das mulheres negras com relação às (mas não somente) suas condições de emprego, renda, educação, acesso aos serviços públicos e exposição à violência; e dar visibilidade às reivindicações de suas demandas específicas. O adjetivo “Negro” se dá no sentido da ênfase do caráter antirracista do movimento (DIAS; ARAÚJO, 2021) e na perspectiva de ressaltar as especificidades da luta feminista para as mulheres negras.

3.3 A trajetória do feminismo negro no Brasil

O feminismo negro no Brasil emerge da luta feminista e antirracista, tendo sido impulsionado na década de 1980, período de organização de vários outros movimentos sociais, no contexto da redemocratização do país (ALMEIDA, 2020). Neste contexto, intelectuais negras pautaram o surgimento de uma teoria feminista negra, a partir das singularidades das mulheres negras brasileiras, expostas às opressões de raça, classe e gênero.

Como já mencionado, a trajetória de organização das mulheres negras no Brasil teve início ainda nos anos de atuação da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro. Naquele período, Laudelina de Campos Melo fundou a Associação Profissional de Empregados Domésticos, na cidade de Santos-SP, “com o objetivo de conquistar o *status* jurídico de sindicato, uma vez que estes poderiam negociar o reconhecimento jurídico da categoria e conquistar direitos trabalhistas” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p 155). A reivindicação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas ainda é uma questão que afeta diretamente as mulheres negras. De acordo com os apontamentos do autor, é possível afirmar que a organização das mulheres negras se deu por meio do movimento negro que até então era o espaço onde se discutiam as questões acerca das relações raciais. Como visto

também na seção anterior, a PEC das Domésticas foi uma resposta de política pública, fruto de uma reivindicação histórica pautada pela articulação de gênero, raça e classe.

Ribeiro (1995) afirma que os diálogos entre as mulheres negras e o movimento feminista se deram nos anos 1980, por meio da realização dos Encontros Feministas, dos quais as mulheres negras participaram e reivindicaram o acolhimento de suas pautas. “Quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas” (RIBEIRO, 1995, p 448). Sobre as motivações que levaram à organização do feminismo negro brasileiro, Carneiro (2019) complementa:

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizaram; por uma real inserção social; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero (CARNEIRO, 2019, p. 167).

Dentre os Encontros Feministas, destaca-se o III Encontro Feminista Latino-americano, ocorrido na cidade de Bertioga/São Paulo, em 1985 (RIBEIRO, 1995; MOREIRA, 2007).

Moreira (2007, p 4) aponta que este encontro marca o início da relação das mulheres negras com o movimento feminista, “de onde emerge a organização atual de mulheres negras como expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista”. A partir de então, ainda segundo a autora, estabelecem-se os primeiros coletivos de mulheres negras e a realização de encontros estaduais e nacionais. No processo de preparação para a participação do encontro em Bertioga, Sueli Carneiro e Thereza Santos produziram o estudo “Mulher Negra”, um importante diagnóstico que, por uma década, serviu como referência sobre a situação das mulheres negras tanto no âmbito dos movimentos quanto acadêmico (RIBEIRO, 1995).

Em 1987, ocorreu o IX Encontro Nacional Feminista (ENF), em Garanhuns/Pernambuco. No entanto, pela ausência da pauta racial nos debates, o evento foi marcado por críticas e pressões das mulheres negras. Gonçalves (2018, p. 16) aponta que este encontro foi “o divisor de águas” e deixou explícito como o

“racismo atingia cada uma delas, independentemente de idade, região, formação acadêmica ou tom de pele (do mais claro ao retinto)”.

Esta tensão as levou a organizarem seu evento específico, no ano de 1988, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), realizado em Valença/Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2018; GONZÁLES, 2020c), em um ano emblemático, o centenário da abolição da escravidão no Brasil, “com a finalidade de congregar mulheres negras de todo o território brasileiro e refletir sobre os motivos que as levavam a receberem um tratamento diferenciado na sociedade brasileira” (GONÇALVES, 2018, p. 16).

Dias e Araújo (2021) apontam que o I ENMN possibilitou a ocorrência de um importante intercâmbio, no sentido do resgate da valorização da cultura negra e da organização das mulheres negras enquanto atrizes sociais. Dele, emergiu uma série de questões relevantes, de acordo com Moreira (2007, p.8):

a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferente vertentes políticas.

Este encontro, por sua vez, sofreu críticas e acusações por parte do movimento negro e do movimento feminista, que apontaram que as mulheres negras estavam a provocar um “racha” entre os movimentos, o que foi respondido:

Todas nós mulheres negras devemos entender que somos fundamentais neste processo de transformação reivindicando uma sociedade justa e igualitária onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas (...) Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um racha nos movimentos sociais como alguns elementos acusam. Nosso objetivo é que nós mulheres negras comecemos a criar nossos próprios referenciais deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou pela da mulher branca. O sentido da expressão “criar nossos próprios referenciais” é que queremos estar lado a lado com as (os) companheiras (os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta vozes de nossas próprias ideias e necessidades, enfim

queremos uma posição de igualdade nessa luta (RIBEIRO, 1995, p 450)

A partir destes encontros, o movimento de mulheres negras se firmou, estabelecendo-se, seja no interior dos grupos do movimento negro ou feminista, seja de maneira autônoma. Nesse contexto, as ativistas do movimento de mulheres negras passaram a estruturar um projeto político coletivo e reivindicar mais espaço nos órgãos de políticas para mulheres. O movimento impulsionou a questão do gênero para a agenda de tais políticas, as quais estavam em formação. Por meio de uma atuação ativa e organizada, as mulheres negras passaram a apontar novas perspectivas para o movimento feminista (RIBEIRO, 1995). A autora aponta ainda:

Parece que o movimento feminista se tornou mais atento ou vigilante às ações das mulheres negras, no sentido de qualificar seu discurso e prática, incluindo a questão racial e étnica como importante na luta por democracia e cidadania. Pode-se dizer que as mulheres feministas negras e brancas não são mais as mesmas (RIBEIRO, 1995, p. 457).

A partir dos anos 1990, o movimento das mulheres negras buscou na institucionalização, tal como o movimento negro, a estratégia pela qual encontrou sustentação para a incidência política (RODRIGUES; FREITAS, 2021). Neste período surgiram várias Organizações Não Governamentais (ONGs) e coletivos, assim, o movimento de mulheres negras brasileiras firmou seu papel fundamental na luta por cidadania. (SANTOS, 2009).

As organizações não governamentais de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras. (SANTOS, 2009, p. 6).

Santos (2009) utiliza o termo “perspectiva racial de gênero” para designar a forma como as ONGs de mulheres negras desenvolvem suas ações políticas de forma a materializar a dimensão da interseccionalidade em intervenções concretas, sobretudo em termos de políticas públicas. A autora aponta ainda que, estruturalmente organizado, o movimento feminista negro brasileiro, por meio das ONGs, tem empreendido forte incidência no sentido de intervir em políticas públicas,

sobretudo no campo da saúde e no debate sobre direitos sexuais e reprodutivos (SANTOS, 2009; SILVA, LADEIRA; BRASIL, 2021).

Este processo organizativo foi determinante para que as mulheres negras brasileiras tivessem atuação destacada na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, em 2001. Neste contexto, surgiu a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) com o objetivo de apoiar a ação política das mulheres negras no processo de preparação para a Conferência (SANTOS, 2009). Esta é uma rede que congrega organizações de mulheres negras que atua no sentido de promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, para o “enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à toda as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil” (AMNB, 2021 on line). A participação em Durban representou a oportunidade de denunciar o racismo no âmbito internacional e consolidar a organização política das mulheres negras brasileiras.

O feminismo negro brasileiro, então, se fortaleceu, amadureceu, surgiram novas lideranças, em frentes de lutas diversificadas. Lemos (2016, p 228) considera que este conjunto de fatores reuniu as condições ideais para que, novamente, e contando “com um coletivo mais fortalecido, exercendo maior autonomia em relação aos movimentos negros e os movimentos feministas”, as mulheres negras se reunissem e se pusessem em Marcha, realizando, no ano de 2015, a Marcha das Mulheres Negras. Este marco da trajetória do movimento feminista negro será explorado mais detalhadamente no capítulo que tratará da participação das feministas de Belo Horizonte nesta ação.

As mulheres negras estão organizadas também nos partidos políticos, nas associações de bairros, nos sindicatos, nos grupos culturais e nas organizações religiosas (SANTOS, 2009)

Neste sentido, o movimento de mulheres negras brasileiras tem sido fundamental para a popularização do movimento feminista, uma vez que aumentou o alcance das discussões das mulheres para as camadas populares e da classe trabalhadora, para além da “bolha” das mulheres brancas, de classe média e acadêmicas.

Esse capítulo tratou dos movimentos negros e feminista, destacando, a partir da perspectiva da interseccionalidade, as especificidades do feminismo. Ao analisar a

trajetória dos movimentos negro e feminista negro, observou-se que, ao longo desta trajetória, ambos empregaram um repertório amplo de ação coletiva, o que permitiu avanços na conquista das políticas públicas.

O próximo capítulo abordará como estes movimentos se estruturaram, se desenvolveram e incidiram nas políticas públicas de caráter interseccional na cidade de Belo Horizonte.

4 A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO E DO FEMINISMO NEGRO EM BELO HORIZONTE

Belo Horizonte é uma cidade negra. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, 60% da população de Belo Horizonte se declara preta ou parda. Diante desta realidade, os homens e mulheres negros em Belo Horizonte também possuem uma trajetória de organização política e mobilização social. É o que este capítulo vai apresentar.

Antes de abordar a história dos movimentos negro e feminista negro em Belo Horizonte, apresentaremos as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, suas histórias de ativismos e militância e como atuam na luta antirracista em perspectiva interseccional na cidade.

4.1 Conhecendo as entrevistadas: identidade e ativismos

Nesta seção será apresentado o perfil das entrevistadas, a partir da autodefinição e do reconhecimento de si enquanto mulher negra e da sua trajetória ativista/militante no movimento negro e feminista negro. A capacidade de se autodefinir e reconhecer identidades individuais e coletivas tem sido uma poderosa ferramenta e um ponto central do pensamento feminista negro (COLLINS, 2019). Sobre o ativismo de mulheres negras, Collins (2019) o aborda em duas dimensões: A primeira dimensão diz sobre a luta pela sobrevivência do grupo, luta a qual leva as mulheres negras a criarem estratégias de resistência no interior das estruturas sociais. Já a segunda dimensão se refere à luta pela transformação institucional, ou seja, “iniciativas que buscam mudar políticas e procedimentos discriminatórios no governo, nas escolas, no mercado de trabalho, na imprensa, no comércio e em outras instituições sociais” (COLLINS, 2019, p. 332-333). Ambas as dimensões apontadas pela autora serão apresentadas a partir do relato das entrevistadas, sendo que a segunda (transformação institucional) será mais detalhada no capítulo que abordará os repertórios de ação e de interação com o Estado e quais as estratégias, na percepção dessas mulheres, os movimentos têm utilizado para enfrentar, por meio das políticas públicas, em perspectiva interseccional, as opressões de gênero, raça e classe em Belo Horizonte.

Embora as entrevistadas não tenham colocado objeções quanto à divulgação de suas identidades, optou-se por atribuir-lhes pseudônimos inspirados na obra “Heroínas negras brasileiras” (ARRAES, 2020) cujas histórias foram contadas em formato de literatura de cordel pela escritora Jarid Arraes (2020). O livro resgata a história de quinze mulheres negras que lutaram contra a escravidão ou tiveram atuação destacada no seu tempo, mas que tiveram suas trajetórias relegadas à invisibilidade. Nas palavras da professora doutora Jaqueline Gomes de Jesus, que assina o prefácio, o livro de Jarid Arraes (2020) “contribui, de maneira extraordinária, para que resgatemos nossa memória: como mulheres negras, como pessoas negras, como brasileiras e brasileiros”. Amoras, Costa e Araújo (2021) retomam o pensamento de Patrícia Hills Collins (2019), que questiona a falta de reconhecimento da luta histórica das mulheres negras contra o racismo, contestando a hipótese de que aceitaram passivamente os horrores do período da escravidão. Pelo contrário, tais mulheres resistiram (e seguem resistindo) às opressões, “ainda que seus enfrentamentos não sejam vistos como ativismos e ações políticas contra o Estado”. (AMORAS, COSTA; ARAÚJO, 2021, p. 3). Desta forma, esta pesquisa busca dar a elas visibilidade e o devido reconhecimento de suas lutas, identificando-as ao movimento feminista negro de Belo Horizonte cujas porta-vozes são as seis mulheres aqui apresentadas.

4.1.1. Maria Felipa⁵

*Mulher negra corajosa
E também trabalhadora
Era muito bem querida
Pela gente sofredora
Um exemplo irreparável
De mulher pelejadora
(ARRAES, 2020, p.98)*

⁵ “Maria Felipa de Oliveira nasceu na Ilha de Itaparica (BA), no começo do século XIX, possivelmente descendente de negros escravizados do Sudão. Vivia como pescadora e marisqueira e participou da luta pela independência da Bahia, na qual liderou duzentas pessoas, entre elas, indígenas e mulheres negras. Nas batalhas contra os portugueses que atacavam a ilha, Maria Felipa e seus companheiros queimaram pelo menos quarenta embarcações inimigas. Maria Felipa é citada pelos historiadores Ubaldo Osório Pimentel e Xavier Marques em suas obras que apuram registros de pessoas lideradas por ela” (ARRAES, 2020, p. 103)

Maria Felipa, no período da pesquisa, estava com 35 anos. É formada em Serviço Social e, em dado momento de sua trajetória, ocupou o cargo de Diretora de Política para as Mulheres em Belo Horizonte. No momento da investigação se dedicava profissionalmente à temática dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, na Anis Instituto de Bioética, uma instituição do Terceiro Setor. Embora não estivesse vinculada à gestão pública, ela considerava que sua atuação no Terceiro Setor também era uma forma de ativismo.

Ela se considerava “uma mulher negra em movimento” e se reconhecia como tal desde que nasceu. Filha de uma família afrocentrada, seus traços étnicos sempre a possibilitaram a se entender como uma pessoa preta. Ela se recordou de ter sofrido racismo, ainda bem nova, aos seis anos de idade, mas também que sempre houve o acolhimento de suas dores/angústias por parte de seus pais que a fizeram compreender e aceitar sua negritude e, sobretudo, a tê-los como referência.

Eu vivi o que várias de nós, mulheres pretas, se não todas, vivemos. Nós vivemos essa necessidade imposta por um mundo patriarcal, machista e racista. Temos que ser muito melhores do que as outras pessoas, para que nós sejamos reconhecidas como próximas dessas pessoas, porque iguais nós não vamos ser, aos olhos desse patriarcado racista e sexista (Maria Felipa, Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021).

Sua trajetória ativista começou na adolescência, no movimento estudantil, na escola em que estudou. Embora, naquele contexto, a representação estudantil não tivesse o viés de debates políticos mais aprofundados, esta experiência possibilitou que ela acessasse espaços que talvez não tivesse a oportunidade de acessar, por ser uma adolescente. Seu envolvimento no movimento estudantil prosseguiu ao longo da formação no ensino superior, no curso de Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), a partir do qual iniciou uma militância, no sentido mais amplo, e aprofundou os debates acerca das questões raciais e de gênero. Neste curso, teve a oportunidade de conhecer mulheres negras “incríveis”, tais como Benilda Brito, que ela comparava a conhecer o Milton Nascimento, de quem é muito fã, e como Macaé Evaristo, a quem tinha como grande inspiração:

Quando eu vi a Macaé, nossa, foi um divisor de águas: “*Gente, ela é muito incrível, ela é assistente social*”. E foi a mesma coisa de pegar uma Barbie preta que eu nunca tive, sabe. Eu posso ser [incrível]

também. (Maria Felipa, Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021).

Junto a um grupo de amigos, fundou o Instituto Tucum, na cidade de Santa Luzia/Minas Gerais, no qual eles desenvolvem ações de educação popular, voltadas para as juventudes e para a mobilização comunitária.

As trajetórias profissional e ativista de Maria Felipa se entrelaçavam e ela considerava a militância como condição para sua prática profissional:

Eu vejo que a militância é muito importante. Os ativismos, eles têm que acontecer, a militância precisa acontecer para além dos movimentos sociais. Eu sempre fui uma defensora disso, então, **eu fiz da minha profissão uma forma de militância e ativismo profissionalizado.** (Maria Felipa, Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021, grifo nosso)

Desta forma, Maria Felipa fez da sua profissão uma escolha política, sobre a qual se ancorou para trazer debates e construções que enfrentassem as lógicas sexista, machista, racista, meritocrática, de preconceito social, LGBTQIA+fóbica, dentre outras.

Eu fiz um compromisso muito grande com as causas sociais e com a transformação da sociedade. Para mim, a militância e o ativismo estão aí, em como eu posso aprimorar os meus posicionamentos, a minha atuação, o meu olhar crítico e a construção em prol do que eu fiz o juramento. Então, uma militância é muito maior para mim do que levantar uma bandeira diante de uma situação que está ruim, é fazer um tensionamento com os diversos setores para que esse tensionamento mostre, inclusive, a sua existência. **A partir da sua existência, você faz uma resistência, eu acho isso muito potente.** (Maria Felipa, Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021, grifo nosso)

4.1.2. Tia Ciata⁶

⁶ “Tia Ciata, cujo nome de nascença era Hilária Batista de Almeida, nasceu em Santo Amaro (BA), em 1854, Cozinheira e mãe de santo, foi iniciada no candomblé em Salvador (BA) e levou o samba de roda ao Rio de Janeiro em 1876. Trabalhou como quituteira, sempre com suas vestes de baiana, para

*Conhecida e bem famosa,
Tia Ciata ainda é
Sobretudo pra quem gosta
De um bom samba no pé
Mas sua vida foi de luta
E também de muita fé
(ARRAES, 2020 p.147)*

Tia Ciata tinha 39 anos no tempo em que ocorreu a pesquisa. Era formada em Serviço Social e mestranda em Ciência Política. Havia, em dado momento de sua trajetória, ocupado o cargo de presidenta do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, no mandato anterior, de 2019 a 2021, e naquele momento era a representante titular da sociedade civil neste Conselho, no segmento das Organizações de Mulheres Negras, no mandato de 2021 a 2023. Em termos de atuação profissional, Tia Ciata trabalhava com a elaboração de projetos para organizações do Terceiro Setor e também como assessora e consultora na temática das relações étnico-raciais e sociais.

Seu ativismo político foi inspirado por seus pais, que estavam envolvidos nos movimentos por moradia na cidade de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri/Minas Gerais, cidade onde nasceu. Durante a adolescência, participou dos movimentos de Juventude e das Pastorais da Igreja Católica. Chegou, inclusive, a ir para um convento, onde ficou por sete anos. Ao sair do convento, participou da Pastoral da Criança e do Adolescente e, em uma viagem a Belo Horizonte, teve a oportunidade de ouvir os tambores do Congado, por meio do qual Tia Ciata considerava que houve uma identificação ancestral com a sua negritude:

Foi a primeira vez que eu ouvi o congado e aquilo foi muito latente em mim. Foi uma identificação imediata. Até então, eu não me reconhecia; a negritude estava em mim, estava no meu cabelo, estava na minha pele, mas eu não falava [sobre racismo]. Era algo que eu não queria como bandeira. Eu achava muito demarcado: *“vou ter que falar disso, vou ter que viver disso, vou ter que viver isso”*. E o racismo sempre foi muito latente. (Tia Ciata, Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

sustentar a filha. Em sua comida, expressava sua convicção no candomblé, apesar de a religião ser proibida naquele tempo. Mais tarde, casou-se com João Batista da Silva, com quem teve quatorze filhos. Sua casa na Praça Onze era ponto de encontro de diversos personagens do samba e compositores importantes. A polícia perseguia esses encontros, mas, sendo também curandeira, Tia Ciata acabou sendo chamada a curar uma ferida na perna do Presidente Venceslau Brás e com isso deixou de ser perseguida. Em troca do favor, pediu um emprego para seu marido. Ela faleceu em 1924, mas até hoje sua casa é referência do samba e do candomblé no Rio de Janeiro” (ARRAES, 2020, p. 153)

Morando na cidade de Teófilo Otoni, Tia Ciata não teve a oportunidade de acesso a manifestações do movimento negro e, ao ingressar na universidade, começou a ter contato com pessoas militantes. A universidade na qual estudou fazia parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e esta política pública possibilitou a abertura de um *campus* em sua cidade. Tia Ciata considerava que a universidade a "libertou" e fez com que conseguisse nomear, tomar atitudes e se dar conta do que era o racismo, do que era a identidade negra:

Sabe quando você está numa lagoa muita calma e alguém joga uma pedra e aquela pedra vai fazendo ondas? Então, era como se eu fosse essa lagoa e alguém tivesse jogado uma pedra em mim, e aquilo foi reverberando camadas dentro de mim e expandiu a minha cabeça (Tia Ciata, Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

A partir de então, se envolveu cada vez mais: fez cursos; participou de grupos e organizações, como a Marcha Mundial de Mulheres, a Consulta Popular; conheceu o Vale do Jequitinhonha. Mas a sua verdadeira inserção no movimento negro se deu quando se mudou para Belo Horizonte e foi acolhida por uma família negra.

Estar naquela família negra, para mim, foi meu primeiro contato com o movimento negro. Porque a minha família é negra, mas a gente nunca falou sobre [o racismo], não se ouvia músicas negras, não tinha uma intencionalidade nas nossas vivências, só tinha sobrevivência, mesmo. **E quando eu conheci aquela família, foi um primeiro momento que eu senti que toda a família tinha uma intencionalidade política de existir.** Então, se você me pergunta, qual foi o seu primeiro movimento negro? Eu falo que foi a convivência com essa família. Adentrar naquela família, estar naquela família, foi me trazendo elementos dessa militância negra, de combate ao racismo, foi me trazendo elementos da matriz africana. E eu conheci outras figuras em Belo Horizonte que eram do movimento negro, estudei sobre racismo. (Tia Ciata, Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021, grifo nosso)

Tia Ciata também usava da cultura como estratégia de fortalecimento. Nesse sentido, ela cantou e foi produtora do Angola Janga, um bloco de carnaval que

tinha/tem uma perspectiva de auto-organização e ela também fazia parte do Afoxé Bandarerê, vinculado à sua casa de candomblé.

4.1.3 Tereza de Benguela⁷

*Que exemplo inspirador
Que mulher tão imponente
Foi Tereza de Benguela
Uma deusa para a gente
Que até hoje não desiste
Desta luta pertinente
(ARRAES, 2020, p.141)*

Tereza de Benguela era natural de Belo Horizonte estava com 52 anos no momento desta investigação. Pisciana; filha de Iansã e de Xangô; mãe do Adê, do Alaê e da Daiana; e avó do Enan. Os nomes dos filhos e do neto tem origem africana. Ela era neta da Dona Benigna e filha da Dona Zaíra, quilombolas nascidas na região da Serra do Cipó/Minas Gerais. Era formada em Pedagogia, com especializações em Psicopedagogia e em Recursos Públicos, e também era mestra em Gestão Social, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sobre a sua formação, Tereza de Benguela afirmava que a escolha do curso foi uma decisão política, uma preparação para o enfrentamento ao racismo:

A formação de muitas de nós, mulheres negras, principalmente do Nzinga, que é a instituição que eu ajudei a fundar, [foi a partir da escolha] por quais cursos nos interessavam, enquanto mulheres negras. Quem ia estudar o que, para a gente enfrentar o racismo e o sexismo. Então, **eu cursei pedagogia por uma decisão política do coletivo de mulheres negras** naquela época. Eu me formei em 1996. Uma outra amiga foi para a psicologia, outra foi para o serviço social. Então a gente mapeou quem tinha ensino médio, quem não tinha, quem ia fazer o supletivo, quem ia fazer a graduação, quais cursos a gente queria de enfrentamento. (Tereza De Benguela, Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021, grifo nosso)

⁷ “Tereza de Benguela viveu no Mato Grosso durante o século XVIII. Após o falecimento do seu marido, José Piolho, chefe do Quilombo do Quariterê, Tereza se tornou uma rainha quilombola. Ela mantinha um sistema de troca de armas com os brancos e comandava toda a administração, economia e política do quilombo, onde também desenvolviam cultura de algodão, dominavam o uso da forja e comercializavam tecidos e alimentos excedentes. Os negros e indígenas sob sua liderança resistiram à escravidão por 20 anos, até 1770, quando o quilombo foi destruído. Em sua homenagem, o dia 25 de Julho foi instituído o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra” (ARRAES, 2020, p. 143)

Era atuante em várias organizações sociais e, em dado momento de sua trajetória, lecionou na PUC Minas. Era consultora da ONU Mulheres e do Pacto Global e ativista pela educação da Rede Malala. Sua trajetória ativista era consequência do seu empoderamento enquanto mulher negra. E quem a empoderou foi sua avó (a quem ela se referia carinhosamente como vovó):

A vovó foi me mostrando que não tinha limites também, e que uma forma que eu tinha de me empoderar era assumindo a minha negritude. Ela beijava a minha cabeça, trançava meu cabelo, me mandava pra escola e falava “minha neguinha tá linda!”. Então isso foi muito importante, eu cresci sabendo que eu era negra e que era linda (Tereza De Benguela, Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

Devido a esta convivência muito próxima com a sua avó, que era católica, Tereza de Benguela iniciou sua militância nos grupos de jovens, “num tempo em que a Igreja era mais avançada”, segundo narrou, ou seja, a vertente mais progressista da Igreja Católica, ligada à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). No interior da pastoral da juventude, os jovens atuavam de acordo com suas identidades e especificidades. Tereza de Benguela, por ser oriunda dos meios populares, foi militante da Pastoral da Juventude dos Meios Populares (PMJP).

Os movimentos foram se organizando dentro das suas especificidades, e ali eu cresci, ali foi um caminho sem volta, porque eu aprendi que eu era do meio popular. E qual era a minha identidade? Negra! Então eu tinha que ir para o movimento negro. Eu saio da pastoral da juventude e eu vou atuar no movimento negro, o que foi uma situação estratégica, política. (Tereza De Benguela, Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021,

A partir desta experiência, sua atuação foi se diversificando cada vez mais. Foi professora de Direitos Humanos, atuou no movimento de mulheres negras e candidatou-se ao cargo de vereadora, por Belo Horizonte, não tendo sido eleita, entretanto.

4.1.4 Aqaltune⁸

*Nos quilombos do Brasil
Era forte a tradição
De manter vivas as raízes
Africanas na nação
Aqaltune isso queria
Disso fazia questão
(AQUALTUNE, 2020, ano, p.30)*

Aqaltune tinha 58 anos quando participou desta investigação. Designer de moda africana. Ocupava o cargo de diretora de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial em Belo Horizonte. Ela afirmava que sua identificação e reconhecimento como mulher negra vinham da infância, pois desde pequena “já sabia que era uma criança negra”, conforme narrou. Seu fortalecimento se deu por meio de seu pai, que sempre a instruiu a se preparar para enfrentar os racismos. Ela se colocava como uma mulher preta de tradição:

Eu sempre tive em mim que a minha forma de ser, de lidar com o mundo, de me comportar, de ver e de me colocar no mundo é de uma mulher de tradição de matriz africana. Então, quando me perguntavam “*de que parte da África você é?*”, eu sempre respondia: “*de Minas Gerais, ué!*”.(Aqaltune, Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021).

Ela atribuía sua identificação em África a uma memória ancestral, despertada por meio de seu trabalho com moda, em que, instintivamente, reproduzia as indumentárias dos povos africanos. Isto lhe deu a consciência de que fosse uma mulher africana, nascida na diáspora em consequência da escravização. Seu modo de ser, de se vestir e de se colocar no mundo influenciava outras mulheres, assim como foi influenciada:

A minha presença influencia o reconhecimento de outras mulheres. Na década de 80, eu já tinha um modo de vestir lembrando África e, em alguns momentos, o traje era quase que a reprodução do próprio traje

⁸ “Aqaltune era uma princesa africana, de um reino do Congo. Foi uma grande guerreira e estrategista e liderou um exército de 10 mil homens para combater uma invasão de seu reino, em 1665. Quando perdeu a guerra, foi escravizada e trazida ao Brasil, onde foi vendida como escrava reprodutora. Grávida, Aqaltune organizou uma fuga para Palmares, onde deu à luz a Ganga Zumba e Gana que mais tarde seriam chefes dos mais importantes mocambos de Palmares e também Sabina, mãe do grande líder Zumbi dos Palmares.” (ARRAES, 2020, p. 33)

africano. Então, eu enveredei no estudo das indumentárias, eu sempre me vesti e me posicionei nesse lugar. Então eu acho que a minha presença e o meu modo de me vestir já impactavam as mulheres ao meu redor. E, à medida que eu fui me inserindo nos movimentos e adquirindo uma bagagem maior de conhecimento, principalmente de conhecimento político, foi impactando mais ainda as mulheres. Impactavam como fui impactada. (Aqaltune, Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021).

A formação de sua identidade de mulher preta de tradição não se deu por meio dos movimentos nos quais se engajou, mas estes foram importantes em sua preparação para os debates das questões raciais, para o reconhecimento e para o enfrentamento dos racismos, como também na busca das políticas públicas.

Seu ativismo e envolvimento no movimento negro iniciou-se na década de 1980, na área cultural, quando produziu o figurino do espetáculo de dança “Xangô”, da coreógrafa e bailarina mineira, Mestra Marlene Silva. Ao longo de sua trajetória, morou em diversos locais, como em Ouro Preto (Minas Gerais), em Santa Catarina, na Bahia, no Maranhão e na Paraíba, sempre envolvida com ações do movimento negro e pesquisando a influência dos povos africanos sequestrados e posteriormente escravizados nestes locais.

Aqaltune participou e ajudou a fundar diversas entidades: Movimento Nacional Nação Bantu; a Rede Brasileira de Saúde nos Terreiros (REAFRICA); o coletivo de empresários e empreendedores afro-brasileiros (CEABRA); e a Rede Nacional de Afroempreendedores (RENAFRO). No que se refere aos debates da questão econômica, a qual envolve a população negra, ela destacou:

Eu sempre atuei na discussão da questão econômica, discutir nossa fatia do bolo e os nossos empreendimentos, a nossa movimentação. **Sabemos que somos nós que movimentamos financeiramente esse país, nós que movemos essa máquina, nós que construímos esse país**, então eu sempre participei desse debate também. (Aqaltune, Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021, grifo nosso)

Fundou o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Povos Tradicionais de Matriz Africana e a Associação Nacional da Moda Afro-Brasileira (ANAMAB) e posteriormente se firmou no campo temático dos povos tradicionais de matriz africana:

eu passo a me dedicar mais especificamente nessa área e sempre em discussões que envolvem esses povos, seja mulher, seja segurança alimentar, seja território, sejam as políticas públicas em si, sejam os enfrentamentos ao racismo, principalmente ao racismo religioso. (Aqaltune, Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021).

Institucionalmente, teve atuação ativa nos níveis municipal, estadual e federal. Participou da criação da Secretaria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra (SMACON), cuja trajetória será abordada mais adiante, e da construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais Africanos, na Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), durante o mandato da ministra Luiza Bairros. Atuou junto à Fundação Cultural Palmares e junto aos conselhos nacional e estadual de Segurança Alimentar.

4.1.5 Luísa Mahin⁹

*E para as mulheres negras
Mahin é uma referência
Um espelho poderoso
Dessa forte resistência
É coragem feminina
E também resiliência
(ARRAES,2020, p.92)*

Luísa Mahin tinha 59 anos no período da pesquisa. Nascida no Morro do Papagaio, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Pedagoga e pós-graduada em Gestão de Pessoas. Naquele momento, ocupava o cargo de coordenadora municipal do Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE), do Bairro Coqueiros, em Belo Horizonte. Os CEVAEs são equipamentos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ligados à política ambiental.

⁹ “Luísa Mahin foi uma africana vinda da Costa da Mina, onde teria sido uma princesa, vendida depois como escrava. Foi trazida ao Brasil e alforriada em 1812. Viveu como quituteira em Salvador (BA) e deu à luz Luís Gama, importante abolicionista e poeta brasileiro. Luísa era praticante da religião islâmica e repassava bilhetes em seus quitutes, envolvendo-se em muitas rebeliões, como a Revolta dos Malês, em 1835, e a Sabinada em 1837. Caso a Revolta dos Malês tivesse sido vitoriosa, Luísa Mahin teria se tornado a rainha da Bahia. Quando descoberta, foi perseguida e fugiu ao Rio de Janeiro (RJ), onde foi detida. Não se sabe se foi levada para Angola, na África ou se conseguiu fugir. Alguns autores afirmam que ela teria se instalado no Maranhão onde desenvolveu o tambor de crioula.” (ARRAES, 2020, p.93)

Seu reconhecimento enquanto mulher negra começou na própria casa, sob a influência e a referência da mãe:

Todos os dias éramos treinadas a fazer um exercício de nos olhar no espelho e dizer que nós somos belas, somos poderosas, assumir nosso cabelo crespo, os turbantes. A minha mãe nos acompanhava na escola, para nos defender da perseguição que sofríamos. Quando o pessoal puxava nosso cabelo, ela ia lá e brigava com todo mundo. (Luisa Mahin, Entrevista datada de 04 de Dezembro de 2021)

Com as avós, aprendeu a cuidar das plantas do sagrado, uma forma de fortalecer e honrar a história de suas ancestrais. Luísa Mahin atribuía a sua força e a sua inspiração a tantas mulheres que lutaram e ainda lutam pela liberdade e pela justiça social. E, a partir destas inspirações, se fortalecia para formar a próxima geração de jovens militantes e ativistas negras.

Eu me sinto forte, aguerrida na luta pela igualdade racial, por melhores dias nessa sociedade racista, nessa sociedade que ainda mata a nossa juventude negra, favelada, que ainda exclui uma mulher negra por causa da cor da sua pele (Luisa Mahin, Entrevista datada de 04 de Dezembro de 2021)

Em casa também se deu a sua formação militante, a partir da referência de seu pai, que era um homem “muito politizado”, segundo mencionou. Por ser filha de umbandistas, viu de perto a opressão do racismo religioso. De sua mãe, que é raizeira e benzedeira, herdou a concepção religiosa numa perspectiva feminina. Luísa Mahin era coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU) em Belo Horizonte, mas sua trajetória iniciou-se nos movimentos de bairro, nas associações e nos grêmios estudantis, nas escolas.

4.1.6 Antonieta de Barros¹⁰

*De política falava,
com bastante habilidade
Também sobre educação
e sobre desigualdade
Na denúncia do machismo
E ao racismo no combate
(ARRAES, 2020, p.19)*

Antonieta de Barros tinha 28 anos na época da pesquisa e era ex-aluna da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estava licenciada da sua função profissional para se dedicar ao cargo de vereadora, eleita em Belo Horizonte pelo PSOL.

Sua trajetória ativista começou no movimento estudantil na UFMG. Atuou no Centro Acadêmico, no Diretório Acadêmico, no Diretório Central dos Estudantes e no Conselho Universitário da UFMG, onde teve participação ativa nas lutas pelos direitos dos universitários, tais como a conquista do reconhecimento do nome social. Durante este período de militância no movimento estudantil, era filiada ao PSTU, partido político de esquerda, com o qual rompeu, filiando-se posteriormente ao PSOL. Além deste ativismo universitário, foi uma das fundadoras de um coletivo de juventudes chamado Afronte, também de um cursinho popular, o Consciência Barreiro, no bairro de mesmo nome, e da campanha de solidariedade intitulada Flores de Resistência, que atua com mulheres das comunidades.

O reconhecimento da sua identidade de mulher negra se deu, de forma mais incisiva, quando entrou na universidade, no ano de 2011. Até então, pelo fato de não ter um tom de pele retinto, não identificava que as opressões que sofria estavam relacionadas ao racismo. Ao adentrar no espaço da universidade, pôde confrontar a

¹⁰ “Antonieta de Barros foi uma política e jornalista catarinense que lutou contra o racismo e o machismo. Nascida em Florianópolis, em 1901, foi eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tornando-se a primeira mulher a assumir o cargo de deputada no estado e a primeira deputada estadual em todo o Brasil. Antonieta atuava como professora, escritora e jornalista. Fundou o jornal A Semana, entre 1922 e 1927, e ali falava de seus ideais contra a discriminação de gênero e racial. Em 1937, escreveu o livro ‘Farrapos de idéias’ com o pseudônimo Maria da Ilha. Anualmente, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina concede a Medalha Antonieta de Barros a mulheres que combatem a desigualdade de gênero.” (ARRAES, 2020, p.23)

sua realidade com aquela dos demais alunos. Naquela época ainda não existiam as cotas raciais.

Quando eu entrei na universidade, eu comecei a perceber que eu era diferente, que não falava inglês e todo mundo falava, que eu nem entendia sobre o que as pessoas conversavam, que eu não entendia sobre os lugares que elas frequentavam, que eu não tinha viajado nem um terço do que as pessoas da minha sala já tinham viajado. (...) e as batalhas que eu tinha que fazer para permanecer na universidade eram diferentes também. (Antonieta De Barros, Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021)

Ainda assim, naquele momento, ela não tinha a compreensão de que essas “diferenças” estavam ligadas a uma estrutura social que impede que as pessoas negras tenham as mesmas oportunidades de acesso que são dadas às pessoas brancas, ou seja, o racismo. Pensava que se tratava de questões relacionadas à sua origem de moradora de um bairro periférico de Belo Horizonte, que seriam diferenças sociais e não raciais.

A partir do ano de 2013 (após a implementação das políticas de ações afirmativas na UFMG), o debate racial se intensificou entre os alunos e surgiram os coletivos auto-organizados.

Começaram a ter vários coletivos auto-organizados dentro da universidade, coletivos de negros, coletivos de mulheres, coletivos de mulheres negras. A partir do avanço desses coletivos que eu falei: “*Ah tá, então eu sou negra*”. Foi aí que me identifiquei como negra e consegui sair do mito da democracia racial. Eu pensava que as diferenças eram puramente sociais, que não eram raciais. E foi através desses coletivos auto-organizados que eu comecei a entender qual é a História do Brasil de verdade. Qual é a história da minha família, qual é a história das pessoas, dos meus amigos. E então eu me identifiquei como mulher negra e passei a ser uma ativista antirracista; 2013 foi um grande marco para mim. (Antonieta De Barros, Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021)

Embora o debate racial tenha sido introduzido mais tardiamente, Antonieta de Barros afirmou que sempre foi feminista, principalmente por influência de sua mãe, que era assistente social e sempre debateu a desigualdade de gênero. Por ser filiada a um partido político de esquerda, a vertente do feminismo com a qual se identificava era aquela do feminismo marxista, mas, ao se aprofundar nos debates raciais, passou a ter maior entendimento das estruturas de opressão que afetam as mulheres negras:

Eu comecei também a compreender as desigualdades que existem dentro do feminismo. E porque é diferente ser uma mulher negra. E, a partir disso, desenvolvi várias coisas. Comecei a entender porque determinadas discriminações acontecem com mulheres negras. Não é só o racismo, não dá para explicar só pela raça, nem para explicar só pelo gênero. Dá para explicar pela combinação de raça e gênero. (Antonieta De Barros, Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021)

A partir desta tomada de consciência e por meio da leitura de Ângela Davis e Lélia Gonzáles, Antonieta de Barros passou a elaborar em sua autoidentificação o que seria ser mulher, negra, latino-americana, trabalhadora.

Pelo relato destas trajetórias ativistas e apesar das diferenças geracionais entre as entrevistadas, vale observar que todas elas tinham em comum a estrutura familiar como suporte emocional, de fortalecimento e de empoderamento. Recorre-se novamente ao pensamento feminista negro de Patrícia Hills Collins (2019) para compreender a noção de empoderamento como estratégia de tomada de consciência individual para a promoção do desenvolvimento da comunidade negra e para o combate às injustiças sociais e às opressões interseccionais de raça, classe e gênero. Desta forma, por meio de uma tomada de consciência de sua identidade racial, as entrevistadas viam no engajamento aos movimentos sociais a estratégia para lutarem por transformação social por meio da incidência nas políticas públicas.

Outro ponto em comum que unia a trajetória das entrevistadas era a educação como pilar de emancipação (*“Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas”*), da escolha do curso superior como estratégia política para a ampliação do acesso às universidades, como fruto da luta do movimento negro, tendo como consequência a qualificação da militância e o debate gênero e raça no ambiente acadêmico.

4.2 O movimento negro em Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte foi inaugurada no dia 12 de dezembro de 1897, nove anos após a Abolição da Escravatura (1888) e oito anos a Proclamação da República (1889). Os ares republicanos e modernos que ventilavam no Brasil não combinavam com o provincianismo e a colonialidade que representavam a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto. Desta forma, o Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, autorizou a transferência da capital do estado para Belo Horizonte e nomeou-

se, então, a Comissão Construtora da Cidade, sob o comando do engenheiro Aarão Reis.

A capital do Estado refletiu o discurso republicano construído sob as bases da busca do equilíbrio e apoiada no pensamento progressista que invadiu as principais capitais do país na segunda metade do século XIX. Tal corrente no Brasil tomava como base ideológica o positivismo, defendendo o progresso em uma situação de harmonia, ausência de conflitos na manutenção de um status quo garantidor da ordem e, conseqüentemente, do desenvolvimento. (CALVO, 2013, p. 77).

Entretanto, os ideais republicanos não se traduziram em inclusão social. Um ano antes da Proclamação da República, os escravos foram libertados sem que houvesse um projeto de reparação aos danos causados por mais de 300 anos de escravidão. Neste sentido, o traçado da cidade de Belo Horizonte demonstrava a não integração dos moradores do antigo Curral Del Rey, uma vez que a cidade planejada foi erguida a partir da expulsão dos grupos populares e trabalhadores (majoritariamente negros) para além dos limites da Avenida do Contorno, confinando-os nas favelas e periferias, exprimindo na cidade uma lógica segregacionista (SENRA, 2011; CARDOSO, 2011).

(...) Belo Horizonte assemelhava-se, espacialmente, a cidades de países desenvolvidos, entretanto, estava longe de engendrar uma modernidade que, de fato, atingisse e transformasse profundamente as estruturas da sociedade. A modernidade, na nova capital mineira, assumiu muito mais seus aspectos normativos e excludentes que suas promessas emancipatórias, uma vez que seu espaço planejado destinou-se à ínfima parcela da sociedade - as elites burocrático administrativas, principalmente. (SENRA, 2011, p 74)

Cardoso (2011) aponta que, embora Belo Horizonte não tivesse passado pelo “estatuto legal da escravidão”, as bases para seu nascimento seguiram a lógica racista e excludente, acompanhando as políticas de incentivo à imigração europeia, em substituição à mão de obra parda e preta existente no território, ou migrante, em busca de melhores oportunidades de vida, a partir do processo de construção da nova capital do estado.

Este processo de segregação entre pessoas brancas e negras em Belo Horizonte expõe a imposição de um modelo eurocêntrico que reforça as desigualdades, que seguem profundas ainda nos dias atuais. Tal desigualdade encontra-se expressa em seus indicadores sociais. De acordo com o “Mapa das Desigualdades de Belo

Horizonte e da Região Metropolitana de 2021”, produzido pelo Movimento Nossa BH (2021), os bairros de Belo Horizonte com menor proporção de população autodeclarada preta ou parda em relação à população total de cada bairro são: Vila Paris (8%); Sion e Belvedere (ambos com 10%). Bairros estes localizados na Região Centro-Sul da Capital Mineira, onde, segundo as informações da administração municipal, é a região onde se concentra “enorme diversidade de serviços institucionais, culturais e financeiros” e “concilia uma série de funções políticas, administrativas, sociais, culturais e econômicas” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2021). Os territórios onde se concentra a maior proporção de população autodeclarada preta ou parda em relação à população total de cada bairro são: São Francisco das Chagas (94%), uma comunidade localizada no interior do Bairro Carlos Prates, na Regional Noroeste; Conjunto Providência e Chácara Leonina (ambos com 87%), aquele localizado na Regional Norte e este em uma das vilas que compõem o Aglomerado do Morro das Pedras.

Apesar do processo de segregação e da política de branqueamento, a população negra “deixou as suas marcas e impregnou a cidade com suas referências culturais” (CARDOSO, 2011, p. 143), como símbolos de resistência. Desta resistência, surgiu o Movimento Negro de Belo Horizonte, “um conjunto de entidades, associações e grupos culturais, de diversos tipos, frouxamente articuladas entre si” (CARDOSO, 2011, p 144). O autor destaca as várias expressões deste movimento, ligadas à arte, à cultura, à religiosidade, ao ativismo político.

(...) o que estamos denominado de Movimento social negro de Belo Horizonte é este conjunto heterogêneo de grupos, entidades e organizações sociais, políticas, culturais, religiosas e recreativas da comunidade negra, constituído por associações da sociedade civil, instituições religiosas organizadas em comunidades-terreiros de candomblé e umbanda, irmandades religiosas de devoção a Nossa Senhora do Rosário, instituições culturais e recreativas como as escolas de samba, grupos de capoeira, grupos de dança afro brasileira; fóruns de mulheres negras; grupos de consciência negra, grupos de combate ao racismo vinculados aos partidos políticos e aos sindicatos; cuja união e unidade é permanentemente reafirmada na luta política contra o racismo e na valorização do patrimônio cultural da população negra brasileira. (CARDOSO, 2011, p 147)

A mais antiga entidade da comunidade negra de Belo Horizonte é a Associação José do Patrocínio (CARDOSO, 2011), uma associação de caráter cultural, beneficente e recreativa.

Em sua sede, reuniam-se pessoas negras que, na sua maioria, eram escolarizadas e algumas com ensino superior. Ainda que algumas das famílias que ali frequentavam apresentassem condições típicas de classe média, não tinham acesso a diversos espaços sócio-culturais da cidade de Belo Horizonte. (SILVA, 2010, p 45)

Esta era uma associação de caráter cultural, beneficente e recreativa.

A Associação José do Patrocínio foi fundada em 1954, em Belo Horizonte, congregando negros dos bairros 'Concórdia', 'Lagoinha', 'Santo André' e 'Pedreira Prado Lopes', entre outros. De caráter sócio-recreativo, a Associação evoluiu depois, com a ascensão em seus quadros dirigentes de profissionais liberais e negros de setores médios, para uma luta política pela qual, usando formas culturais brancas, buscava-se a afirmação negra, tais como bailes de debutantes negras, concurso de beleza feminina negra e outras técnicas de promoção dos negros. Nos anos 60, profissionais e representantes dos setores médios buscaram dominar a Associação o que resultou em sua divisão, enfraquecimento e fechamento em 1968. (FRANCISCO, 1992 *apud* CARDOSO, 2011, p 161)

As tradições culturais e religiosas também marcam a trajetória das pessoas negras em Belo Horizonte, no sentido da apropriação territorial e da construção de uma identidade coletiva. Nesta perspectiva, Cardoso (2011) destaca os reinados do congado, os terreiros de candomblé e umbanda, as escolas de samba, os grupos de capoeira e de dança afro-brasileira, os bailes do movimento *black-soul* da juventude dos anos de 1970 e 1980, entre outras formas de mobilização da população negra, “como as mais expressivas marcas da resistência cultural, religiosa e de afirmação política do povo negro presente no território da cidade de Belo Horizonte” (CARDOSO, 2011, p. 149). E, mais recentemente, o Movimento Hip Hop também se configura, para além de um movimento estético-musical, como uma expressão política e cultural da juventude moradora das periferias de Belo Horizonte (CARDOSO, 2011).

Sobre o movimento *black-soul*, o autor afirma que, para além de reunir a juventude negra para dançar e se divertir, estes bailes propiciavam condições oportunas para o posicionamento político, a partir da realidade vivenciada pelos jovens. No contexto da repressão política dos anos de 1970 e de 1980, não eram raros os momentos em que a polícia reprimia e impedia a reunião destes jovens “em evidente ação de racismo e desrespeito aos direitos humanos” (CARDOSO, 2011, p 162).

O movimento negro de Belo Horizonte mudou completamente o seu perfil e a forma de enfrentamento ao racismo, no ano de 1979, aquele da fundação do

Movimento Negro Unificado (MNU) na cidade, tornando-se uma importante força politizadora (CARDOSO, 2011):

[O MNU] teve um papel destacado na história de luta contra a ditadura militar e de renovação das ações das entidades e grupos da comunidade negra, que passaram a ter uma atuação muito importante nas categorias de trabalhadores, favelas, escolas de samba, terreiros de candomblé e umbanda. Os grupos foram inicialmente estruturados em Centros de Luta – centros culturais e grupos de trabalho – onde os militantes, simpatizantes e colaboradores atuavam nas associações de moradores, universidades, sindicatos, partidos políticos, levando a luta contra o racismo em todo o território da cidade, com significativos embates contra a violência policial naquele período, consolidando o Movimento e inspirando as ações de outras organizações que se constituíram naquele momento. (CARDOSO, 2011, p 165)

O enfrentamento à violência policial foi umas das primeiras bandeiras de luta do MNU em Belo Horizonte, aproximando os militantes do movimento negro aos líderes e organizadores dos bailes de *soul*. Luísa Mahin relembrou a sua trajetória como integrante do MNU:

Eu entrei muito nova ainda no MNU (...) e hoje faço parte da coordenação, porque a gente vai acumulando saberes, e a minha participação, então, sempre foi ativa. Primeiro a gente entra ouvindo muito e aprendendo, depois você se torna porta-voz desta instituição que é tão importante para a nossa sociedade (Luísa Mahin, Entrevista datada de 04 de Dezembro de 2021).

A Igreja Católica, por meio da doutrina da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), teve significativa influência na formação militante do movimento negro em Belo Horizonte. Destacam-se o Grupo União e Consciência (Grucon) e os Agentes Pastorais Negros (APNs). Embora houvesse conflito entre os negros cristãos ligados à Igreja Católica e os negros ligados às religiões de matriz africana, Cardoso (2011) afirma que este movimento no interior da igreja foi importante para tensionar e levar a reflexão acerca do enfrentamento ao racismo para as altas hierarquias:

Nesse período de emergência de movimentos sociais de diferentes matizes, comportando desde demandas por melhores salários às liberdades sexuais, é onde o Movimento Negro de Belo Horizonte ganha uma maior visibilidade na cidade, consolida a sua importância a nível nacional, no momento onde o regime militar sofre suas primeiras derrotas. (CARDOSO, 2011, p 170)

Algumas das entrevistadas relataram o início de sua trajetória militante, por meio da participação nas pastorais e nos grupos ligados à Igreja Católica. Este foi o caminho percorrido por Tereza de Benguela, no início da sua trajetória, que também lhe deu as bases para tensionar os debates de gênero e raça no interior dos movimentos, como também as reflexões a respeito de um movimento que tratasse das demandas específicas das mulheres negras:

Minha militância política começa na Igreja Católica. Eu entrei no grupo misto primeiro, no Grupo União e Consciência Negra, que era o Grucon. E depois fomos vendo que chegávamos no grupo misto e falava de mulher, aí, os meninos falavam assim: “*Não, mas tudo é negro, tudo é discussão negra*”. Chegávamos no movimento de mulheres, falávamos de sermos negras: “*Aí, não, mas tudo é questão da mulher*” Então decidimos: “***Não, a gente quer falar por nós***” (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021, grifo nosso)

Neste contexto de mobilizações dos movimentos sociais, no âmbito nacional, as quais contribuíram para importantes avanços na vida política brasileira, o movimento negro de Belo Horizonte teve atuação destacada na articulação com outros setores sociais, na coordenação e na organização de Encontros Nacionais, tal como o –Primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras, bem como nas discussões internacionais, tal como a manifestação de solidariedade ao Apartheid na África do Sul e a libertação do líder Nelson Mandela (CARDOSO, 2011).

O quadro 5, a partir de Cardoso (2011) e atualizado com exemplos mais contemporâneos, sistematiza as diversas expressões do movimento negro de Belo Horizonte, representado por suas organizações, associações, manifestações culturais e religiosas, entidades acadêmicas e sindicais.

Quadro 5- Expressões do Movimento Negro em Belo Horizonte

Expressão	Representação
Sociocultural	Associação José do Patrocínio
Organização Política	Movimento Negro Unificado
Acadêmica	Centro de Estudos Afro-Brasileiros; Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-Brasileiros (UFMG); Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-Raciais (UEMG).
Mulheres Negras	Casa Dandara; N'zinga Coletivo de Mulheres Negras; Coletivo Negras Ativas.
Religiões de Matriz Africana	Federação Espírito-Umbandista de Minas Gerais; Federação dos Congadeiros de Minas Gerais; Instituto Nacional Da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (INTECAB); Congregação Mineira de Candomblés (COMCAM); Centro Nacional de Articulação e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB).
Grupos ligados à Igreja Católica	Grupo União e Consciência Negra (Grucon); Agentes Pastorais Negros (APNs).
Dança	Cia Danç'Arte; Cia de Dança Bataka; Cia Primitiva de Arte Negra.
Escolas de Samba e Blocos de Carnaval	Associação Mineira de Escolas de Samba e Blocos Caricatos; Angola Janga; Afoxé Bandarerê.
Grupos de Capoeira	Grupo Iúna de Capoeira Angola; Capoeira Angola Pelourinho.

Fonte: Elaboração própria a partir de Cardoso (2011)

Obviamente, o quadro 5 não esgota todas as entidades que representam o movimento negro em Belo Horizonte, mas demonstra a diversidade e a pluralidade das manifestações da resistência negra nesta cidade.

Retomando a afirmação de Gomes (2017) de que o movimento negro é educador, os relatos das entrevistadas reafirmavam que foi no espaço da militância que aprenderam e foram preparadas para o posicionamento político, a reivindicação

de políticas públicas, o fortalecimento coletivo para enfrentar o racismo e o machismo. O relato de Tereza de Benguela, por exemplo confirmou:

A pedagogia foi fundamental, porque ela me deu muita forma didática de falar, as pessoas falam que gostam de me ouvir, porque eu trabalho de uma forma didática, para as pessoas entenderem, mas o movimento negro me formou para isso: *“Fala, aí, fala que a gente tem que gostar de ser preto. Você leu esse texto, tá bom? Não? Não tá bom não? Interpreta o que você entendeu. Fala de novo”*. Então o movimento negro me treinou para isso, e é por isso que eu acho que eu tenho essa responsabilidade racial, histórica (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021).

A próxima seção irá abordar como as mulheres negras, especificamente, atuaram nos movimentos em Belo Horizonte e deixaram sua marca e seu legado.

4.3 O feminismo negro em Belo Horizonte

As mulheres negras de Belo Horizonte tiveram papel fundamental na consolidação do movimento negro na cidade. Sua participação contribuiu para que as questões raciais fossem introduzidas no movimento de mulheres e as questões de gênero fossem debatidas no movimento negro, conforme o relato de Tereza de Benguela apontou: *“Nós [mulheres negras] queremos falar por nós”*.

Silva (2007) destaca que as mulheres negras belo-horizontinas atuaram (e ainda atuam) na organização das lutas contra a opressão de raça e gênero e fomentaram/fomentam discussões importantes sobre direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a juventude negra, acesso à educação, dentre outras. Neste aspecto, Teresa de Benguela lembrou que sua avó, mesmo sem saber, viveu o feminismo negro e lutou por seus direitos sexuais e reprodutivos:

Minha avó nasceu em 1914. Era mãe solteira, ela só teve minha mãe. Ela fugiu do meu avô, porque ela dizia que nasceu para ser mãe, não para ser esposa. **Depois eu aprendi que isso é direito sexual, reprodutivo, é feminismo negro, mas minha avó não sabia falar nada disso, mas ela vivia isso muito** (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021, grifo nosso)

Em Belo Horizonte, as mulheres também se organizam em coletivos e instituições dedicadas à discussão das questões intrínsecas à sua realidade. Pode-se

exemplificar a Casa Dandara, da qual Aqualtune foi uma das fundadoras, ao lado de Diva Moreira. Sobre a experiência da fundação da Casa Dandara, Moreira *et al* (2021) destaca:

Tinha me dado conta de que naquele período eu tinha empreendido várias lutas: em defesa da criança e do adolescente, da saúde mental, da classe operária, das mulheres. Estava com quase 40 anos e não tinha feito nada pelo meu próprio povo, como podia? Com a experiência que tinha, essa militância, estava na hora. (...) Na Casa Dandara, nossa preocupação era combinar política com cultura e afeto: o encontro e a festa. Foi uma experiência muito rica, na Casa Dandara. (MOREIRA *et al*, 2021, p. 302)

Lélia Gonzáles (2020d) também destacou a criação da Casa Dandara em seu artigo “As amefricanas do Brasil e sua militância”:

A Casa Dandara, criada em Belo Horizonte (em 9 de maio de 1987) pelo empenho e dedicação dessa amefricana ao mesmo tempo doce e forte, a companheira Diva Moreira, retoma e amplia a proposta do Conselho Nacional de Mulheres Negras: estabelecer um espaço que propicie às amefricanas e aos amefricanos de todas as idades o resgate de sua cidadania (GONZÁLES, 2020d, p. 265).

Outra instituição que se destaca é o N'zinga Coletivo de Mulheres Negras, fundada em 1986 por Teresa de Benguela. Desde então, o coletivo vem atuando contra a discriminação e a opressão de gênero e aquela de cunho étnico-racial, na busca da inclusão sociopolítica e econômica das mulheres afro-brasileiras, por meio de ações nos temas que envolvem o combate ao racismo, a saúde sexual e reprodutiva, os direitos reprodutivos da mulher negra e a atenção quanto violência de gênero com recorte étnico-racial. A criação do N'zinga, conforme relatado por Teresa de Benguela, surgiu da necessidade de haver um espaço onde as mulheres pudessem falar por si e entender suas próprias causas.

O N'zinga teve uma atuação importante, ao lado das organizações de mulheres negras de outros Estados, na articulação da delegação que representou o Brasil na Conferência de Durban, em 2001:

A Conferência de Durban, foi um momento de articulação nacional, em que nós, mulheres negras, nos posicionamos muito com relação aos homens negros, também. Nós, mulheres negras, tomamos à frente na articulação da conferência Durban, no Brasil inteiro. Fomos nós mulheres negras que articulamos essa grandiosidade. Juntaram quatro instituições: o Criola, do Rio de Janeiro, Maria Mulher, de Porto

Alegre, Geledés, de São Paulo e o N'zinga, de Belo Horizonte. Fizemos uma atividade na UERJ, 20 anos atrás, e falamos sobre a importância de ter uma articulação nacional de mulheres negras. Não tínhamos ideia do tamanho do que estávamos construindo. (Tereza de Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

A partir da união destas quatro organizações, outras mulheres foram sendo mobilizadas - quilombolas, ribeirinhas, mulheres do axé, mulheres lésbicas – e, desta articulação de organizações lideradas por mulheres negras, nasceu a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), conforme apresentado no capítulo anterior. O N'zinga é uma das organizações que compõem o quadro de coordenação da rede.

A arte e a cultura também são expressões que congregam as mulheres negras em seus movimentos. A organização do carnaval de rua de Belo Horizonte, a partir do ano de 2010, abriu a possibilidade de organização de movimentos sociais que reivindicavam o direito à ocupação da cidade e manifestavam suas pautas de forma lúdica e engajada. Neste sentido, o movimento de mulheres negras também se apropriou desta forma de ação coletiva. É o caso das entrevistadas Tia Ciata, conforme apontado na descrição do seu perfil, e Maria Felipa que, em sua entrevista, revelou ser cantora, pertencente ao coletivo Negras Autoras e dos blocos de carnaval Havaianas Usadas e Pele Preta. Este último, inclusive, se define como bloco afrofeminista, integralmente formado por artistas negras da Capital Mineira, onde a pauta do feminismo negro e o protagonismo de seus corpos são representados por meio da arte.

Cantar é algo que eu sempre gostei desde pequena. A minha mãe fala que, quando eu era criança, eu acordava e cantava ao invés de chorar. Então eu tenho uma relação com o canto que é muito forte e que é muito ancestral, inclusive. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021)

Os relatos colhidos nas entrevistas demonstraram que, em Belo Horizonte, o feminismo negro seguiu o mesmo percurso que se deu em âmbito nacional. As mulheres negras ativistas do movimento negro, pautando o debate racial, e, por outro lado, as mulheres negras ativistas do movimento feminista, pautando o debate de gênero. Este tensionamento dos movimentos ficaram bastante marcados nesta fala de Tia Ciata:

O primeiro movimento social do qual participei foi um movimento de mulheres, que é a Marcha Mundial de Mulheres, em que eu comecei

a falar sobre essa questão do racismo. Depois eu fui para uma organização política mista, a Consulta Popular. Nesta organização eu fiquei por dez anos e, nesses dez anos, que eu só falava de racismo. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

A trajetória do movimento feminista negro em Belo Horizonte teve grande impacto na produção de políticas públicas na cidade e as entrevistadas aqui apresentadas tiveram atuação relevante tanto no que se refere à incidência na formulação de políticas quanto na implementação destas políticas, imprimindo um caráter interseccional nesta agenda. Esta atuação estava expressa nos repertórios de ação e de interação que o movimento feminista negro de Belo Horizonte utilizou para que as demandas das comunidades e do povo negro, que constrói esta cidade, pudessem ser acolhidas na agenda das políticas públicas, seja nas questões raciais, de gênero, bem como em outros setores, conforme será explorado no próximo capítulo.

5 MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO E INTERAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE

A gente tem um projeto político para esse país, porque nas nossas relações, onde as políticas públicas não vão, a gente sempre foi, criando as estratégias. Somos nós, mulheres negras, seja nas comunidades quilombolas, nos terreiros de candomblé, criando alternativas de estar juntando, desenhando e trazendo gente (Tereza de Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

O capítulo anterior apresentou a trajetória dos movimentos negros e feminista negro no contexto da cidade de Belo Horizonte. Ao longo desta trajetória, em mais de 40 anos, os movimentos se organizaram, se fortaleceram e incidiram para que suas demandas fossem incluídas na agenda das políticas públicas da cidade. Da articulação entre estes movimentos, as políticas ganharam contornos interseccionais, considerando as especificidades nas mulheres negras.

Neste sentido, para que as demandas se transformem em políticas, é preciso que os movimentos se estabeleçam como atores políticos em constante diálogo e aproximação com os poderes institucionais. Os repertórios de ação são os meios pelos quais os movimentos negociam, ocupam posições estratégicas e agem por dentro das instituições do Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Werneck (2010, p 11) aponta que as mulheres negras, como agentes históricas e políticas, recorreram, desde a diáspora africana, a “diferentes repertórios ou pressupostos de (auto)identificação ou de identidade e de organização política”. A autora destaca a figura de Ialodê, uma liderança feminina que indicava a representante das mulheres nos espaços de tomada de decisão coletiva. Desde a organização dos quilombos, as irmandades de tradições religiosas, as associações e outras formas de organização social feminina negra são estratégias políticas para as mulheres se colocarem na arena pública e falarem por suas próprias vozes.

Neste sentido, o feminismo negro tem apontado o caminho por meio do qual as mulheres negras têm feito suas vozes serem ouvidas. A partir de estratégias de interação com o Estado, espera-se que essas vozes se transformem em políticas públicas formuladas com atenção às discriminações interseccionais de gênero e raça, de modo que estes marcadores das opressões não sejam reproduzidos (ASSIS, 2020). Parafraseando Ângela Davis (2017) que disse que “quando a mulher negra se

movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, quando a política pública contempla as demandas da mulher negra, toda estrutura da sociedade é contemplada.

Considerando as categorias apontadas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), que são os protestos e a ação direta, a participação institucionalizada, a ocupação de cargos na burocracia e a categoria da ocupação política, a qual é apresentada por Rodrigues e Freitas (2021), este capítulo abordará os repertórios utilizados pelo movimento feminista negro, a partir das percepções e vozes das seis mulheres negras entrevistadas, integrantes do movimento feminista negro de Belo Horizonte.

Também neste capítulo será apresentada de que forma essa interação possibilitou, a partir da percepção das mulheres entrevistadas, a incidência nas políticas públicas em Belo Horizonte.

5.1 Protestos e ação direta

“Vamos pisar Brasília!” Reconhecer aquele espaço como espaço nosso.” (Tereza de Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

Esta categoria será analisada pela participação do movimento feminista negro de Belo Horizonte na Marcha das Mulheres Negras em 2015, um dos marcos centrais na luta do feminismo negro no Brasil. A marcha, de acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014 p 332), é uma forma de protesto exemplar utilizada, dentre outras, para “publicizar conflitos, reforçar identidades e compromissos e demonstrar o poder dos números”. Ainda segundo as autoras, este repertório é utilizado pelos movimentos para pressionar negociações com os atores estatais e demonstrar capacidade de mobilização.

A Marcha das Mulheres Negras aconteceu no dia 18 de novembro de 2015 e mobilizou, segundo dados da organização, cerca de 50 mil mulheres, mas “há quem fale em Marcha das 80 mil, das 100 mil..., pois perdeu-se completamente a conta do tamanho da mobilização”, afirmou Tereza de Benguela na entrevista cedida em 25 de novembro de 2021.

De acordo com Lemos (2016), a Marcha das Mulheres Negras configura-se em um contramovimento, em referência ao conceito utilizado pelo autor Karl Polany (2012), segundo o qual, não fossem os movimentos de reação da sociedade, a humanidade poderia ter sido aniquilada, em função dos mecanismos autodestrutivos

da economia de mercado (POLANY, 2012 *apud* Lemos, 2016, p. 232). Desta forma, a Marcha das Mulheres Negras é um exemplo de mobilização, reivindicando uma nova ordem social, que resgatou o conceito de bem-viver, que, de acordo com o equatoriano Alberto Acosta, é um conceito segundo o qual aposta-se

em um futuro diferente, que não se conquistará com discursos radicais carentes de propostas. É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência – mais que apenas eficiência – sustentada na solidariedade (ACOSTA, 2016, p. 27).

Ainda de acordo com Lemos (2016):

A Marcha das Mulheres Negras 2015 também foi um exemplo de expressão da cultura cívica no que diz respeito à socialização e união da visão de diferentes mulheres negras sobre sua realidade no Brasil. Denúncias contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia e o capitalismo foram potencializadas, assim como o debate sobre a ação política de mulheres negras, que passaram a ocupar as esferas públicas. Tais denúncias foram amplificadas e confluíram nas propostas para a realização da Marcha, e foram pautadas por um conjunto de objetivos, entre os quais: promover a afirmação das mulheres negras e dar visibilidade às suas demandas políticas e lutas, com ênfase na história das desigualdades de gênero, raça e classe e orientação sexual e religiosa (LEMOS, 2016, p 233).

A ideia de mobilizar as mulheres negras em marcha contra o racismo e pelo bem-viver até Brasília foi gestada durante o "Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero Americano do Ano dos Afrodescendentes", realizado em Salvador/BA, em 2011 (SILVA; LADEIRA; BRASIL, 2021). A proposta foi apresentada por Nilma Bentes¹¹, uma das coordenadoras da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

A Nilma é quem estimula isso, "*Bora, gente, bora pra Brasília! Brasília tem que ouvir a gente*". Impressionante. A sensação que eu tenho, dessa articulação para a Marcha, é que tinha um grito sufocado, um grito reprimido, porque, quando a gente começou a discutir, as

¹¹ (1) Nilma Bentes: Raimunda Nilma de Melo Bentes, mais conhecida como Nilma Bentes (Belém, 28 de janeiro de 1948), é uma engenheira agrônoma, escritora e ativista brasileira pelos direitos das mulheres e dos negros, pioneira na criação de entidades e movimentos pelos direitos das minorias em seu estado e no país, iniciados já no final da década de 1970. Uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), em Belém. Fonte: <<https://azmina.com.br/reportagens/nilma-bentes-visibilidade-as-mulheres-negras/>> Acesso 14 jan. 2021.

mulheres indígenas, as mulheres, lá, das comunidades do Maranhão, do quilombo, lá, da “Conchinchina”: “*nós vamos para Brasília*”; “*nós também vamos*”... Começou um movimento muito maravilhoso no Brasil, onde as pessoas se mobilizaram. Nós temos depoimentos de gente que foi de barco, três dias para poder chegar, teve gente que foi de ônibus, teve gente que passou mal, levou menino... (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

Em Belo Horizonte, o movimento feminista negro teve uma atuação ativa tanto na organização quanto na participação da Marcha. O Nzinga Coletivo, criado por Tereza de Benguela, é uma organização do movimento feminista negro e que compõe a AMNB, sendo uma das protagonistas na articulação do grupo de Belo Horizonte. A organização da Marcha se deu a partir da estruturação de um Comitê Impulsor Nacional e dos Comitês Impulsores estaduais e municipais (SILVA; LADEIRA; BRASIL, 2021). Em Belo Horizonte, o movimento se organizou e se estruturou para viabilizar a participação em Brasília. Como parte desta preparação, houve uma pré-Marcha, uma espécie de “esquentar”, como forma de visibilizar o tema "contra o racismo e a violência e pelo bem-viver" e mobilizar as mulheres negras da cidade:

Nós fizemos, em Belo Horizonte, a nossa marcha e foi um negócio sensacional na Praça Sete, noite adentro. A gente terminou na Praça da Estação, só crescendo, só crescendo, a gente não tinha dimensão do tamanho que foi aquilo (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

A Marcha das Mulheres Negras demonstrou a dimensão da diversidade, da pluralidade e da “união da visão de diferentes mulheres negras sobre sua realidade no Brasil” (LEMOS, 2016, p. 233). Segundo Sales (2009), as comunidades religiosas de matriz africana são incorporadas pelos movimentos sociais negros, em suas narrativas políticas, como parte da luta histórica por emancipação. Neste sentido, a ancestralidade presente na Marcha demonstra a luta contra a intolerância religiosa, como bandeira do movimento negro, bem como o respeito “às que vieram antes de nós”. As mulheres de tradição das religiões de matriz africana, representantes do feminismo negro em Belo Horizonte estiveram presentes:

Eu estava [na organização da Marcha], representando as mulheres de tradição. Eu participei de algumas reuniões em âmbito nacional: Algumas vezes, que estávamos em atividade e chegava uma representante deste ou daquele Estado, nos convocava para uma

reunião nacional. E eu participei da Marcha. (Aqualtune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021)

[Participar da marcha] foi muito importante e até muito emocionante ver tantas mulheres negras no mesmo território gritando por direitos. E com as estampas lindas. As nossas indumentárias ocupando espaços que outrora não era permitido para nós, mulheres negras. Com nossos turbantes, com os nossos feitiços, com o nosso cheiro, com o nosso axé, com a nossa luta, com as nossas guias, com as nossas orações, com os nossos oráculos, e levando à frente, através de cantigas. Eu acho que [a Marcha] representou a força dessas mulheres nesse país. A nossa força. E, para nós, mulheres de tradição, a nossa força de guardiãs e mantenedoras da vida africana, desse mundo africano. Então, eu acho que foi uma coisa impactante de se ver, foi muito forte. (Luíza Mahin. Entrevista datada de 04 de Dezembro de 2021)

A Marcha também representou o poder de auto-organização, articulação e autonomia do movimento feminista negro em Belo Horizonte e, conseqüentemente, o fortalecimento do movimento na cidade:

Em relação à Marcha das Mulheres Negras, foi um movimento muito importante no Brasil inteiro. Inclusive, até hoje, há resquícios desse processo de organização. E, em Minas Gerais, a gente, sobretudo a partir do Coletivo Nzinga, em que a estrutura do coletivo foi colocada para construir a Marcha em Belo Horizonte. E essas mulheres vão batalhar ônibus e vêm as mulheres, lideranças dos sindicatos rurais, usam as estruturas dos movimentos sociais para fazer a Marcha. Houve vários diálogos e um processo altamente auto-organizado, do começo ao fim. Sem nenhum “macho alfa” para nos dizer como seria ou como não seria. Teve de tudo, teve comida boa, teve segurança. Tudo organizado por nós. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

Interessante observar neste relato o enfoque no protagonismo do movimento das mulheres, destacando a ausência do “macho alfa” na condução da organização da Marcha, o que reforça os registros de mobilização das mulheres em torno do ativismo, da militância, em busca da reivindicação de suas pautas, a partir de um movimento legítimo que dá voz às suas demandas, o feminismo negro.

A Marcha das Mulheres Negras teve o papel de denunciar todas as formas de violência as quais as mulheres negras estão expostas, as desigualdades e as contradições da sociedade brasileira, como também cobrar ações efetivas do poder público. Neste sentido, foi produzida a Carta das Mulheres Negras, um documento analítico, entregue à Presidência da República. Em uma perspectiva interseccional, o texto da carta ressalta que o enfrentamento deve abarcar as lutas contra o “racismo,

sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação”. Resgata o legado de luta das mulheres negras pelas políticas públicas inclusivas e contra o mito democracia racial, a violência e o genocídio do povo negro (SILVA; LADEIRA; BRASIL, 2021).

EM NOME DE NOSSAS ANCESTRAIS, MARCHAMOS

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do **mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação**, estamos em marcha inspiradas em nossa ancestralidade que nos fez portadoras de um legado capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório. Buscamos fundamentos em paradigmas que se orientam por outra gramática política, responsável por uma reordenação sociorracial equilibrada, capaz de acolher saberes, práticas e experiências até então ignoradas pelas dominantes configurações do político. Não temos dúvida de que a adoção desse paradigma instaura, a uma só vez, a reconstrução de utopias onde as diferenças são compreendidas como um valor humano (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015)

Naquele ano de 2015, o contexto político já dava sinais do recrudescimento que viria a se aprofundar anos depois. Já estavam visíveis as articulações para o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. As mulheres negras, organizadas pelo feminismo negro, foram as primeiras a demonstrar o apoio à presidenta, segundo o relato de Tia Ciata. Durante a marcha, houve um episódio que demonstrou o quanto as mulheres negras estão suscetíveis à violência, como seus corpos são vistos como não dignos de direitos e respeito e como ações como estas implicam em grande mobilização de resistência e de articulação coletiva:

Quando a gente chegou no Planalto, tinha um acampamento muito grande pelo “Fora, Dilma” e tinham pessoas com a bandeira do Brasil, da turma desse golpe. Havia um senhor armado e do nada começou a dar tiro, começou a atirar. Tinha um boneco enorme, inflável, de um macaco, que estava lá para nos receber. Eles colocaram lá, sabiam que a Marcha das Mulheres Negras estava chegando e a gente fez um cordão enorme em um momento que eles começaram a atirar. Eu me lembro que levei minha filha e ela tinha saído para ver alguém, eu saí louca, muita gente doida, juntando aos nossos e as nossas, mas isso não nos intimidou. Chamaram a polícia e levaram o cara, que era um policial à paisana. Não acertou ninguém, mas assustou muito. A gente viu que aquilo era uma demonstração do tamanho do que a gente estava fazendo, do ódio que a gente estava provocando, não dar visibilidade para as negações e silenciamentos. (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021).

No contexto do governo de Dilma Rousseff, a Marcha das Mulheres Negras aconteceu tanto no sentido de demonstrar apoio a um governo aliado quanto como parte de um ciclo de negociação. Como sugerem Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 332), “quando governos são vistos como aliados, protestos não necessariamente desaparecem, mas seu significado é transformado”.

Na percepção das entrevistadas, a Marcha das Mulheres Negras teve significativa importância, no sentido de reafirmar a força política das mulheres negras e a capacidade de articulação, reforçando o papel do Movimento Feminista Negro na vanguarda das lutas contra todas as formas de opressão, como pode ser percebido nos seguintes relatos sobre esse tipo de ação:

Eu acho que a Marcha das Mulheres Negras, em 2015, foi um divisor de águas na história, sabe? De um posicionamento político mais amadurecido, de estratégias mais levantadas. (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021).

Para a minha autoestima, foi maravilhoso. Não só pela autoestima, mas pelo meu ser político, a Marcha das Mulheres Negras foi um “divisor de águas”, pela organização e pelo que representou para nós. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

[A Marcha das Mulheres Negras de 2015] foi um marco histórico maravilhoso. Eu tenho certeza [de] que várias questões mudaram no Brasil, e essa marcha mostrou que nós, mulheres negras, temos força, temos determinação, temos foco, e que a gente pode chegar longe, que a união faz a força e que foi muito lindo, mesmo. Foi magnífico e fortalecedor. A gente saiu muito fortalecida. (Luíza Mahin. Entrevista datada de 04 de Dezembro de 2021)

Nós saímos de lá muito fortalecidas. Nós viemos, nós construímos esse mundo aqui e nós continuamos nosso dever de casa. Nós continuamos a luta daquelas que vieram antes de nós, algumas que nós não conhecemos, outras que conhecemos e nos impactaram e continuam nos impactando (...). Então, eu acho que a Marcha representa a força dessa mulher negra, enquanto gestora e guardiã dessas vidas, desses corpos políticos, **porque ser corpo preto é ser corpo político**. (Aqaltune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021)

Como resultado da participação das mulheres negras de Belo Horizonte, surgiu, no âmbito do Estado, a Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, apontando para um processo de reorganização das organizações de mulheres negras. A Marcha das Mulheres Negras (2015) também teve sua importância do ponto de vista da união de várias gerações de feministas negras, desde as pioneiras do movimento àquelas

mais jovens, deixando um legado de aprendizagem, como pode ser observado no registro de uma entrevistada:

E eu acho que o saldo dessa organização foi que as mulheres saíram dali, sobretudo, mulheres, assim como eu, dos 30 [anos], olhando aquela mulherada... *‘Velho!! Eu tô aqui, do lado de Benilda, mano’*. É muito importante isso. Uma mulher que esteve no Primeiro Encontro das Mulheres Negras, esteve na construção da Constituinte e era com essas mulheres que a gente estava ali, bebendo da fonte. Então, para mim, foi um aprendizado “de cabo a rabo”. Figuras que eu não imaginava que eu teria contato pessoal, por exemplo, Vanessa Beco, Larissa Borges. Para mim, que vinha do interior, falava: *“Velho”!!!* Só mulher potente, só aquelas ‘negona’”, e eu “me sentindo”, porque estava ali no meio delas. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

Conforme relatado anteriormente, o movimento feminista negro de Belo Horizonte se uniu em torno do lema “Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas”, em que as mulheres escolhiam seu curso de graduação em função das necessidades coletivas e como estratégia política de qualificação da militância. Neste sentido, o legado desta estratégia é que as mulheres das gerações atuais hoje têm mais acesso às universidades, sobretudo, em função da conquista das cotas raciais. No entanto, há uma reflexão sobre qual é a estratégia atual que irá impulsionar as próximas gerações de feministas negras:

Qual é a estratégia que vamos construir para daqui a 30 anos? O que eu vou falar para uma ativista, o que eu vou falar para minha sobrinha daqui 30 anos? É isso que me dá uma “angústia do caramba”. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

Dado o contexto político atual, passados seis anos da realização da Marcha das Mulheres Negras, a estratégia que as feministas negras têm adotado passa pelo autocuidado e pela sobrevivência. Contudo, elas não perdem a esperança em dias melhores:

Eu tenho muita esperança de que a gente consiga se auto-organizar (...) e que a gente sobreviva a esse momento. É um momento que vai passar, não é um momento permanente, ele vai passar. E que a gente consiga se reconhecer ou pelo menos reconhecer que, em um momento da história, a gente não teve que fraquejar. Naquele momento, a única coisa que a gente fez, a nossa estratégia, foi viver. Cada uma, ali, no seu autocuidado, cuidar de si para chegar até aqui. Então foi isso que nós conseguimos. A nossa estratégia não foi “vou aprender a ler para ensinar meus camaradas”, a nossa estratégia tem

sido: “vou viver para chegar velhinha e ter alguma história para contar”. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021).

5.2 Participação institucionalizada

“Os Conselhos são espaços fundamentais no Estado para exercermos micropoderes” (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021).

De acordo com a descrição de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), um dos modelos de participação institucionalizada, o qual está presente no Brasil, é aquele dos conselhos de Políticas Públicas. As autoras apontam que este modelo de interação se caracteriza pela “governança compartilhada, e por um papel central por parte dos atores estatais em criar e conduzir o processo” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p 332). Avritzer (2009, p. 44) complementa afirmando que os conselhos de Políticas Públicas “constituem desenhos institucionais de partilha do poder e são constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais”. O autor afirma ainda que o desenho da participação pode variar, conforme a própria participação se organiza e conforme a maneira como o Estado se relaciona com a participação e a legislação que regulamenta a participação.

Em Belo Horizonte, o princípio da participação popular e a organização dos conselhos estão previstos na Lei Orgânica do Município (AZEVEDO; ABRANCHES, 2001). A tradição participativa de Belo Horizonte remonta à década de 1990, nos governos do Partido dos Trabalhadores, que se iniciou com o Orçamento Participativo, sendo considerada uma experiência exitosa (AVRITZER, 2009), além da construção de uma infraestrutura participativa ampla, com conselhos e conferências municipais. Atualmente, a partir de uma rápida busca pelo *site* da Prefeitura de Belo Horizonte, é possível verificar a existência de conselhos de políticas ligados às várias secretarias municipais. Sobre os conselhos, Avritzer (2009) destaca que o Conselho Municipal de Saúde em Belo Horizonte figura-se entre um dos mais antigos do país. Não é o foco aqui tecer considerações sobre a efetividade da participação nesses conselhos, mas verificar que a tradição participativa de Belo Horizonte se mantém e ressaltar a participação e a atuação do movimento feminista negro nesses espaços.

O referido movimento, no município de Belo Horizonte, recorre à participação institucionalizada como repertório de interação com o Estado. Nesta pesquisa, identificou-se a participação nos conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e dos Direitos da Mulher, além do Orçamento Participativo.

Com relação ao Orçamento Participativo, nota-se a importância de ter mulheres negras ocupando este espaço de discussão de orçamento público, no sentido de saber quais são e, mais ainda, ter vivido as experiências das necessidades das comunidades que serão atendidas pelas políticas:

Eu fui gerente do Orçamento Participativo da Regional Nordeste. Eu nasci naquela regional, no Bairro Pirajá, então, eu conheço bastante gente de lá. Foi muito sensacional a **mobilização negra** que nós fizemos, foi muito bacana a gente pensar a cidade, conseguir repensar as vilas, construir obras. Tem muita coisa que eu me lembro com o maior orgulho. Fizemos aquelas rodadas do Orçamento Participativo, chamávamos as lideranças. Foi uma experiência muito sensacional. (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

Com relação aos conselhos, estes são espaços legitimamente institucionalizados onde os movimentos sociais interagem com o poder público. Por outro lado, a vivência na militância traz sensibilidade ao diálogo e permite maior compreensão de como endereçar as demandas dos movimentos para a agenda dos órgãos governamentais. Nem sempre é tranquila essa articulação, mas trata-se de um aprendizado, como fica claro no relato abaixo:

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial está no seu quinto mandato. Quando eu assumi a diretoria, em 2017, ele estava no terceiro. É um conselho paritário, entre entidades da sociedade civil e representações do Executivo municipal. Então isso gera um entendimento de que vão ter que trabalhar juntos. [a sociedade civil e o poder público]. Alguns podem achar isso ruim, mas é positivo. Então você fala “conselho, não tem que dizer que é a sociedade civil ou que é Executivo municipal, não”. Nessa hora todo mundo é o conselho. Ele é paritário. Então é todo mundo. O trabalho em conjunto, das entidades do movimento social negro e dos servidores que representam os diversos órgãos da Secretaria, é tranquilo. A pauta, as ações, conseguem ser feitas com segurança, com a participação de ambos os lados. O Executivo municipal não se ausenta do seu lugar de conceder suas representações. Então, tudo é sempre discutido em conjunto. Há momentos de divergência, mas a gente também tem uma Secretária, que é a Máira [Colares - Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania] e o subsecretário, que é o Thiago [Alves da Costa - Subsecretário de Direito e Cidadania], que fazem questão de dialogar diretamente com esse lugar. Então, é um lugar que nunca fica descoberto, porque o

diálogo consegue ser direto. Se alguma coisa que depende deles não é solucionada ali no Conselho, eles sempre vêm dar o suporte, ajudar nas soluções, buscar o **enegrecimento** das questões. É difícil? Às vezes é. Porque às vezes algumas entidades já vêm com seu posicionamento político ou com sua oposição a quem está [no poder], mas sempre conseguimos contornar e trabalhar conjuntamente em prol da cidade de Belo Horizonte. (Aqualtune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021, grifo nosso)

Torna-se um desafio quando, por parte da representação do poder público, encontra-se uma pessoa militante de movimentos sociais que entende, vivencia e luta pelas necessidades da população, mas precisa equacionar sua posição institucional formal e apresentar os limites da atuação da representação do poder público, que está sujeito às regulamentações da administração pública. Maria Felipa neste relato expõe este desafio quando era a diretora de Políticas para as Mulheres e acumulava a função de presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres:

No Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, que eu era vice-presidenta, eu também levava paulada a torto e a direito. O que é comum. Eu já sabia disso. E, hoje as conselheiras me ligam: *“Nossa, pois é, como era bom, né? Quando a gente fazia tal coisa e tal coisa...”*. Era um espaço em que tínhamos tensões, mas que eu sempre tentava dar a forma possível sobre o que o Conselho estava decidindo. Porque, de fato, existe o desconhecimento da máquina pública e eu não podia deixar passar. *“A gente quer comprar o lanche para fazer uma atividade tal”*. *“Não tem lanche, mano, não tem. Não vou falar que pode orçar, não tem”*. Então essas coisas são meio assim... *“Ah, queremos fazer uma cartilha”*. *“Gente, essa cartilha vocês querem para quando? Dezembro? Novembro? Dia 8? Impossível. Isso vai ficar pronto para o dia 8 de março”*. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021)

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher foi fundado no ano de 1995. Observa-se que, em Belo Horizonte, as mulheres negras também pressionaram o feminismo tradicional, de mulheres brancas, a incluir e tratar suas demandas:

Eu criei, junto com outras companheiras, o Conselho Municipal da Mulher, que era um conselho todo branco, só tinha mulher rica de Belo Horizonte e a gente invadiu aquele espaço, a gente adentrou com uma participação muito ativa, porque a gente sabia o que estava falando. (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021).

Com relação ao COMPIR, especificamente, foi apontado o fato de o Conselho não possuir um fundo próprio como um fator que limita o poder de incidência e, de forma velada (ou não), reafirma o racismo institucional:

Os conselhos, quando não têm fundo, como é o caso do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, se torna um conselho que aparentemente não faz muita incidência política e isso é muito ruim. **A questão democrática e participação ficam esvaziadas.** Porque, efetivamente, o conselho não consegue incidir no Estado como deveria. Eu acho que, para esse mecanismo ser efetivo, tal como o Conselho da Assistência Social e o Conselho da Criança e do Adolescente que têm incidências mais potentes, o próprio Conselho da Cultura, do Patrimônio, são conselhos que têm fundo. Nós não podemos ser ingênuos em relação ao dinheiro. (...). Não querem colocar dinheiro na nossa mão. O que, inclusive, é intencional. Não querem nos dar autonomia. Todas as vezes que a gente vai, minimamente, cobrar do Estado alguma reparação, o Estado nos limita a cotizar essa reparação. Mas nunca a partir de um processo da nossa autonomia. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

Contudo, a percepção das entrevistadas é de que, a despeito das limitações da participação institucionalizada, é importante que os movimentos ocupem estes espaços. Isso gera fortalecimentos e aprendizagens, sobretudo, quando se trata de movimento de mulheres negras que, devido ao racismo estrutural e institucional, historicamente não ocupam espaços de poder, de tomada de decisão, de incidência política. Portanto, os conselhos são espaços fundamentais para o exercício desses micropoderes.

É importante a nossa participação nos Conselhos para sua eficiência e eficácia, pois é um lugar em que nós vamos apreendendo a forma de lidar com o Estado, a operacionalizar o Estado. Porque, o que acontece, e eu falo muito isso como o movimento de mulheres: Os brancos são muito *safos* para manobrar o Estado, para estar em um lugar, para estar em outro, para se colocar. E nós somos cheios de pudores, por conta dessa coisa do próprio racismo, de onde é o nosso lugar, de onde não é. A gente fica *tateando*, *tateando*, onde vamos, onde estamos, o que falamos. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial em Belo Horizonte tem servido para pautarmos a questão da segurança alimentar dos povos tradicionais de matriz africana, sobretudo, no período da pandemia. Tem sido muito importante. O Conselho também tem servido como espaço de formação para a representação política. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

Com relação à incidência nas políticas públicas, tanto o COMPIR quanto o Conselho da Mulher atuaram na elaboração do Plano Municipal de Igualdade Racial de BH (2019) e do Plano Municipal de Equidade de Gênero (2019), respectivamente, e vêm atuando no monitoramento da implementação das políticas propostas. A dimensão da interseccionalidade está presente na atuação destes conselhos, na medida em que as políticas propostas incidem de maneira sobreposta nas questões de gênero, raça/etnia e classe. No Plano Municipal de Equidade de Gênero (2019), esta dimensão está explícita:

O conceito de gênero usado nesse Plano Municipal de Equidade de Gênero pode ser compreendido como uma categoria de análise, assim como raça, classe social, religião, entre outras. Pela perspectiva da **interseccionalidade**, tais categorias articulam-se, produzindo relações de poder desiguais, na sociedade. Esse conceito enfatiza o seu aspecto relacional, pois nos constituímos homens e mulheres e construímos nossa identidade nas relações sociais, afetivas, familiares e comunitárias que estabelecemos (PLANO MUNICIPAL DE EQUIDADE DE GÊNERO, 2019)

Um desafio que se coloca aos conselhos de políticas públicas é o de ampliar a participação social. Estar presente nas instituições de participação, por meio das organizações do movimento feminista negro, é importante para estabelecer um canal de diálogo com o poder público, de forma a formalizar o encaminhamento das reivindicações e obter o reconhecimento, enquanto interlocutoras legítimas (CARLOS, 2011).

5.3 Ocupação de cargos na burocracia

“Não tem pauta posta aqui que não esteja dentro do movimento negro” (Aqaltune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021)

Neste repertório, os movimentos sociais atuam por dentro das estruturas do Estado para influenciar nas políticas públicas. O movimento negro e o movimento feminista conseguiram avançar na introdução de suas demandas na agenda das políticas públicas quando o ambiente político se tornou permeável a estas agendas e seus militantes tiveram a oportunidade de ocupar cargos públicos.

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) afirmam que, na maioria dos casos, a trajetória ativista dos burocratas estatais inicia-se antes de suas carreiras no Estado. Afirmação que é confirmada pelo relato das entrevistadas, quando expuseram suas histórias na militância. Em Belo Horizonte, a institucionalização da agenda do movimento negro e do movimento feminista propiciou que ativistas destes movimentos pudessem ocupar cargos nas estruturas do Estado. Isto porque os saberes acumulados pela prática do ativismo permitiam que tivessem um conhecimento diferenciado e específico para tratar demandas sob a forma de implementação de políticas públicas, “uma lente que faz enxergar e trabalhar na perspectiva dos direitos humanos”, nas palavras de Maria Felipa.

O exemplo mais notório observado em Belo Horizonte é a criação da Secretaria Municipal de Assuntos para Comunidade Negra (SMACON), em 1998, na gestão de Célio de Castro (1997- 2001) cuja secretária foi a conhecida militante do movimento negro e do movimento feminista negro da cidade, Diva Moreira, que se tornou a primeira mulher negra a ocupar um cargo no primeiro escalão do governo municipal, iniciando a implementação das políticas específicas para a comunidade negra. As mulheres negras sempre estiveram à frente da gestão das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Belo Horizonte, demonstrando a intersecção raça e gênero na definição das políticas.

A criação da SMACON demonstra o pioneirismo de Belo Horizonte em tratar de forma institucional das ações afirmativas para a população negra, uma vez que, no âmbito federal, a política foi implantada cinco anos depois, em 2003. Por outro lado, a ousadia em se criar um órgão, na administração pública, que responsabilizasse o Estado pelas Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pelo enfrentamento ao racismo expôs o racismo institucional e a desconfiança do próprio movimento negro da cidade com a efetividade das ações propostas (HERINGER, 2001). A autora aponta que o processo de criação da SMACON foi “doloroso e desafiador, colocando a cidade em polvorosa” (HERINGER, 2001, p. 29).

O contexto político, entretanto, nem sempre foi favorável. No ano 2000, apenas dois anos após sua criação, a SMACON foi extinta, mudando seu *status* institucional para Coordenadoria, passando a ser reconhecida pela sigla COMACON, o que demonstra a falta de aderência com as pautas do movimento negro. A partir de 2017, desde a primeira gestão do Prefeito Alexandre Kalil (2017-2020), o órgão passou a ter o *status* de Diretoria, passando a denominar-se Diretoria de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial. Em 2021, foi incluída a palavra REPARAÇÃO e a diretoria passou a se chamar Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial:

No início deste ano, entra a palavra reparação, que não é só uma palavra. Estamos trabalhando no sentido de que as políticas sejam implementadas no campo reparatório (...). Já vinham sendo feitas políticas de reparação, só que agora estão explícitas nas competências do órgão e têm que fazer, pensar, executar, transversalizar políticas reparatórias. (Aqualtune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021).

A entrevistada Aqualtune, que participou do processo de mobilização para a criação da SMACON, desde a organização de abaixo-assinado na Praça Sete até pressão junto ao prefeito e à Câmara dos Vereadores, ocupa, desde 2017, o cargo de Diretora da DPIR, subordinada à Subsecretaria de Direitos de Cidadania. Tendo uma militante ocupando o cargo da gestão da DPIR, a prioridade traçada é “fazer o enfrentamento e tentar a extinção do racismo institucional”, uma vez que agora está na posição de formuladora da política.

Além de ser uma militante histórica do movimento negro de Belo Horizonte, o fato de se colocar como uma mulher de tradição, em sua visão, “faz toda a diferença”. Colocando-se como uma mulher de tradição e militante, a sua tarefa, enquanto gestora, é defender as pautas dos povos e das comunidades tradicionais, principalmente aqueles de matriz africana em Belo Horizonte, e formular políticas públicas que atendam as demandas destes grupos. As demandas dos povos tradicionais e de outras etnias, tais como os indígenas e os ciganos, vêm sendo inseridas na agenda das políticas formuladas pela DPIR em Belo Horizonte, como é evidenciado no relato abaixo:

Uma das minhas tarefas aqui é tirar da invisibilidade os povos e as comunidades tradicionais, principalmente os de matriz africana dessa cidade, e pautar políticas públicas nesse setor, mas, ao mesmo tempo, eu não posso esquecer dos complementos da pauta racial, que também inclui os indígenas, os ciganos e a população negra em geral. (Aqualtune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021).

Neste sentido, um dos efeitos de cargos na burocracia serem ocupados por ativistas de movimentos sociais é ampliar a representatividade de segmentos sociais por vezes negligenciados nas políticas de caráter universal. No caso aqui relatado,

quem melhor que uma mulher ligada às tradições de matriz africana para defender, por dentro da burocracia, as pautas que impactam diretamente estes povos?

Ainda com relação às pautas tratadas na diretoria, estas são as demandas históricas reivindicadas pelo movimento negro. Reparação histórica, inclusão social, fim da violência, respeito às tradições religiosas de matriz africana são temas pautados nas lutas do movimento negro.

Não existe aqui na DPIR nenhum tema que tenha sido pautado por nós, porque o movimento negro já está nesse solo há décadas, décadas e décadas fazendo a resistência. Não tem pauta posta aqui que não esteja dentro do movimento negro. **Algumas não estão, às vezes, visíveis, principalmente aquelas ligadas aos povos de matriz africana e às comunidades tradicionais, porque essa discussão no campo das políticas públicas é recente.** Os desafios aqui são os mesmos de sempre: o racismo, o racismo institucional. **O que queremos? O movimento negro vem dizendo há muito tempo.** Nós queremos reparação, nós queremos reparação histórica, nós queremos reparação econômica, nós queremos reparação. (Aqualtune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021, grifo nosso).

Outra militante do movimento feminista negro em Belo Horizonte a utilizar o repertório “ocupação de cargos na burocracia” foi Maria Felipa, convidada a assumir a Diretoria de Política para Mulheres, de 2017 a 2020:

Maíra [Colares, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania SMASAC] me chamou para conversar em 2017 e perguntou se eu não gostaria de assumir a Diretoria de Políticas para as Mulheres e eu fiquei super surpresa, [pois] eu não tinha a menor ideia que isso ia acontecer na minha vida, mesmo. Pensei: *“Cara, Diretora de Políticas para as Mulheres, que loucura!”* A proximidade que eu tive no Fórum da Juventude com as pautas de gênero me fizeram muito ter vontade de ir e de construir esse trabalho. Então eu fui “na cara e na coragem”, “no peito e na raça” e fiquei a primeira gestão toda, quatro anos. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021)

Em contextos favoráveis a uma gestão mais participativa, a aproximação com os movimentos sociais favorece, por um lado, a construção coletiva, a receptividade e o acolhimento das pautas apresentadas e, por outro lado, a colaboração dos segmentos que se sentem representados. Esse ponto fica evidente no seguinte relato:

Na prefeitura de Belo Horizonte foi muito interessante. As mulheres negras que eu já conhecia dos movimentos e outras, que eu não conhecia tanto, ficaram muito felizes quando eu cheguei para assumir a Diretoria. Quando a Maíra fez o convite, existiu uma construção ali na SMASAC, de que houvesse nas diretorias vinculadas aos Direitos Humanos, pessoas que tinham uma boa relação com os movimentos sociais. (...). Então, eu me lembro que as mulheres negras gostaram muito da minha presença ali, e eu fiquei muito feliz com isso, porque são muitas mulheres em quem eu me referencio muito, eu aprendi com elas, elas são minhas referências. Então, Macaé Evaristo, Benilda Brito, são pessoas de quem eu gosto muito. Larissa Borges, com quem conversei muito, quando ela estava como Subsecretária de Políticas para Mulheres no Governo do Estado. Me apoiou demais. A Áurea Carolina. Muitas mulheres desses movimentos me apoiaram muito, mesmo, e isso foi muito legal. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021)

No que se refere ao enfrentamento do racismo institucional, em uma estrutura de governo pensada e operacionalizada por pessoas brancas, poderia ser definido o conceito “a solidão da mulher negra nos cargos de gestão” e para fazer frente a esta solidão, as mulheres negras gestoras devem construir um projeto político de forma coletiva, cercadas por uma “legião de mulheres negras”, além de estarem atentas à sua capacitação técnica. Sobre os desafios de ser uma mulher negra no espaço institucional, ela aponta:

Eu lembro que, quando cheguei [na Prefeitura de Belo Horizonte], eu tinha que ficar muito atenta, porque eu era a mulher mais jovem e negra. Na Diretoria, a única negra. Uma das únicas negras da gestão das Secretarias. Sem esse manejo da prefeitura, do setor público, carreira, o corporativismo e porque existe um racismo institucional fortíssimo ali. E é muito difícil não ter outros pares, outras pessoas negras para você discutir e compartilhar os pensamentos, apesar de não sermos um bloco e não pensarmos do mesmo jeito. Ainda mais, quando as pessoas pretas chefiam, é um problema muito complexo, e eu enfrentei muito esse problema. Foi muito difícil as pessoas me engolirem. *“Eu que trabalho aqui há 10/20 anos, para uma menina pretinha me falar ou direcionar o trabalho?”*. E as mulheres brancas não reconhecem as mulheres pretas como iguais, elas não enxergam isso. E tudo isso mostra que **ser um corpo feminino e preto num espaço tão hostil, por si só, já é um ato de militância e de resistência**, porque não é possível permanecer nesses espaços sem trazer para o centro do debate as questões que envolvem. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021)

No fazer “militante-institucional” das entrevistadas está presente a interseccionalidade entre classe, raça e gênero como premissa para se formular as políticas, mas isto pode ser desafiador, pois, mesmo que haja a abertura da gestão, os racismos estruturais e institucionais estão presentes. A presença do racismo estrutural fica evidente na fala de uma entrevistada, bem como a interseccionalidade como perspectiva de atuação.

Nós fazemos várias atividades, focando muito nas servidoras, principalmente as servidoras mais simples, mais humildes, aquelas dos serviços gerais, que são pretas. Sempre direcionamos as ações para elas. O feminino também me preocupa, o lugar desse feminino na política pública, desse feminino preto na gestão da política. E é visível a minha relação com esse feminino. Eu sempre procuro mulheres e mulheres pretas para me assessorar. A gestão foi sendo construída em torno do enfrentamento aos racismos, principalmente o institucional, e tentando nesse diálogo, essa construção de políticas públicas, evidenciar esse feminino e evidenciar essas mulheres de tradição de matriz africana. (Aqualtune. Entrevista datada de 01 de Dezembro de 2021)

Uma das diretrizes, que eu coloquei na Diretoria, é que trabalhássemos na perspectiva interseccional. Feminista interseccional, ouvi muitas questões em relação a isso. Então, com relação à interseccionalidade, era muito difícil discutir as questões de raça, gênero, classe e outras intersecções, pensando de fato em como poderíamos atendê-las. Por exemplo: A gente percebia no “Bem-Vinda”, no enfrentamento à violência, a diferença entre as mulheres negras e as mulheres não negras. A gente percebia mulheres com situações muito semelhantes, morando em bairros mais ou menos semelhantes, com o mesmo número de filhos, faixa etária semelhante, renda zero, esse tipo de violência, e era impressionante como as mulheres brancas tinham muito mais acesso e as mulheres negras, não. Eu me lembro de muitas mulheres negras importantes, nas discussões, traziam isso. “Precisamos avançar com essa questão das mulheres negras, discutir isso”, mas a gente não conseguia. **Porque a prefeitura é branca**, e não entende, mesmo, as questões. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021, grifo nosso)

Este ponto trazido no relato de Maria Felipa aponta para a necessidade e a importância de as mulheres negras ocuparem os espaços de tomada de decisão, justamente por terem o conhecimento das demandas.

É muito importante para o desenvolvimento desses cargos que a gente consiga se desenvolver tecnicamente, precisamos de conhecimento técnico, porque, por sermos pessoas pretas, nós vamos, sim, ser consideradas inferiores. A gente pode ter a militância que for, o otimismo que for, o reconhecimento da população que for que, nesses

espaços, principalmente na gestão pública, que é onde eu tenho experiência, você precisa se desenvolver tecnicamente e aprender. Esse é um ponto de atenção. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021, grifo nosso)

Militantes que ocupam cargos na burocracia têm o desafio de romper com a estigmatização e a imagem de não serem profissionais. Esse ponto fica evidente na fala de uma entrevistada, que enfatiza a luta cotidiana contra o estigma e o preconceito no interior da administração pública:

Eu vejo que o ativismo e a militância é quando você, ainda que tenha uma vinculação funcional, profissional, utilize esse lugar também como uma forma de questionamento do que está sendo posto, porque é assim que a gente quebra essa lógica. (...) O lugar da gestão pública junto com o ativismo e com a militância é muito difícil, porque, além de existir uma ideia de que a militância é ignorante e apaixonada, existem estigmas e enquadramentos da militância que são muito pejorativos. Como se as pessoas que estão dentro da militância não tivessem conhecimento técnico e habilidade política, inclusive, para dizer o que estão dizendo. E como se houvesse, também, uma falta de compromisso com a construção pragmática da coisa; como se fossem pessoas que fizessem muito barulho, mas que não estão, de fato, envolvidos em como vai ser essa construção [das políticas públicas]. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021, grifo nosso)

A pesquisa identificou outras militantes que utilizaram o repertório da “ocupação de cargos na burocracia”: Tereza de Benguela ocupou cargos na Prefeitura de Belo Horizonte, atuando nas políticas para mulheres, na educação e na educação ambiental. Luíza Mahin atuava como coordenadora de um Centro de Vivências Agroecológicas, ligado à política ambiental.

A partir das experiências identificadas nas entrevistas, pode-se observar que as militantes do movimento feminista negro em Belo Horizonte, que ocupavam cargos na burocracia, demonstraram que, para além de um posicionamento técnico, elas levavam seus posicionamentos políticos para os órgãos que ocupavam. Este fenômeno se alinha ao que Abers e Büllow (2011, p. 65) detectaram como sendo um padrão observado na intersecção dos movimentos sociais com o Estado que é “a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais”. Ou, como apresentado por Rech e Silva (2016), como “ativismo institucional” em que “os ativistas institucionais são participantes de movimentos sociais que ocupam *status*

formais dentro de governos e que buscam os objetivos do movimento social através de canais burocráticos convencionais” (RECH, SILVA, 2016, p 375).

Desta forma, o repertório de ocupação de cargos na burocracia vem sendo utilizado pelas feministas negras como estratégia de aproximação com o Estado, com vistas a influenciar as políticas por dentro das estruturas da gestão pública. Vale ressaltar que este repertório representa uma conquista da luta histórica dos movimentos sociais, fruto do processo de incidência política, quando o Estado passa a reconhecer o racismo e o machismo, a propor políticas de enfrentamento a estas opressões e a incorporar em seus quadros militantes com reconhecida qualificação.

5.4 Ocupação política

(...) um chamado que Áurea [Carolina] fez lá em 2016, quando ela chama as pessoas a ocuparem a política, as pessoas comuns, as pessoas como nós a ocuparem a política, e isso é muito forte. (Antonieta de Barros. Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021)

A interação com o Estado, por meio da ocupação política partidária, tem sido mais um repertório explorado pelo feminismo negro na intencionalidade de ocupar espaços de poder, ampliar a representatividade e transformar bandeiras de lutas em políticas públicas. Conforme aponta Costa (2021, p 16-17):

O novo protagonismo que as mulheres negras expressam na política entende que não haverá justiça social enquanto a elaboração de leis e de políticas públicas for um monopólio de homens brancos (que compõem a minoria da sociedade brasileira), direcionadas para uma população majoritariamente negra e feminina.

Nesta pesquisa, o repertório foi analisado pela ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, com o cargo de vereadora. Este repertório tem se intensificado, sobretudo, a partir das eleições municipais de 2016 que alçou Áurea Carolina ao cargo de vereadora, com votação expressiva em Belo Horizonte, eleita pelo PSOL. Conforme apontam Silva, Ladeira e Brasil (2021, p 16):

as mulheres negras têm empreendido este movimento de ocupação da política institucional como mais uma instância em que podem pautar e reivindicar seus direitos, serem protagonistas na proposição de políticas públicas, quebrando os paradigmas da representação

tradicional, majoritariamente masculina e branca e os estereótipos da subalternidade imposta, ao invés de estarem no lugar de beneficiárias dos programas governamentais.

No campo da representação política em cargos legislativos, a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte não acompanha o pioneirismo da cidade, em termos de luta pela igualdade racial. Apenas em 2016 a cidade elegeu a primeira vereadora negra. Em 2020, foram duas mulheres negras eleitas, sendo uma delas a entrevistada Antonieta de Barros, que já havia disputado o cargo de deputada estadual nas eleições de 2018:

Lancei a minha pré-candidatura no dia 8 de março de 2018. Uma semana depois, a Marielle foi assassinada. Foi muito pesado, muito forte, **mas começou a ter um chamado para as pessoas votarem em mulheres negras**. Eu fui muito bem na eleição, muito melhor do que eu achei que iria. Eu não fiz parte das candidaturas das Muitas¹² na época, mas eu fui muito bem votada. E quando eu voltei para o trabalho (porque você fica de licença quando disputa as eleições), as pessoas tinham adorado a minha campanha, *“Nossa, que legal, você teve muito voto”*. E eu fiquei muito feliz com o resultado da eleição e as pessoas falavam *“Então, para vereadora você vai ser eleita”*. E, já em 2018, nós começamos a construir essa linha para chegar em 2020, ser candidata a vereadora e ganhar. Estou muito feliz de estar naquele espaço hoje [A Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte], sem deixar de ser quem eu sou, sem deixar de ser uma pessoa comum. Eu faço muita questão de sempre falar *“Sou uma metروviária, estou de licença”*. Porque precisamos cada vez mais pessoas bilheteiras do metrô, motoristas de ônibus [na política]. Precisamos cada vez mais de pessoas comuns falando assim: *“Olha, eu posso também”*. (Antonieta de Barros. Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021)

Em Belo Horizonte, o movimento feminista negro tem buscado, pela via da representação política, inserir as pautas de defesa das mulheres negras, trabalhadoras, LGBTQIA+, das comunidades, em uma perspectiva interseccional. Tal como foi apontado no repertório de ocupação de cargos na burocracia, uma ativista do movimento feminista negro que ocupa um cargo na política institucional possui maior aproximação e sensibilidade para entender e acolher as demandas da população, até porque essas demandas são as suas bandeiras de luta e compõem as plataformas de campanha. Neste sentido, a experiência acumulada na militância se

¹² “Movimentação política feita por integrantes de movimentos, organizações, coletivos e ativistas independentes com a proposta de ocupar as eleições com cidadania e ousadia para fazer política de uma forma diferente”. Fonte: <<https://gabinetona.org/site/>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

torna ativos políticos, quando da proposição dos projetos e na pressão sobre o Executivo municipal. No relato abaixo, Antonieta de Barros exemplifica as articulações na Câmara de Vereadores para a aprovação do Programa Auxílio Belo Horizonte¹³:

Para mim, foi uma conquista muito grande, uma forma aproveitarmos o nosso acúmulo, de movimento social, de combate à fome para pautar [o projeto de lei]. Fizemos abaixo-assinado, fizemos ato na porta da Prefeitura. Precisou de muita pressão e eu acho que soubemos utilizar esses aprendizados que vêm dos movimentos sociais para poder pressionar e conseguir esse auxílio (Antonieta de Barros. Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021)

Outro exemplo da atuação legislativa de Antonieta de Barros, fruto de sua experiência como militante do movimento feminista negro, era o debate sobre a dignidade menstrual. Esta é uma pauta que tem sido trazida pelas feministas em âmbito nacional e há várias iniciativas de discussão desta temática, que impacta diretamente as pessoas que menstruam (meninas, mulheres, homens trans) em situação de vulnerabilidade. Este debate tem sido colocado na arena pública justamente pela mobilização e pelo entendimento das necessidades e vulnerabilidades deste grupo. No caso de Antonieta de Barros, esta pauta era desenvolvida em conjunto com seu grupo de mulheres do Barreiro “Flores de Resistência”.

Uma outra pauta que eu tenho muito forte, desde a campanha, é a da dignidade menstrual. A Flores de Resistência, que é um dos movimentos do qual eu faço parte, foi criada no início de 2020 e ela faz doação de absorventes ecológicos para mulheres nas comunidades do Barreiro. O debate sobre a dignidade menstrual foi nosso primeiro tema, nossa primeira audiência pública para entender o que já havia de política pública nesse sentido. E nós descobrimos que, em alguns centros de Referência para [a] População em Situação de Rua têm absorventes, em algumas escolas, a diretora compra absorventes, em alguns ambulatórios de rua, tem absorvente, depende um pouco da gestão [do equipamento]. Mas precisamos de uma política do município. **Fizemos um projeto de lei, construído junto com a Flores de Resistência**, para distribuição de absorventes nas escolas. Mas nós não conseguimos avançar com esse projeto ainda, porque não indicávamos a fonte da receita para custear a política, o que poderia ser considerado inconstitucional. Então resolvemos esperar e fizemos uma emenda na lei orçamentária para

¹³ “Auxílio BH: O Programa Auxílio Belo Horizonte, criado pela Lei 11.314/21, tem como objetivo apoiar mais de 300 mil famílias, por meio da concessão de subsídios financeiros de caráter provisório como medida de enfrentamento às consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19”. Fonte <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/auxiliobelohorizonte>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

2022, a fim de garantir o recurso para a dignidade menstrual. (Antonieta de Barros. Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021, grifo nosso)

“As mulheres negras fazem política todos os dias, porque a maioria das lideranças comunitárias são mulheres negras” (Antonieta de Barros em entrevista cedida em 20 de Dezembro de 2021). Com esta afirmação, Antonieta de Barros traz à cena, para além da luta das mulheres negras nos espaços institucionais, a organização das mulheres negras que interferem nas políticas públicas por fora das estruturas estatais. Ela recupera o exemplo da Comunidade Izidora, que era uma ocupação irregular e que, a partir da organização das mulheres, “saiu do lugar do despejo para o lugar da regularização do posto de saúde, de lutar por mais equipamentos públicos.” Antonieta de Barros citou, ainda, mulheres como a Simone, da Vila Cemig, que fazia com que toda a Secretaria de Assistência Social se movimentasse para resolver os problemas da comunidade, e a Maria, da Vila Pinho, que organizou os moradores e fundou a Associação de Moradores, da qual é a primeira presidenta, uma comunidade que ainda não é regularizada, mas que conquistou energia elétrica e água e que as ruas tenham CEP. As mulheres do Aglomerado Pedreira Prado Lopes, que fundaram o jornal local “Cê viu isso? ”, com o objetivo de conscientizar os moradores e mobilizá-los para a justiça social. Estes são exemplos de mulheres que interferem nas políticas em seus territórios e de como os movimentos, neste processo de diálogo com o poder público e com acesso aos espaços e atores com poder de tomada de decisão, obtêm êxito no endereçamento de suas demandas.

Essas mulheres têm muita força e determinação na política, mas ainda muito invisibilizadas, e nós precisamos visibilizar isso, mas eu acho que temos caminhado. O número de candidaturas de mulheres negras subiu, a quantidade de pessoas que se identificam como negras, hoje, subiu e isso é político também, sabe? Uma retomada da negritude. (Antonieta de Barros. Entrevista datada de 20 de Dezembro de 2021)

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Marielle Franco (2021), 84.418 mulheres negras se candidataram ao cargo de vereadora em 2020, sendo que apenas 6% delas foram eleitas, ou seja 3.634. Ainda assim, apesar desta baixa representatividade, o pleito de 2020 representou um aumento de quase 700 cadeiras ocupadas por mulheres negras nas câmaras municipais e receberam 32% a mais de votos em comparação com as eleições de 2016. Ainda segundo a pesquisa, estes

dados demonstram que há um movimento crescente em que mulheres negras estão dispostas a ocuparem a política institucional e que o eleitorado tem apostado em um projeto político de defesa dos direitos humanos e de aprofundamento da democracia. Contudo, a maior visibilidade expõe as mulheres à violência. O espaço da política institucional é extremamente hostil às mulheres negras, o que torna desafiador. Além de transpor todas as barreiras do racismo e do machismo para ocupar estes espaços, é preciso traçar estratégias de permanência e de combate à violência política de gênero e raça. A fala de uma entrevistada sintetiza o ponto:

Hoje eu penso que as nossas estratégias têm que ser mais amadurecidas, muitas que se candidataram no último pleito sofreram ameaças, mesmo as que foram eleitas. **A gente não quer mais Marielles.** Não queremos que outras companheiras sigam a mesma situação. Precisamos nos organizar. (Tereza de Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021)

Na percepção das entrevistadas, a ocupação de cargos políticos e de tomada de decisão é importante para a implantação de um projeto de sociedade mais justo, inclusivo e democrático. Entretanto, é preciso avançar para outras áreas ainda pouco exploradas e pouco ocupadas por mulheres negras. Para isso se concretizar, é preciso capacitação e pressão para ocupar espaços considerados estratégicos.

Eu acho que, se retomarmos um caminho de reorganização, de voltar a dialogar, podemos voltar a construir estratégias e projetos. Mas eu sempre bato na tecla que nós precisamos debater projetos de sociedade. Tem que ser pelas estruturas. E, se nós estamos indo para o Estado, para o Legislativo, para o Executivo, para dizer “mulheres negras no poder”, precisamos estar atentas. (Tia Ciata. Entrevista datada de 16 de Novembro de 2021)

[Precisamos] fortalecer essas candidaturas, essas mulheres pretas eleitas, e buscar organizações no movimento de mulheres feministas pretas é subsídio para que essas organizações continuem andando. Seja na prefeitura, no Judiciário, no Legislativo. E é bom porque a gente vai crescendo. Precisamos de estratégias mais arrematadas, porque os campos não são tão abertos para a gente, mesmo. (Maria Felipa. Entrevista datada de 08 de Novembro de 2021)

Nós precisamos muito pensar em outros lugares que nos interessam, para além da candidatura., e nós precisamos colocar muitas de nós [nestes lugares] e nos preparar para isso. Lugares estratégicos. **Nós precisamos de mulheres que dominem a economia, mulheres que dominem as políticas sociais, que vão mostrar, pelos números,**

como lutar pelas políticas públicas. Não é política universal, é política focalizada. Onde tem início, monitoramento, meio, ter recurso. **Nós precisamos de pessoas pretas que dominem funcionamento da administração pública.** Precisamos entender como se casam as políticas urbanas com as políticas sociais, para poder chegar na comunidade negra. Não são políticas isoladas, elas têm que estar uma dentro da outra. (Tereza De Benguela. Entrevista datada de 25 de Novembro de 2021, grifo nosso)

Este é o desafio que se coloca, pois, espaços de poder, espaços estratégicos, não são concedidos às pessoas negras. Eles são conquistados e esta conquista precisa ser sustentável, resistente a retrocessos e com potencial de avanços, com investimentos na formação das mulheres e na criatividade de utilizar outros repertórios de interação.

5.5 O movimento feminista negro e a incidência nas políticas públicas

Foi apresentado anteriormente que o movimento feminista negro deu um salto de amadurecimento na década de 1990, fruto de um processo de organização iniciado nas décadas de 1970 e 1980. O marco temporal das ações do movimento negro/feminismo negro foi o ano de 1995, em virtude das mobilizações advindas das comemorações do Tricentenário de Zumbi dos Palmares, que culminaram na Marcha de Zumbi de Palmares em Brasília e que deu início a um frutífero processo de implementação de políticas públicas, a partir de estruturas de oportunidades políticas favoráveis.

Em Belo Horizonte, este processo também pôde ser observado, conforme aponta Cardoso (2011, p. 206):

As comemorações dos 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares ensejaram também a articulação e execução de projetos institucionais referentes à importância do patrimônio cultural da população negra na cidade de Belo Horizonte e iniciando um novo, conflituoso e rico processo de relação política entre o Movimento Negro e o Poder Público Municipal.

Na seção anterior, foram analisados os repertórios por meio dos quais o movimento feminista negro de Belo Horizonte interagiu com o Estado, resultando na formulação e implementação de políticas públicas em variados setores. Partindo da experiência relatada pelas seis entrevistadas desta pesquisa, o quadro 6 sintetiza os

repertórios utilizados na interação com o poder público de Belo Horizonte e em quais políticas públicas as entrevistadas atuaram desde suas trajetórias como ativistas e militantes do movimento feminista negro. Foi possível verificar que o movimento feminista negro de Belo Horizonte, em alguma medida, incidiu na produção de políticas que interseccionam os marcadores sociais gênero, raça e classe:

Quadro 6- Incidência do Movimento Feminista Negro de Belo Horizonte nas políticas públicas

SETOR DA POLÍTICA	ATUAÇÃO
Política de Assistência Social.	Serviços de média e alta complexidade; Coordenação do Centro de Apoio à Mulher Bem-Vinda; Mobilização para a aprovação do Auxílio BH para famílias em situação de vulnerabilidade em razão da pandemia da covid-19
Política de Direitos Humanos	Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas; Política de Prevenção à Criminalidade; Política para Juventudes; Reativação da Comissão da Juventude Negra; Concessão do título de cidadã honorária de BH para Cintura Fina ¹⁴ .
Política para Mulheres	Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de BH; Elaboração do Plano Municipal de Equidade de Gênero, Coordenação do Centro de Apoio à mulher Bem-Vinda; Criação da Casa Abrigo Sempre Viva, que acolhe mulheres em situação de violência; Projeto de Lei para a temática da dignidade menstrual
Política Ambiental	Atuação no Parque das Mangabeiras, viabilizando que as comunidades do entorno do Parque pudessem ter acesso ao mesmo; Implantação do Parque das Águas na região do Barreiro; Coordenação do Centro de Vivências Agroecológicas: ações de sustentabilidade e agricultura familiar
Política de Igualdade Racial	Formação de servidores em questões raciais;

¹⁴ “Cintura Fina: Símbolo de resistência e na luta LGBTQ+, Cintura Fina receberá o título de Cidadã Honorária, em condição *post mortem*, nesta sexta-feira (17), em Belo Horizonte.” Fonte: <<https://soubh.uai.com.br/noticias/variedades/cintura-fina-simbolo-na-luta-lgbt-e-reconhecida-como-cidada-honoraria-de-bh>>. Acesso em: 13 mar. 2022

SETOR DA POLÍTICA	ATUAÇÃO
	<p>Articulação com Fundação Zoobotânica e SLU para liberação dos Parques para a prática dos rituais das religiões de matriz africana;</p> <p>Criação do “Julho das Pretas”, em alusão ao dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra latino-americana e Caribenha. Em Belo Horizonte, o Dia de Dona Valdete¹⁵, e promoção de reconhecimento de algumas mulheres negras lideranças em BH;</p> <p>Elaboração do Plano Municipal de Igualdade Racial de BH; Políticas focalizadas para povos das comunidades tradicionais, indígenas e ciganos;</p>
Política Cultural	Liberação de emendas impositivas para fortalecimento de equipamentos culturais nas regionais Barreiro e Venda Nova;
Política de Educação	Gerência regional com equipe integrada de acompanhamento dos anos escolares (educação infantil ao EJA)

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas

Pelos temas das políticas e pelas ações de intervenção que foram relatados durante as entrevistas, pode-se observar que, por conhecerem as necessidades das mulheres negras, por vivenciarem estas necessidades, as entrevistadas demonstram ter sensibilidade nas questões e souberam utilizar o espaço de colaboração com o poder público de Belo Horizonte e as experiências e aprendizados obtidos nos movimentos dos quais participavam para institucionalizar suas demandas por meio de políticas públicas. É preciso que o movimento feminista negro avance ocupando lugares estratégicos na gestão, lugares com efetivo poder de tomada de decisão e influência. Isto permitiria que a influência, aliada às experiências de vida, possibilitasse que as políticas públicas fossem formuladas de forma transversal, sendo mais efetivas no sentido da inclusão, da reparação e da democratização do acesso.

¹⁵ Dona Valdete era líder comunitária do bairro Alto Vera Cruz, ex-coordenadora do grupo cultural “Meninas de Sinhá”, coletivo importante na defesa de direitos e luta pelo protagonismo das mulheres negras”. Fonte: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/atividades-culturais-marcam-o-dia-da-mulher-negra-em-belo-horizonte>>. Acessado em: 19 fev. 2022

Em termos de estruturas de oportunidade políticas, durante os governos de caráter mais progressista, o poder público se mostrou mais permeável a acolher as demandas, bem como a estreitar as relações de interação com os movimentos sociais. Foi unanimidade entre os relatos que o período menos favorável a estas interações se deu ao longo da gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda (2009-2013). A atual gestão tem se mostrado mais permeável e mais aberta.

6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta dissertação analisou o movimento feminista negro, sua trajetória no Brasil e em Belo Horizonte, buscando compreender as dinâmicas de interação do movimento feminista negro de Belo Horizonte com o poder público local. Utilizando da concepção de repertórios, foram analisados os repertórios de ação e de interação identificados a partir do relato das seis mulheres entrevistadas, integrantes deste movimento. O objetivo proposto consistiu em fazer uma análise de tais repertórios e de como eles poderiam ter contribuído na produção de políticas públicas em Belo Horizonte, a partir da interseccionalidade entre gênero e raça, segundo a percepção das entrevistadas.

A interseccionalidade, como visto, foi a lente analítica por meio da qual articularam-se as dimensões das desigualdades (gênero, raça, classe). Nesta perspectiva, as mulheres negras encontravam-se em posição de subalternidade, demandando que as políticas públicas fossem efetivas nas respostas às suas reivindicações.

Tendo como suporte teórico as teorias dos movimentos sociais, foram apresentadas as trajetórias dos movimentos negro e feminista negro no Brasil e em Belo Horizonte. O movimento negro está organizado, desde os primeiros anos republicanos, sendo a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado, as expressões mais conhecidas. A organização do movimento negro, ao longo de sua história, teve momentos de avanços e recuos, mas nunca se omitiu das discussões políticas, dos enfrentamentos e dos posicionamentos na luta antirracista, conforme destacou Aqualtune.

Neste posicionamento, as mulheres negras tiveram e têm papel fundamental. Entretanto, por não conseguirem reverberar suas demandas específicas tanto no movimento negro quanto no movimento feminista, organizaram um movimento próprio, em busca de autonomia e emancipação. Vale ressaltar que este movimento próprio, conhecido como movimento feminista negro, não tem como propósito a separação dos movimentos, mas visa aglutinar as bandeiras de lutas, mobilizando ações de combate ao machismo e ao racismo.

Mostrou-se, em Belo Horizonte, que os movimentos negro e feminista possuem trajetórias igualmente pulsantes e ativas e, além de uma reconhecida tradição participativa, a cidade tem destaque na história da luta antirracista e na

implementação de políticas de igualdade racial, antes mesmo das ações no âmbito federal.

Este trabalho deu voz a seis mulheres negras da cidade de Belo Horizonte que, por suas ações de ativismo e militância no movimento feminista negro, vêm incidindo para que as políticas públicas na cidade possam ter o caráter da dimensão interseccional. Ao se identificarem como mulheres negras e ativistas, as entrevistadas marcaram/marcam um posicionamento político, amparado em saberes ancestrais, culturais, educacionais e estéticos.

Desta forma, a pesquisa identificou que o movimento feminista negro em Belo Horizonte utilizou os seguintes repertórios de ação e de interação com o Estado:

- a) Organização e participação na Marcha das Mulheres Negras em 2015;
- b) Atuação das ativistas no Orçamento Participativa e nos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos das Mulheres;
- c) Atuação das ativistas em órgãos públicos nas diretorias das Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher;
- d) Candidatura à vereança em 2020.

A pesquisa também demonstrou os efeitos destas interações com o Estado na produção de políticas públicas: que mulheres negras atuantes e comprometidas com os problemas de sua comunidade, ocupando espaços políticos estratégicos, mobilizam a agenda com sensibilidade e conhecimento de causa. O quadro 6 apresentou uma amostra das políticas nas quais o movimento feminista negro teve incidência.

Buscou-se contribuir para o registro histórico do movimento feminista de Belo Horizonte, a partir da perspectiva de luta das mulheres negras, bem como contribuir, em termos analíticos, para os estudos empíricos dos movimentos sociais, sobretudo aqueles que buscam analisar os efeitos do posicionamento colaborativo dos movimentos sobre as políticas públicas. Trata-se também de um trabalho de vanguarda, uma vez que propõe o diálogo entre os conceitos da sociologia dos movimentos sociais e os estudos do campo da Administração Pública, contribuindo para uma promissora agenda de pesquisas.

Em uma perspectiva aplicada, este trabalho tem o potencial de ser utilizado como conteúdo de formação para lideranças comunitárias, grupos e coletivos, a partir do resgate histórico e das trajetórias inspiradoras das mulheres aqui entrevistadas,

com o objetivo de fortalecer a luta dos movimentos sociais para ocupar espaços institucionais e seguir lutando por seus direitos. Abre-se a possibilidade de estudos futuros, utilizando como proposta temática a organização política de outros grupos minorizados, como indígenas, grupos LGBTQIA+, povos ciganos, quilombolas, lideranças comunitárias, entre tantos outros.

Uma das questões que a pesquisa buscou abordar foi a percepção das entrevistadas com relação aos desafios enfrentados pelo movimento feminista negro em Belo Horizonte e quais as perspectivas para o futuro.

Entre os desafios apontados, os efeitos da pandemia da covid-19 sobre as mulheres negras, que foram as mais impactadas pela fome, pelo desemprego ou pelos trabalhos precários e pela sobrecarga dos trabalhos de cuidados. As entrevistadas apontaram para a necessidade de reorganização, de se explorar ações de autocuidado e autoamor, como estratégias de sobrevivência, de forma assertiva e coletiva. “Esta é a revolução da mulher preta”, como afirmou Maria Felipa; “e *ai* da gente, se não tivesse tantas lideranças negras nos seus territórios, principalmente as mulheres negras, porque são elas que garantem, mesmo, o que é possível até hoje”, completou Tereza de Benguela.

Em termos de perspectivas, as mudanças e as transformações da sociedade pedem novas práticas. Neste sentido, a juventude negra vem trazendo novas linguagens, por meio dos ativismos digitais, em uma perspectiva afrofuturista, que “é a possibilidade de ver preto, vivendo num futuro feliz, respeitado, trabalhando, com direitos garantidos”, conforme as palavras de Tereza de Benguela. Contudo, não se pode esquecer que, “Nossos passos vêm de longe” como nos ensina Jurema Werneck (2010). Mas “vêm de longe, onde?” , provoca Tia Ciata. Vêm das ancestrais que lutaram, desde os primeiros navios negreiros, que lideraram fugas, que se aquilombaram, que organizaram, há quarenta anos, um movimento próprio para falarem por si com autonomia, assumindo os riscos em que esta autonomia implica (GONZÁLES, 2020b), e continuam resistindo para que o Brasil possa vir a ser o país do bem-viver. “Respeite quem pode chegar onde a gente chegou”, ela completa.

Resgato a estratégia “vou aprender a ler para ensinar meus camaradas”. Naquele momento, quarenta anos atrás, precisavam-se de pedagogas, psicólogas e assistentes sociais para que pudessem colocar sua formação acadêmica a serviço do movimento negro, em uma estratégia política. Hoje, para avançar na luta antirracista na perspectiva das políticas públicas, precisamos, conforme foi apontado por Tereza

de Benguela, de mulheres negras que entendam de economia, de administração pública, que estejam preparadas para ocupar espaços onde ainda não estamos. Neste sentido, instituições como a Fundação João Pinheiro têm papel fundamental para a formação de servidores e de gestores públicos que efetivamente compreendam as opressões de gênero e raça nas estruturas e que atuem na formulação de políticas públicas que transversalizem estes temas, de forma efetiva para o combate às desigualdades.

Por fim, faço uma alusão à grande mulher negra inspiradora, Marielle Franco, após quatro anos do seu brutal feminicídio político, que segue sem solução. Em seu último discurso na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, ela sentenciou: “Nós, mulheres negras, não seremos interrompidas”. E, assim, seguimos!

REFERÊNCIAS

ALVES, Alê. Angela Davis: **Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela**. El país, Salvador, 27, jun, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em 15 de março de 2022.

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ed. 28, p. 52-84, 2011. DOI 10.1590. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>>. Acesso em: 9 out. 2021

_____; SERAFIM; Lizandra, TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 2, p. 325-357, 2014.

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad Tadeu Breda. São Paulo: **Autonomia Literária**, Elefante, 2016. Disponível em <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**, São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. Ensaio bibliográfico: obras coletivas de história oral. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 206-219, 1997.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p 49-86, 2009.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia & Antropologia** v.02.no 03, p. 21 – 41, 2012.

ALMEIDA, Ceila Sales de. **Feminismo Negro: Luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil**. 1 ed. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso da; ARAÚJO, Luana Mesquita de. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 23, ed. 202128, p. 1-22, 2021. DOI 10.22296. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202128>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. 1 ed. São Paulo: Seguinte, 2020.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. Disponível em: <<https://amnb.org.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

ASSIS, Dayane Nayara C. Dos navios negreiros aos porões da democracia: Olhares de mulheres negras sobre a construção de uma agenda de políticas públicas no Brasil. Anais do **VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina/PR. 2020. DOI: 10.5433/SGPP.2020v6p3. Disponível em:

<<http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/issue/view/anais-iv-sgpp>>. Acesso em: 17 fev.2022.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 14, ed. 1, p. 43-64, 2008. DOI 10.1590. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

AZEVEDO, Sérgio de. ABRANCHES, Mônica. Participação, ação coletiva e conselhos setoriais: O caso da região metropolitana de Belo Horizonte. Anais do **XXV Encontro Anual da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs**. Caxambu/MG, 2001. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st17-4/4654-azevedo-abranches-participacao/file>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. **Dados**, v.3, no 3, pp.458-463. 1995.

BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado* v. 30, n. 1 p. 147-163, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>>. Acesso em: 5 jul. 2021

BH NO RITMO DA LUTA. **Documentário**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=31yUmdwRDQg>>. Acesso em: 23 dez. 2021

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, de 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004. Institui a Bolsa-Atleta. **Diário Oficial da União**, de 12 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm>. Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. **Diário Oficial da União**, de 03 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2072%2C%20DE,demais%20trabalhadores%20urbanos%20e%20rurais.>. Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 10 jan. 2003. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.
Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. **Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009**. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html>. Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, de 21 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia** v. 2, n. 3, pp. 43-67. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752012v233>>. Acesso 9 out. 2021.

BUECHLER, Steven M. **Understanding social movements: theories from the classical era to the present**. New York: Routledge, 2016.

CALVO, Júlio. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades - DOI:10.5752/P.2237-8871.2013v14n21p71. **Cadernos de História**, v. 14, n. 21, p. 71-93, 11 out. 2013.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n. 84, pp. 315-348. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300011>>. Acesso em: 15 fev. 2022

_____. Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais. **Interseções** Rio de Janeiro v. 17 n. 1, p. 15-53, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/18042/13430>>. Acesso em: 12 out. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Defining black feminism. In: PALA, Achola (Org.) **Connecting across culture and continents: Black women speak out on identity, race and development**. Nova York, UN Development Fund For Women. Pp. 11-18, 1995.

_____. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* 17 (49) pp 117-131, 2003

_____. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

CASEMIRO, Diego Márcio F.; SILVA, Nathália Lipovetsky e. Teorias interseccionais brasileiras: precoces e inominadas. **Revista de Ciências do Estado**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–28, 2021. DOI: 10.35699/2525-8036.2021.33357. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e33357>>. Acesso em: 25 set. 2021.

CAYRES, Domitila Costa. Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais. **BIB**, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), pp. 81-104. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-82/10586-ativismo-institucional-e-interacoes-estado-movimentos-sociais/file>>. Acesso em: 24 de out. 2021.

COHEN, J. "Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, vol. 52, nº 4, 1985.

_____. L. and ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.

COLLINS, Patricia Hills. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1 ed, São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Andréa Lopes da. **Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência**. In: LOURENÇO. Ana Carolina, FRANCO, Anielle. A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. V1, pp-171-188, 2002.

DAMASCENO, Taís Miranda. **Conhecimento e formação de agenda: uma análise da promoção da igualdade racial no Brasil (1995 a 2003)**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, p. 108, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Diani, Mario. **The concept of social movement**. Sociological Review, Keele, UK, n. 40, 1992.

_____; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, pp. 219-250. janeiro-julho de 2010.

DIAS, Laura Maria A; ARAÚJO, Natália Cristina S. O feminismo negro desempenhando um papel político na reeducação brasileira. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação. São Paulo, v.7,n.9, set. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], 2007, v. 12, n. 23, pp. 100-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

FACEIRA, Lobelia da Silva. Os movimentos sociais e as políticas públicas no cenário brasileiro. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**. Medellín-Colombia. v.5, n. 1, p. 171-196, janeiro-junho, 2014. ISSN: 2216-1201. Acesso em: 31 out. 2021.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2016, v. 24, n. 3, p. 691-713. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p691>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”), 5. ed. v.1. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Sibelle de Jesus. **Mulheres negras em Durban: as lideranças brasileiras na Conferência Mundial contra o Racismo de 2001**. 2020. 267 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FRANCISCO, Dalmir. **Negro, afirmação política e hegemonia burguesa no Brasil**. Belo Horizonte. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/DGP/UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 1992.

GARCIA, Januário. 25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil. Brasília: Fundação Palmares, 2006.

GELEDÉS. **Carta das Mulheres Negras 2015**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/2015/>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

_____. **Brasil e Durban: 20 anos depois**. Livro eletrônico. São Paulo: Geledés – Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/brasil-e-durban-20-anos-depois-o-livro/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, jul./set. 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZÁLEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982.

_____. O Movimento Negro Unificado: um novo estágio na mobilização política negra. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs). Lélia Gonzáles. **Por um feminismo afro latino americano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs). Lélia Gonzáles. **Por um feminismo afro latino americano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs). Lélia Gonzáles. **Por um feminismo afro latino americano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c.

_____. **As amefricanas do Brasil e sua militância**. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs). Lélia Gonzáles. **Por um feminismo Afro Latino Americano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d.

GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.9-22, jan./jun. 2018.

HASENBALG, Carlos. Raça Classe e Mobilidade. In: GONZÁLEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982

HERINGER. Rosana. Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 2, pp. 1-43, 2001.

_____. Durban é só o começo. Carta da CEPIA, Rio de Janeiro, n. 9, 2001b

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Violência política de gênero e raça no Brasil - 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas**. Disponível em: <<https://www.violenciapolitica.org/>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

JASPER, James Macdonald. Players and arenas formerly known as the State. In: DUYVENDAK, Jan Willem; JASPER, James Macdonald (Ed.). **Breaking down the State: protestors engaged** .p. 9-24. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

JACCOUD, Luciana *et al.* Desigualdade racial e construção institucional: a consolidação da temática racial no Governo Federal (1995-2005). *In: A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos* / organizadora: Luciana Jaccoud. Brasília: Ipea, 2009.

_____. Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008) *In: A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos* / organizadora: Luciana Jaccoud. Brasília: Ipea, 2009.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas** [online]. v. 28, n. 1,2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>>. Acesso em: 7 set. 2021

LE MOS, Rosália de Oliveira. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: Uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas.** Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, 2016.

_____. A Marcha das Mulheres Negras 2015: olhares das mulheres negras brasileiras sobre o feminismo negro no Brasil. Anais do **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis, 2017.

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, pp. 311 a 349, 2013.

McADAM, Doug. TARROW, Sidney. TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p.11-48, 2009.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N.. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, vol. 82, nº 6, 1977.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os Movimentos Sociais? Trad. Suely Bastos. **Lua Nova**. n. 17. São Paulo, jun. 1989.

MONAGREDA, Johanna Katuska. Mulheres negras na institucionalização de políticas contra o racismo e o sexismo: trajetórias e desafios de uma agenda em aberto. *In: MATOS, Marlise. ALVAREZ, Sonia (orgs). Quem são as mulheres das políticas para as mulheres?*, vol 2. Porto Alegre: Zouk, 2018.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: Um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2007. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278996>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MOREIRA, Diva; MARTINS, Jessyka; NOGUEIRA, Maria J. Diva Moreira. *In*: GODINHO, Letícia. SOUZA-SEIDL, Renata (orgs). **Mulheres, negras e gestoras: porque sim!** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. Dinâmicas dos Movimentos Sociais: Reflexões sobre Cultura e Oportunidades Políticas. **Mediações**, Londrina, V. 23 N. 2, P. 390-411, mai./ago. 2018.

MOVIMENTO NOSSA BH. **Mapa das desigualdades 2021**. Disponível em <<https://nossabh.org.br/2021/06/mapa-da-desigualdade-de-belo-horizonte-rmbh/>>. Acesso 28 nov. 2021

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas. *In*: RATTS, Alex (org). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a.

_____. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: RATTS, Alex (org). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021b.

NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. **Política e Sociedade**. v 3 n 5 p 89-99. Florianópolis, 2004.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. Movimentos sociais em ação: Repertórios, escolhas táticas e performances. **Sociologia & Antropologia** [online]. 2020, v. 10, n. 2, p. 615-645. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10212>>. Acesso em: 12 out. 2021.

PEREIRA, Aline; PEREIRA, Vantuil. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, ed. 88, p. 33-56, 2021. DOI 10.1590. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-04>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

PEREIRA, Rejane. Marcha das Mulheres Negras, ancestralidade e resistência. Anais do **2o Congresso de Pesquisadore/as Negros/as do Nordeste**. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/resources/anais/13/copenenordeste2019/1563465095_ARQUIVO_15445050f7ee4ac921bf779995d84ce4.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PINTO, Celi Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>>. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. Gênero: a história de um conceito. In: Diferenças e Igualdade. São Paulo. Berlendis e vertecchia, 2009.

COLOCAR OS PLANOS DE EQUIDADE

POLANY, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012. pp.169- 182.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Coordenadoria de atendimento Regional Centro-Sul**. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/centro-sul>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

RECH, Carla Michele; SILVA, Marcelo Kunrath. **Ativismo Institucional como categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil**. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, Aracaju/SE, 2016. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12924/2/AtivismoInstitucionalCategoriaAnalitica.pdf>>. Acesso 19 jan. 2022.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>>. Acesso em: 20 jun. 2021

RIBEIRO. Tairane; RIBEIRO Gabriel. Somos todos miscigenados? O mito da democracia racial imposta no período da ditadura civil-militar no Brasil. **Revista Ofícios Clio**. v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/article/view/10568>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

RIOS, Flavia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In. LAVALLE, Adrian Gurza. *et al* (org.) **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

_____; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.36-51, jan./jun. 2018.

_____. RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia González. In: PINTO, Ana Flávia M. CHALHOUB, Sidney (orgs). Pensadores negros - pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Cruz das Almas EDURFB: Fino Traço, 2016.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira; REZENDE, Tayra Fonseca. NUNES, Tiago de Garcia. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. **Revista Direito e Práxis** [online]., v. 10, n. 1, pp. 198-221, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/31335>>. Acesso em: 21 jun. 2021

RODRIGUES, Cristiano Santos. PRADO, Marco Aurélio M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**; 22 (3) p. 445-456, 2010.

_____; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 34, e238917, pp 1-54, 2021.

SALES Jr, Ronaldo L. Políticas de Ancestralidade: negritude e africanidade na esfera pública. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 14, p 119-133. Setembro, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/46957/28200>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009

SEBRA, Márcia. A Cidade Moderna: História, Memória e Literatura - Paris, Belo Horizonte. **Revista Univap**, [S. l.], v. 17, n. 29, p. 62–79, 2011. DOI: 10.18066/revunivap.v17i29.13. Disponível em: <<http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/13>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA. Andréa Franco Lima e.; SILVA, Grécia Mara Borges da. “Falando a voz dos nossos desejos”: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS** v. 3, n. 1, jan.-jun. 2019, p. 42 - 56, Rio Grande

SILVA, Andréia Rosalina. **Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do Associativismo Negro entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2010.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete T. Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. v.17, n.1,2015.

SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais no Brasil: institucionalização e contestação. Trabalho apresentado no **III Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales**. Quito (EC): Flacso, 2015.

SILVA, Michele Lopes da. Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte – MG. 2007. Mestrado (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

SILVA, Mônica de Cássia Costa; LADEIRA, Carla Bronzo; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Movimento Feminista e interseccionalidade: Uma abordagem a partir dos repertórios de ação e interação com o Estado. *In: Anais do . Anais.Brasília(DF) Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/362619-MOVIMENTO-FEMINISTA-E-INTERSECCIONALIDADE--UMA-ABORDAGEM-A-PARTIR-DOS-REPERTORIOS-DE-ACAO-E-INTERACAO-COM-O-ESTAD>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Acesso 31 out. 2021.

SOJOURNER, Truth **E não sou uma mulher?**. (1851). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

TARROW, Sidney. "Mentalities, political cultures, and collective action frames". In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven/London: Yale University Press. 1992.

_____. **Power in Moviment**. Cambridge, Um Press, 1994.

_____. States and opportunities: the political structuring of social movements. In: MC ADAM, D; MC CARTHY, J D.; ZALD, M. N. **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University, 1999, p.42-60

TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura**. Trabalho apresentado no VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Campinas (SP): Unicamp, 2008

_____. ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. **Movimentos sociais e políticas públicas: Ideias e experiências na construção de modelos alternativos**. In: PIRES, Roberto, LOTTA, Gabriela, OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea. Enap, 2018.

TELLES, Sabrina de Oliveira S. **Repertórios de interação dos movimentos de mulheres e feministas com o governo Dilma Rousseff**. 2018. 122 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

TILLY, Charles; TILLY, L.; TILLY, R. **The rebellious century, 1830-1930**. London: Dent.1975.

_____. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42

_____. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

_____. **Movimentos sociais como política. Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, pp. 133-160, janeiro-julho de 2010.

_____, TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2015.

TRINDADE. Thiago Aparecido; BUGIATO, Caio Martins. A interação entre movimentos sociais e sistema estatal no Brasil: um debate a partir das contribuições de Claus Offe e Nicos Poulantzas. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 35, Número 2, Maio/Agosto 2020.

ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO DE MARIELLE FRANCO ANTES DE SER EXECUTADA NO RIO DE JANEIRO - Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBxTM>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde/con el feminismo negro. *In*: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una antología**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 27-56

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

O objetivo deste roteiro de entrevista é coletar informações sobre a atuação mulheres negras de Belo Horizonte, seus repertórios de ação e interação com o poder público local, bem como captar suas percepções sobre a atuação dos movimentos (negro/mulheres negras) na produção de políticas públicas

Nome da entrevistada

Idade

Escolaridade

Profissão

Associação/entidade/coletivo/movimento que representa

Data:

Temas	Perguntas Disparadoras:	Tópicos de Apoio.
1 Trajetória Militante/Ativista	Me fale sobre a sua história como ativista/militante de movimentos sociais	Fale sobre sua atuação em movimentos sociais/instituições sociais/partidos políticos Como foi a sua formação política/ativista? Você se inspirou em alguém? Ao longo da sua trajetória militante/ativista/profissional já houve alguma ação que tenha contribuído para a produção de alguma política pública de BH? Qual?
2. Identidade Individual e Coletiva	Para você, o que é ser uma mulher negra?	Como foi o seu processo de reconhecimento enquanto mulher negra?

		<p>Qual o impacto do movimento negro/feminismo negro neste processo de reconhecimento?</p> <p>Como você apoia ou influencia outras mulheres negras a se reconhecerem como tal?</p> <p>Na sua opinião como o racismo aliado ao machismo afeta a vida das mulheres negras. Quais os efeitos destas estruturas de dominação?</p>
3 Repertórios de Ação/Interação	<p><i>Protestos e Ação direta:</i></p> <p><i>Conte sobre a sua participação na Marcha das Mulheres Negras em 2015</i></p>	<p>Sobre a Marcha das Mulheres Negras de 2015 quais foram as suas contribuições a organização política/ativismos das mulheres negras em BH?</p> <p>Quais os impactos da Marcha para o fortalecimento do movimento de mulheres negras em BH</p> <p>Qual a sua opinião sobre esta forma de atuação dos movimentos sociais?</p>
	<p><i>Participação Institucionalizada:</i></p> <p>Me fale sobre a sua participação em alguma instância de participação social e discussão de políticas públicas (orçamento participativo, conselhos gestores, conferências setoriais,</p>	<p>Qual a importância destas instâncias de participação social para as políticas públicas?</p> <p>Como você avalia a participação das mulheres negras de BH nestas instâncias?</p> <p>Como as políticas que são formuladas nestas instâncias têm beneficiado a população negra de BH?</p>

	comitês, fóruns, audiências públicas)?	Como você avalia a relação do poder executivo de Belo Horizonte (atual e anteriores) com estas instâncias?
	<p><i>Ocupação de Cargos na Burocracia (Ativismo Institucional)</i></p> <p>Me fale sobre a sua atuação na Gestão Pública?</p> <p>órgão, cargo, por quanto tempo, qual função, como se deu a sua entrada para a ocupação de cargo público?</p>	<p>Fale um pouco sobre a experiência e em qual política pública a sua função incidiu?</p> <p>Como se deu a abertura para levar suas pautas para a estrutura das políticas públicas?</p> <p>Qual a relação do órgão que você atua (ou atuou) com os movimentos sociais?</p> <p>Qual o impacto do machismo e do racismo na sua atuação como gestora/servidora pública</p>
	<i>Política de Proximidade</i>	Quais as estratégias de aproximação os grupos de mulheres negras (coletivos, associações, etc) tem usado para pressionar a inclusão de suas demandas na agenda das políticas públicas?
	<p><i>Ocupação Política</i></p> <p>Me fale sobre a importância de termos mais mulheres negras na política?</p>	<p>Me conte se você é filiada a algum partido político e se já disputou alguma eleição</p> <p>Me conte se você já ocupou algum cargo eletivo? Quais as suas contribuições (propostas, projetos de lei) que beneficiaram as mulheres ou a população negra em geral?</p> <p>Para você, qual o maior desafio as mulheres negras enfrentam para ocupar os espaços políticos?</p>

<p>4 Percepção sobre movimentos sociais e políticas públicas em Belo Horizonte</p>	<p>Me fale sobre a influência dos movimentos negro/mulheres negras na produção de políticas públicas em BH?</p>	<p>Como você avalia a relação do movimento negro/mulheres negras com o poder público de Belo Horizonte?</p>
<p>5 Resistência e projeto político das mulheres negras em BH</p>	<p>Me fale sobre as quais têm sido as estratégias de organização política das mulheres negras em BH</p>	<p>Como o movimento em que você atua se articula com outras mulheres negras, no sentido de promover a conscientização e o engajamento político destas mulheres?</p> <p>Qual o legado das gerações anteriores de mulheres negras ativistas de Belo Horizonte e quais as perspectivas para as novas gerações</p> <p>Para você, BH pode ser considerada uma cidade do bem viver, tal como reivindicaram as mulheres negras na marcha de 2015?</p>